

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MARIA HENRIQUE CÂNDIDO

**DINÂMICAS SOCIAIS DE GÊNERO A PARTIR DA CONCESSÃO DO CRÉDITO
PECUÁRIO A MULHERES RURAIS DO POSTO ADMINISTRATIVO DE
CHANGALANE EM MAPUTO – MOÇAMBIQUE**

**Porto Alegre
2009**

MARIA HENRIQUE CÂNDIDO

DINÂMICAS SOCIAIS DE GÊNERO A PARTIR DA CONCESSÃO DO CRÉDITO
PECUÁRIO A MULHERES RURAIS DO POSTO ADMINISTRATIVO DE
CHANGALANE EM MAPUTO – MOÇAMBIQUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marta Julia Marques Lopes

Série PGDR – Dissertação N° 95
Porto Alegre
2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

C217d

Cândido, Maria Henrique

Dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Chagalane em Maputo-Moçambique / Maria Henrique Cândido. – Porto Alegre, 2009.

202f. : il.

Orientador: Marta Julia Marques Lopes.

(Série PGDR-Dissertação, n. 95).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Desenvolvimento social : Mulher : Crédito. 2. Mudança social : Mulher : Crédito. I. Lopes, Marta Julia Marques. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 316.42

MARIA HENRIQUE CÂNDIDO

DINÂMICAS SOCIAIS DE GÊNERO A PARTIR DA CONCESSÃO DO CRÉDITO
PECUÁRIO A MULHERES RURAIS DO POSTO ADMINISTRATIVO DE
CHANGALANE EM MAPUTO – MOÇAMBIQUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de abril de 2009.

Prof^ª. Dr^ª. Marta Júlia Marques Lopes / Orientadora
PGDR/Departamento de Assistência e Orientação Profissional/UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Lourenzi Bonilha
PPGENF/UFRGS

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida
PGDR/Departamento de Horticultura e Silvicultura/UFRGS

Dedico este trabalho aos meus filhos, meus netos e aos meus irmãos. Eles são verdadeiramente as minhas fontes de inspiração, meu suporte físico e psicológico. E às mulheres criadoras de gado de Chagalane, pela sua participação neste estudo.

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para externar os meus sinceros agradecimentos a todos os que contribuíram para tornar possível o meu sonho de realizar este estudo, nomeadamente:

A JESUS CRISTO, por ter me mantido com saúde até o termino desta jornada.

De forma especial ao CNPQ, pela concessão de bolsa de estudos para a realização do curso de Mestrado em tempo integral, sem a qual não seria possível a conclusão desta pesquisa.

À minha orientadora, professora Marta Júlia Marques Lopes, pelo simples fato de ter aceito o desafio de me orientar. Em uma realidade completamente desconhecida, contudo, acompanhou, desde a concepção, o objeto deste trabalho, discutiu comigo cada capítulo, indicando novas referências bibliográficas, baseadas em pesquisas de gênero, que é a sua área de estudos acadêmicos. Mesmo analisando contexto histórico e cultural distintos, sempre procurou fazer com que eu encarasse as limitações como estimulante ponto de partida para novas perguntas. Ao assumir esta orientação, a professora Marta Júlia sabia que necessitaria redobrar o esforço, a paciência, estímulo e rigor na condução da pesquisa, reforçando a compreensão e incentivando-me nos momentos de incerteza e fragilidades do meu desempenho. Porque momentos de angústias aconteceram. Sua atuação estimulou em mim a convicção da importância de ter alguém orientando, realçando o debate e sugerindo novas vias para o desenvolvimento de uma pesquisa, o que foi feito com muita compreensão, manifestada, sobretudo, nos momentos difíceis. Agradeço-lhe, também igualmente pelos ensinamentos transmitidos com maestria e sapiência; daí, o meu reconhecimento perpétuo. Agradeço, de forma especial, sua participação decisiva na concretização do estudo em Moçambique.

Sou grata igualmente ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e a todos que nele trabalham, por todo o apoio concedido desde o início do processo de candidatura até a frequência e conclusão do curso, com paciência e solicitude, responderam a todas as necessidades que sempre iam surgindo ao longo desse tempo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), pela oportunidade de completar um curso de mestrado em uma universidade pública e de reconhecida qualidade.

Os meus agradecimentos são extensivos a todos meus docentes, que contribuíram com ensinamentos que me foram úteis na efetivação deste trabalho. Agradeço também pelo encorajamento, incentivo, sobretudo, pela disponibilidade.

A professora Helena Maria Silveira pela revisão lingüística do trabalho final.

Ao colega Camilo pela ajuda na tradução do resumo em língua espanhol.

Estes agradecimentos são extensivos aos meus filhos Martinho Filipe Mulewa, Paulo Henrique Mulewa e Eurídice Henrique Mulewa, minha nora Fátima Merú e meus netos, Sidney Martinho Mulewa, Eurídice Martinho Mulewa e Martinho Junior que sacrificaram pela longa ausência da mãe, vó, protetora, pois foi sob signo do sacrifício que o Mestrado foi realizado, sinônimo de privação da convivência familiar. A falta do ambiente familiar afetivo, no primeiro ano do curso, tornou a tarefa de aprendizado sinuosa.

Aos meus queridos irmãos, em particular a Raquel Henrique Cândido que sempre estive perto dos meus filhos, nos bons e maus momentos, evitando passar aborrecimentos para meu lado.

A meu grande amigo tio Pascoal e meus primos pela presença, força, inspiração e incentivo que sempre me passaram, para continuar em frente.

A todos meus colegas de mestrado e aos doutorandos integrantes do curso, o meu verdadeiro abraço pela paciência e compreensão demonstradas em períodos de solidão e incertezas. A todos reclino-me pela companhia que me fizeram nos exaustivos momentos em busca do saber multidisciplinar.

À Coordenadora Nacional da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU) e à Assistente do Projeto de Fomento Pecuário e às demais funcionárias da Associação, pela disponibilidade e amabilidade manifestadas durante as entrevistas realizadas no âmbito do presente trabalho.

Ao presidente da localidade de Changanane, responsável pelos primeiros contatos na comunidade, pela disponibilidade, determinação e amor pelo povo que o escolheu para servi-lo. Obrigada ao Senhor Francisco Afonso Mauzi pelas caronas na motocicleta, sem a qual teria sido difícil percorrer as distâncias que a pesquisa exigiu embaixo daquele sol ardente. Ele e sua esposa foram meus colaboradores na pesquisa de campo.

Grande abraço à presidente da Associação Agropecuária das Mulheres de Changanane (AAPMC), Dona Ivone Manhiça, pela simpatia, amabilidade e confiança em transformar a sua casa em um porto seguro, dando-me proteção, conforto e até alimentação, durante o período de permanência em Changanane.


Em especial agradeço a todas as mulheres agricultoras, criadoras de gado e suas famílias que contribuíram com seus depoimentos para que esse trabalho se tornasse realidade.

Carinho e gratidão em especial devem à família do Adilson Nascimento dos Santos, (colega de turma) que aceitou adotar-me, sem se preocupar com o fato de eu ser estrangeira, proporcionando-me conforto, apoio e amizade em todos os momentos e ao longo da minha

estada em Porto Alegre. Muito obrigada também a João Batista dos Santos e Liziane Machado.

Apraz-me endereçar especial agradecimento ao leitor deste trabalho. Espero que contribua para dirigir-lo e elucidá-lo na busca de conhecimento sobre esta instigante realidade das relações sociais de gênero e o desenvolvimento rural e, em particular, a realidade das mulheres criadoras de gado de Chagalane e o significado social que constroem para esse novo papel que adquiriram com essa atividade.

Por fim, agradeço a todos que ocupam espaço no meu coração, em especial os moçambicanos/as que estudam em Porto Alegre e conviveram comigo.



*Quando
contemplo
os teus Céus, obra
dos teus dedos,
e a lua e as estrelas
que estabeleceste, que
é o homem, que
dele te lembrares?
E o filho do homem,
que o visites?
Fizeste-o, no entanto, por
um pouco,
menor do que Deus e de glória e
de honra o coroaste.
Deste-lhe domínio sobre as obras da
tua mão e sob seus pés tudo
lhe puseste:
ovelhas e bois, todos, e também
os animais do campo;
as aves do céu, e os peixes do mar, e
tudo o que percorre as sendas
dos mares.
Ó Senhor, senhor
nosso,
quão magnífico
em toda a terra é
o teu nome!(SALMOS. 107.cap.8. vs 3-9)*

RESUMO

A presente pesquisa analisa as dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais, no interior da Agricultura Familiar da Comunidade do Posto Administrativo de Changalane, ao Sul de Maputo - Moçambique no período compreendido entre 1996 e 2008, sob influência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural - AMRU. Objetivo principal do estudo é conhecer e compreender os fatores que influenciaram essas mulheres a optarem pelo crédito pecuário e o significado social do novo papel socioeconômico por elas assumido na Comunidade. É sustentado pela teoria feminista, considerando o gênero como categoria analítica. Baseado em uma análise qualitativa e algumas quantificações sociodemográficas, configura-se na perspectiva investigativa exploratória. Centra-se nas mulheres rurais e, sobretudo, na constituição delas como sujeitos sociais com identidade própria de beneficiárias do crédito pecuário nesse espaço social. O contexto empírico da pesquisa localiza-se no Posto Administrativo de Changalane. A pesquisa baseou-se em instrumentos como: observação não participante; diário de campo; registros fotográficos e entrevistas semi-estruturadas. A análise dos dados explorou as condições materiais de vida das famílias. Revela-se que a introdução, pela AMRU, dessa nova atividade despertou a comunidade para novas formas de produção e relacionamento sociofamiliar, possibilitando o estabelecimento de novas e mais igualitárias relações entre os sexos. Foram identificadas profundas e irreversíveis mudanças nas relações sociais e familiares nas unidades produtivas na Comunidade, decorrentes da concessão dessa nova modalidade de crédito às mulheres, nos últimos 12 anos. Nesse sentido, a antiga estrutura de relações sociais e de gênero foi questionada, favorecida pela estratégia de Educação Cívica e capacitação profissional fundamental proposta pela AMRU. Buscou-se a inclusão da mulher, até então “invisível”, como um segmento importante na produção de riquezas, assim como no espaço da cidadania, priorizando a justiça social e a promoção da igualdade entre os sexos no combate à discriminação. Discutem-se também as repercussões dessa atividade na dinâmica das relações matrimoniais que influenciaram a valorização e auto-estima das mulheres no plano econômico e social e que culminaram com a aquisição do prestígio social. Mudanças vislumbradas na dinâmica familiar, a partir de elementos materiais e simbólicos compõem, atualmente, a vida dessas mulheres. Salienta-se, também, a relevância da “nova identidade” proporcionada e geradora de novas práticas sociais na conformação do rural e da Agricultura Familiar, dentro da Comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulheres. Crédito rural. Poder e prestígio.

ABSTRACT

The current research analyzes the gender dynamics and social relations from the cattle credit granted to farm women within the Family Agriculture from the Community of the Administrative Department of Changalane, in the South of Maputo – Mozambique in the time frame between 1996 and 2008 under the influence of the Mozambique Association for Women and Rural Development – AMRU. The main objective of the study is to find out and understand the factors that influenced these women to take the option of the cattle credit and the social meaning of the new social and economic role that they took over in the Community. It is supported by the feminine theory considering the gender as an analytical category. The study is based on a qualitative analysis and on a few social and demographic quantifications with configuration under the exploratory and investigative perspective. It is centered on the farm women and, mainly, on their constitution as social subjects with own identity as beneficiaries of the cattle credit in this social space. The empiric context of the research is located in the Administrative Department of Changalane. The research was based on instruments like: non-participant observation; field diary; photographic registrations and semi-structured interviews. The data analysis exploited the life material conditions of the families. It reveals that the introduction of this new activity by the AMRU raised the interest of the Community for new ways of production and of social and family relationship by opening the possibility of establishing new and more equal relations between the sexes. Deep and irreversible changes in the social and family relations were identified in the production units of the Community, as a result of the cattle credit granted to the women over the last 12 years. In this sense, the issue of the former structure of social and gender relations was raised, favored by the strategy of Civic Education and the fundamental professional qualification proposed by the AMRU. One searched for the inclusion of the woman who was “invisible” till then, as an important segment in the production of richness as well as in the citizenship space, by prioritizing the social justice and the promotion of equality between the sexes to cope discrimination. Discussions are also carried out regarding the repercussions of this activity in the dynamic matrimonial relations that influenced the valorization and self-esteem of the women at the economic and social levels and that culminated with the acquisition of the social prestige. Changes glimpsed in the family dynamics, from material and symbolic elements, compose nowadays the life of these women. As of now, it is pointed out the relevance of the “new identity” provided and generator of new social practices in the conformation of the farm structure and of the Family Agriculture within the Community.

KEY WORDS: Gender. Women. Credit. Power and prestige.

RESUMEN

La presente pesquisa analiza las dinâmicas sociales del género a partir de la concesión del crédito pecuario a mujeres rurales, en el interior de la Agricultura Familiar de la Comunidad del Departamento Administrativo de Changalane, al Sur de Maputo - Mozambique en el período comprendido entre 1996 y 2008 bajo la influencia de la Asociación Mozambiqueña para Desenvolvement de los Mujeres Rurales - AMRU. El objetivo principal de estudio y los factores que influenciaron esas mujeres a optar por el crédito pecuario y el significado social del nuevo papel socio-económico por ellas asumido en la Comunidad. Se basa en un análisis cualitativo y en algunas cuantificaciones socio-demográficas y se configura en la perspectiva investigativa exploratoria. Se sustenta por la teoría feminista, considerando el género como categoría analítica. Es tá centrado en las mujeres rurales y, sobretudo, en su constitución como sujetos sociales con identidad propia beneficiarias del crédito pecuario en el space social. El contexto empírico de la pesquisa se localiza en el Departamento Administrativo de Changalane. La pesquisa se basó en instrumentos como: observación no participante; diario de campo; registros fotográficos y entrevistas semiestructuradas. El análisis de los datos exploró las condiciones materiales de vida de las familias. Se reveló que la introducción, por la AMRU, de esa nueva actividad despertó la Comunidad para nuevas formas de producción y relacionamiento social y familiar, posibilitando el establecimiento de nuevas y más igualitarias relaciones entre los sexos. Fueron identificadas profundos e irreversibles cambios en las relaciones sociales y familiares en las unidades productivas de la Comunidad, resultantes de la concesión del nueva modalidad de la crédito a las mujeres, en los últimos 12 años. En ese sentido, la antigua estructura de relaciones sociales y de género fue cuestionada, favorecida por la estrategia de Educación Cívica y capacitación profesional fundamental, propuesta por la AMRU. Se buscó la inclusión de la mujer, hasta entonces “invisible”, como un segmento importante en la producción de riquezas, así como en el espacio de la ciudadanía, priorizando la justicia social y la promoción da igualdad entre los sexos en el combate a la discriminación. Se discuten, también, las repercusiones de esa actividad en las relaciones matrimoniales que influenciaron la valorización y auto-estima de las mujeres en el plano económico y social y que culminaron con la adquisición del prestigio social. Cambios vislumbrados en la dinámica familiar, a partir de elementos materiales y simbólicos componen, actualmente, la vida de esas mujeres. Se destaca, actualmente, la relevancia de la “nueva identidad” proporcionada y generadora de nuevas prácticas sociales en la conformación del rural y de la Agricultura Familiar, dentro de la Comunidad.

PALABRAS-CLAVE: Género. Mujeres. Crédito. Poder y prestigio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Moçambique, localizando a Província de Maputo.....	24
Figura 2 - Mapa de Moçambique e localização da área de estudo, Changalane.	78
Figura 3 - Imagem da criadora de gado mostrando o gado caprino	96
Figura 4 - Imagem de uma beneficiária do crédito bovino.....	97
Figura 5 - Imagem do Curral do gado caprino de uma das pesquisadas do Posto Administrativo de Changalane.	124
Figura 6 - Imagem de uma pesquisada com seu gado no curral.....	125
Figura 7 - Imagem de palhotas que serviam de moradias para a família de uma das pesquisadas ao lado da atual moradia.....	126
Figura 8 - Imagem de uma palhota que serviu de moradia de uma das pesquisadas antes de iniciar a nova atividade produtiva.....	133
Figura 9 - Imagem das duas casas de uma das pesquisadas, representando as transformações ocorridas no seu modo de vida.....	143
Figura 10 - Imagem da casa de uma das criadoras de gado ainda em construção, mostrando-se os bens materiais adquiridos.	152
Figura 11 - Imagem da motocicleta que nos transportou durante a pesquisa pertencente ao	154
Figura 12 - Imagem de duas irmãs de origem alemã que outrora foram pastoras de gado de seus pais e hoje são criadoras de seu próprio gado, na Comunidade de Changalane.	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Faixa etária das mulheres de Changalane, beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.	107
Tabela 2 - Escolaridade das mulheres de Changalene beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008	109
Tabela 3 - Local de nascimento das mulheres de Changalene beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.....	112
Tabela 4 -Estado civil das mulheres de Changalane beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.	113
Tabela 5 - Número de filhos das mulheres de Changalane beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.....	115
Tabela 6 - Ocupação das Mulheres de Changalane Beneficiárias do pecuário, entrevistadas em 2008	116
Tabela 7 - Origem da Renda Anual das Mulheres de Changalene Beneficiárias do Crédito Pecuário, entrevistadas em 2008.	119

LISTA DE ABREVIATURAS

AMRU – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural

AGP – Acordo Geral de Paz

ANC – *African Nation Congress*

AAPMC – Associação Agropecuária das Mulheres de Changalane

BM – Banco Mundial

CEA – Centro de Estudos Africanos

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DNM – Direção Nacional da Mulher

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

DTS – Doenças de Transmissão Sexual

EP1 – Ensino Primário de Primeiro Grau

EP2 – Ensino Primário de Segundo Grau

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

HIV/SIDA – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

IDS – Índice de Desenvolvimento Ajustado aos sexos

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

INDER – Instituto de Desenvolvimento Rural

MADERRPDG – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Relatório Preliminar do Diagnóstico do Género

MICAS – Ministério de Coordenação da Ação Social

MMCAS – Ministério da Mulher e Coordenação da Ação Social

MMAS – Ministério da Mulher e Ação Social

MRDH – Moçambique Relatório de Desenvolvimento Humano

MRNDH – Moçambique Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano

MOZAL – Empresa de Fundição de Alumínio

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTM – Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PAE – Programas de Ajustamento Estrutural

PAEI – Política Agrária e Estratégia de Implementação

PARPA I e II – Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta

PFP – Programa de Fomento Pecuário

PGDR – Programa Pós Graduação em Desenvolvimento Rural

PPI – Plano Prospectivo Indicativo

PRE – Políticas de Reajustamento Estrutural

PREc – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social

ProAgri I e II – Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMPPF – Relatório do Ministério do Plano e Finanças

RNDH – Relatório nacional de Desenvolvimento Humano

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

WNLA – Witwatersrand Native Labour Association

ZANU – Zimbabwean African nation Union

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Moçambique: O contexto sociopolítico do estudo	23
1.2 Dissolução da estrutura colonial de produção agrícola	36
1.3 Contradições da estratégia de desenvolvimento neoliberal	47
2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA – O PROBLEMA E A PERSPECTIVA TEÓRICA	63
2.1 Objetivos.....	68
2.1.1 Geral	68
2.1.2 Específicos.....	68
2.2 Quadro Conceitual	69
2.3 Gênero e desenvolvimento rural na sociedade moçambicana.....	69
2.4 Agricultura familiar e cultura de gênero em Changalane/Moçambique	73
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	76
3.1 Tipo de estudo	76
3.2 Campo de estudo – Instituições e Pessoas	77
3.3 Coleta de dados	81
3.4 Análise dos dados.....	87
3.5 Considerações éticas	88
4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO POSTO ADMINISTRATIVO DE CHANGALANE.....	89
4.1 As instituições de apoio a mulher rural em Moçambique	89
4.2 A experiência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural - AMRU	93
4.3 Gênero e desenvolvimento rural em Moçambique.....	99
4.4 Perfil das mulheres produtoras rurais detentoras do crédito pecuário na comunidade de Changalane.....	106

5 DINÂMICAS SOCIAIS DE GÊNERO A PARTIR DA CONCESSÃO DO CRÉDITO PECUÁRIO	122
5.1 Ocupação e trabalho das mulheres, antes da introdução do crédito pecuário	122
5.2 A introdução do crédito pecuário e o trabalho das mulheres	132
5.2.1 A experiência de criadora de gado - significado social	136
5.2.2 Relações familiares e comunitárias	139
5.2.3 Uso e reembolso do crédito – estratégias postas em prática.....	145
5.2.4 Condições de vida material – mudanças substantivas	150
5.2.5 Repercussões da adesão ao crédito nas relações matrimoniais	156
5.2.6 Repercussões na auto-estima das mulheres	161
5.2.7 Prestígio social, família e mudanças	163
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A - INSTRUMENTO GUIA PARA A ENTREVISTA COM A MULHER BENEFICIADA COM O CRÉDITO PECUÁRIO	190
APÊNDICE B - INSTRUMENTO GUIA PARA A ENTREVISTA COM O ESPOSO DA MULHER BENEFICIADA COM O CRÉDITO PECUÁRIO.....	196
APÊNDICE C - INSTRUMENTO PARA A ENTREVISTA COM AMRU.....	198
APÊNDICE D - INSTRUMENTO GUIA PARA A ENTREVISTA COM A AUTORIDADE LOCAL.....	201

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Chagalane em Maputo – Moçambique, no período compreendido entre 1996 e 2008, sob influência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU). Nasceu no contexto acadêmico onde se teve oportunidade de discutir sobre essa temática. Foi elaborado, primeiramente, para a disciplina da Sociologia de Desenvolvimento no 4º ano da graduação do Curso de Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique no ano 2002. Posteriormente, foi sendo preparado como projeto de candidatura para o curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS em 2005. Partiu do princípio de que o crédito rural incentiva às mulheres a participarem no processo de desenvolvimento no país.

O estudo foi suscitada pelas múltiplas questões subjacentes ao reconhecimento de que no contexto de Moçambique o trabalho da mulher rural não tem merecido um reconhecimento adequado na sociedade. É marcado pela desvalorização e/ou pela invisibilidade como produtora de riqueza no País, “apesar da sua participação na atividade agrícola, a principal fonte de recursos necessários para assegurar a alimentação, saúde e educação da sua família, e também a principal via da participação dos membros dos agregados familiares no processo de desenvolvimento econômico e social do País” (PNUD, 1998, p. 52).

A mulher rural não é proprietária da terra na qual trabalha e da qual não tem segurança de posse, especificamente na região Sul de Moçambique, mesmo com o apregoar da emancipação da mulher pelo governo, iniciada nos primeiros anos da independência (tendo a Organização da Mulher Moçambicana – OMM como patrona dessa emancipação). Observa-se que os programas de desenvolvimento rural implementados para incrementar as oportunidades de geração de rendimentos, particularmente para o setor familiar, foram direcionados em benefício dos homens produtores.

Vários trabalhos elaborados por estudiosos moçambicanos, como é o caso de Casimiro (1998), Valá (1997), (2006), Osório (2006) entre outros, dão conta do caráter de invisibilidade do trabalho da mulher, visto que as atividades por elas realizadas, no âmbito doméstico, não são consideradas como trabalho e, sim, como tarefas domésticas. As atividades realizadas pelas mulheres no âmbito produtivo são consideradas apenas como “ajuda” aos homens.

Destaca-se Valá (2006, p. 191), que afirma:

A mulher tem uma contribuição vital como mão-de-obra no sequeiro para a garantia da segurança alimentar da família. Apesar do reconhecimento do papel da mulher na produção agrícola irrigada, por exemplo, os extensionistas davam pouca atenção a elas, pelo fato de terem ‘preconceitos sócio-culturais em relação às mulheres, por terem deficiências técnicas em lidar com as questões de gênero, por elas serem, no geral, menos alfabetizadas e por ser mais fácil contatar com os homens.

Entretanto, na contemporaneidade, têm-se desenvolvido estudos que tratam da temática de gênero e desenvolvimento rural, os quais são consensuais em enfatizar a importância da participação da mulher nas estratégias de desenvolvimento. E têm revelado a mudança de discursos da legitimação da subordinação e secundarização da mulher, que definiam a sua subalternidade, produzindo outros discursos baseados em relações solidárias de gênero.

Nessa perspectiva, a presença da mulher em atividades outrora reservadas aos homens é resultado das transformações profundas ocorridas na estrutura social moçambicana que contribuíram para a ocorrência da abertura cultural, democrática e socioeconômica, que permitiu mostrar a presença e perseverança da mulher. Assim com a valorização desta pela tomada de consciência de que a sua contribuição na economia nacional era ignorada, fundamentalmente no processo de desenvolvimento do País como um todo.

Desta forma é que se enfatiza a reinterpretação do processo produtivo, a partir dos fins da década de 1980 e princípios de 1990. De forma mais específica, o Estado e a Sociedade moçambicana estão sendo fortemente influenciados pelo contexto internacional, pela globalização e os chamados parceiros internacionais e passaram, ao longo das últimas duas décadas, por profundas mudanças nas suas relações, formas de organização e na gestão das políticas públicas.

Entende-se por “abertura”, o rompimento de barreiras protagonizado pelas mudanças ocorridas no cenário político, social, econômico e cultural do País que se desenharam com o fim da guerra civil e da centralização do governo, dando origem à consolidação de um quadro plural de partidos e à valorização constante de eleições, como um marco do início de um processo de democratização promovendo eleições livres e também o mercado livre alicerçados na ideologia neoliberal.

Os últimos 17 anos foram marcados pela nova Constituição de 1990 como referência desse processo democrático e assistiu-se à promoção de cooperação entre o público e o privado e à manifestação dos interesses dos cidadãos a partir de 1992. Verificaram-se, portanto,

importantes mudanças na forma de organização do Estado e na sua articulação com a sociedade civil. Importa destacar, no entanto, que, apesar dessa pluralidade, prevalecem as políticas neoliberais que priorizam as Políticas de Reajustamento Estrutural (PRE) lideradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) em detrimento de políticas sociais. A consequência disso é a pobreza e exclusão social que potencializadas por fenômenos naturais (secas e cheias) cíclicos, constituem uma situação dramática, cuja maior vítima é a mulher.

Todavia, a sociedade civil moçambicana também se transformou e em alguns casos foi agente importante dessas mudanças; hoje, interage com o Estado com certo dinamismo e intensidade, destacando-se na criação e fortalecimento de determinados tipos de organizações/associações da sociedade civil, lideradas por mulheres, para promoção da própria mulher. Essas organizações/associações da sociedade civil, apesar das origens, trajetórias e perspectivas diferenciadas, trazem consigo, de certa forma, uma visão de mundo nas suas ações que buscam formas e estratégias de contribuição para o processo de desenvolvimento do País, atuando cada uma em diferentes campos, não se podendo negar a sua visibilidade na sociedade pela sua dinâmica e enfrentamento das dificuldades e superação demonstradas ao longo desse período.

Trata-se de um conjunto de organizações/associações sociais que vêm logrando construir sua presença do ponto de vista político e social, mas também impulsionando atividades econômicas, políticas e culturais; todas essas mudanças contribuíram para o surgimento da AMRU, em 1991. Esta Associação se oficializou e iniciou as atividades de apoio à mulher rural no ano seguinte, com o fornecimento de abelhas para prática da apicultura, em 1992, e Fomento Pecuário, em 1996. Importa salientar que essa Associação partiu de uma experiência *sui generis* sem precedentes históricos no País e participa no processo de reconstrução social do pós – guerra que assolou o País durante 16 anos.

A AMRU desenvolveu o Programa de Fomento Pecuário (PFP), crédito, entre outras atividades produtivas, com vistas a estimular a mulher a participar do processo de desenvolvimento da sua comunidade e conseqüentemente do País como um todo. A introdução dessa nova atividade produziu uma transformação também *sui generis*, para as mulheres dessa localidade, que passaram a gerir algo que é efetivamente seu.

Nessa perspectiva, desenvolver uma pesquisa com vistas a trazer à superfície o significado social do trabalho feminino e sua participação nas atividades produtivas, dentro da pequena agricultura familiar, constitui uma necessidade apontada por vários estudos que, na última década, têm chamado atenção para a importância da participação das mulheres nas estratégias de desenvolvimento, a partir do enfoque do gênero.

Assim, discutir e analisar os efeitos sociais do trabalho da mulher rural na prática de criação de gado contribui para transformação das relações nas famílias beneficiárias que resultam na redução das desigualdades de gênero e na democratização do poder econômico entre homens e mulheres. Insere-se no âmbito de estudos multidisciplinares cujo tema reveste-se de importância na medida em que procura refletir sobre uma problemática social atual e pertinente para o País. Pela sua magnitude, as questões aqui discutidas são de preocupação da sociedade civil, acadêmica, e se associam às políticas públicas e programas de governo para o desenvolvimento rural do País.

Cabe salientar que, neste estudo, além de analisar o papel da mulher rural e sua contribuição à economia rural local, busca-se também analisar a problemática de gênero¹ e desenvolvimento rural. Trata-se de um estudo exploratório no intuito de discutir e analisar conceitos e estratégias de desenvolvimento rural para a área e comunidade em estudo e consolidar uma linha de pesquisa nessa temática, como encaminhamento da trajetória acadêmica e pessoal.

Acredita-se que algumas respostas provenientes das questões aqui levantadas, poderão contribuir para o atual debate sobre relações de gênero e a participação das mulheres no processo produtivo, a partir de uma reflexão crítica sobre os conceitos e noções até então estabelecidos, e das representações das famílias beneficiárias nessas pequenas unidades de produção. O crédito na zona rural direcionado a mulher reveste-se de muita importância e relevância no momento atual, e por ser um tema pertinente e recente no campo intelectual moçambicano merece ser debatido, portanto, e, é fundamental que seja estudado.

Portanto, os objetivos deste estudo assentam-se no período histórico em que foi desencadeado o processo de desenvolvimento, com a participação da mulher. Período esse que abarca os anos posteriores ao ano de 1996, ano em que a AMRU iniciou as atividades de Fomento Pecuário a esse grupo social. O grupo de mulheres deste estudo emergiu do surgimento das atividades dessa Associação. Realizou-se um estudo exploratório no intuito de discutir e analisar conceitos e estratégias de desenvolvimento rural para a área e comunidade em estudo e consolidar uma linha de pesquisa nessa temática como encaminhamento da nova trajetória acadêmica.

¹Esta categoria permite estudar outras significações além das causas, substituindo as pesquisas das grandes causalidades abstratas e universais, fazendo emergir a pesquisa de situações concretas dentro dos quais o gênero se articula com o resto da estrutura e das relações sociais (...). O gênero permite colocar em questão a universalidade da experiência humana sobre o qual se fundamentam os grandes movimentos históricos, e a emergência do indivíduo que se opõe então, à ditadura das estruturas (Lopes; Meyer; Waldow, 1995 p. 56).

Para o desenvolvimento deste estudo, o contexto histórico cultural e socioeconômico da Comunidade de Changalane no Distrito de Namaancha ao Sul de Maputo em Moçambique foi definida como campo empírico por ser um local que concentra um número significativo de mulheres: 144 famílias, beneficiando-se do Crédito Pecuário concedido pela AMRU. Nessa comunidade a atividade principal praticada por todos, homens e mulheres, é a agricultura de subsistência, chamada por Marx (1982) de produção doméstica de mercadorias. Porém, a partir do ano de 1996, período em que a Associação passou a conceder crédito pecuário a esse grupo de mulheres, estas passaram a desenvolver uma outra atividade, a de criação de gado.

Privilegiaram-se os discursos das mulheres criadoras de gado, seus maridos, autoridades administrativas e tradicionais associados ao que se puderam observar nos curtos períodos de trabalho de campo realizados. Tendo o contato com o modo de exploração da agricultura de subsistência aliado a criação de gado e pequenos negócios desenvolvidos como forma de lutar pela segurança das suas famílias. Essas mulheres que há bem pouco tempo passaram por dificuldades generalizadas na Comunidade e no País causado pela guerra, secas e cheias que contribuíram para deterioração das condições de vida de muitos moçambicanos, com particular destaque para a localidade em estudo.

Para análise dos dados coletados junto a essas mulheres, suas famílias, e Autoridades locais e Administrativas, buscou-se o suporte da teoria feminista considerando o gênero como categoria analítica de Scott (1995) que trata das relações entre homens e mulheres, num determinado contexto sociocultural segundo essa teoria clássica de estudos de gênero. Que permitiu analisar e discutir a situação das mulheres em Changalane onde as relações sociais entre homens e mulheres têm lugar. E de dominação masculino de Bourdieu (1998) entre outros, com vistas a encontrar o significado do novo papel social das mulheres, depois que passaram a participar ativamente da criação de gado caprino e bovino (atividade que, outrora, era de domínio masculino).

A estrutura do texto, que inicia com este capítulo introdutório, abordando-se, ainda, Moçambique, o contexto do estudo; apresentando de forma sucinta a dissolução da estrutura colonial de produção agrícola e as contradições da estratégia de desenvolvimento neoliberal, as instituições de apoio a mulher rural em Moçambique e a experiência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural –AMRU é constituída por mais seis capítulos. No segundo, apresenta-se a construção do objeto de pesquisa, o problema e a perspectiva teórica. O terceiro capítulo enfoca a trajetória de investigação, os pressupostos metodológicos, tipo de estudo, o campo empírico; os participantes do estudo, instrumentos

utilizados na coleta de dados e análise dos dados quantitativos e sócio-demográficos e qualitativos baseado no conteúdo. No quarto capítulo demonstra-se a caracterização da Comunidade do Posto Administrativo de Changanane e Gênero e desenvolvimento rural em Moçambique seguido do perfil das mulheres do estudo. O quinto capítulo trás as relações dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do Crédito Pecuário às Mulheres da Comunidade do Posto Administrativo de Changanane, seguido das conclusões e das considerações finais.

1.1 Moçambique: O contexto sociopolítico do estudo

Inicia-se este capítulo com um panorama geral, caracterizando e tratando do desenvolvimento político-social em Moçambique, especialmente do desenvolvimento rural. Não se pretende elaborar efetivamente um estudo arqueológico sobre o sistema colonial, mas um espaço para tornar esta realidade clara e inteligível.

Primeiramente, se recorrerá à análise sucinta da situação geral de Moçambique, envolvendo os aspetos geográficos, históricos, políticos e socioeconômicos dos três regimes políticos distintos que influenciaram o desenvolvimento agrário, tendo o camponês como ator social excluído no processo, no caso, o regime colonial de produção capitalista de mercadorias, socialista de produção centralizada e o neoliberal.

Moçambique fica situado na costa oriental e Austral da África, possui 799.380 quilômetros quadrados de superfície, faz fronteiras, a norte com a Tanzânia, a oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbábue e África do Sul, e ao sul com Swazilândia. Apresenta uma faixa costeira a leste do território e é banhado pelo oceano Índico, numa extensão de 2.470 quilômetros, desde a foz do Rio Rovuma até à Ponta de Ouro com algumas Ilhas ao longo da costa. Observa-se uma diversidade de zonas agroecológicas na extensão costeira. O clima é tropical e subtropical mais úmido ao norte e centro e mais seco ao sul. Sua localização geográfica facilita a ocorrência sistemática e de forma cíclica de desastres naturais no que tange a cheias e secas, incluindo ciclones.



Figura 1 - Mapa de Moçambique, localizando a Província de Maputo

Fonte: wikipedia.org/wiki/Wikipédia, a enciclopédia livre, fevereiro de 2009

A época da estação seca se estende de abril a outubro, com temperaturas que oscilam entre 19°C a 27°C. A estação das chuvas é de novembro a março e as temperaturas variam entre 22° C a 31°C. O clima de Moçambique é predominantemente semi-árido com 80% da sua área classificada como tropical semi-árida e 15% como zona sub-úmida (PNUD, 2005). As zonas extremas, ou seja, áridas e úmidas constituem 2% e 3% respectivamente da área total do país.

A precipitação média anual varia da evaporação potencial que é de 1.280mm e as regiões de menor déficit de água localizam-se ao sul do rio Save, na parte norte da província de Manica e no sul da província de Tete (PNUD, 2005).

Com essas características o risco de perdas de colheitas na agricultura de sequeiro excede os 50% na região Sul do rio Save, atingindo mais de 75% na Província de Gaza. As

regiões Centro e Norte são favoráveis à agricultura de sequeiro, onde o risco de perda de colheitas diminui para níveis de 5% a 30%.

A população total é estimada em 20.530.714 milhões de habitantes, sendo 10.743.579 milhões de mulheres e 9.787.135 milhões de homens, segundo os resultados do censo da população de 2007², com uma densidade populacional de 20 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população 54% é considerada pobre e com elevado índice de soroprevalência, ou seja, de portadores de vírus de HIV/SIDA.

Esta população, predominantemente rural, encontra-se distribuída em dez províncias, com um total de 128 distritos e 33 municípios/autarquias em um País multicultural cuja língua oficial é o português. No entanto, o português é língua materna de apenas 5% da população, pois se caracteriza pela existência de diversas línguas nacionais e dialetos falados no país de origem Bantu.

Trata-se de um País essencialmente agrícola o que se evidencia, acima de tudo, pelo fato de envolver 80% da população nessa atividade. Possui aproximadamente 36 milhões de hectares da área agricultável. Os resultados diretos ligados ao uso e aproveitamento de terra pelas atividades agrícolas mostram que somente 3,6 milhões de hectares de terras correspondentes a 10% são explorados. Apesar dos 3,3 milhões de hectares irrigáveis, apenas 0,13% estão efetivamente sendo usados sob irrigação. Um olhar circunscrito a lógica de reprodução das unidades familiares mostra que apenas 3,3 milhões de unidades agrícolas desta natureza podem ser encontrados. Essas são as explorações responsáveis pela produção de 98% da produção agrícola (NUVUNGA, 2006, p. 2).

Apesar de a Constituição da República de 2004 prever que a terra é propriedade do Estado, portanto, não deve ser vendida, hipotecada ou alienada, as pessoas singulares ou coletivas podem adquirir o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), sob consulta às comunidades para o efeito de oficialização de passagem. Porém, esta disponibilidade de terras não é acompanhada da prática da agricultura no sentido de promover a segurança alimentar da população. Isso significa que Moçambique ainda não produz alimentos que atendam às necessidades da população, principalmente a população vivendo nas zonas urbanas e arredores, e substancialmente das importações de produtos de primeira necessidade dos países vizinhos.

Na estrutura social, especificamente a agrícola, em especial a produção alimentar, na conformação do rural e na reprodução das famílias rurais, mostra as zonas Centro e Norte

² Censo Populacional (2007) (INE, 2007).

constituindo as de maior potencial para lavoura, enquanto que a Sul tem maior potencial para a prática da atividade pecuária.

Um total de 78% da superfície terrestre de Moçambique é constituído por florestas, das quais 24% são de espécies com valor comercial, sendo 9 milhões de hectares ocupados por reservas e parques nacionais, de acordo com Nuvunga (2006, p. 2).

Estima-se que agricultura contribui com apenas cerca de 30% para o volume do PIB; em torno de 70% das receitas de exportação agregadas derivam de produtos agrícolas e de recursos renováveis (PNUD, 1998).

A estrutura agrícola de Moçambique tem sua origem na própria importância histórica da conformação da economia e da sociedade moçambicana, podendo-se citar, com ênfase, o momento referente à penetração e instauração do regime colonial nos finais do século XIX até os dias atuais. Esse momento foi crucial na determinação do curso das mudanças econômicas, políticas e socioculturais do País.

Tanto na morfologia como na fisiologia, esta estrutura econômica sofreu várias alterações decorrentes dos diferentes regimes de governo pelos quais o País passou. Constata-se que a estrutura de produção agrícola que resultou *no desvio da função social da agricultura*, fortaleceu-se nos século XIX logo após a partilha da África decidida na Conferência de Berlim em 1885, período de colonização dos países africanos (LEITE; ROSÁRIO, 1963, p. 57). O marco determinante da história da expansão colonial contribuiu para a confrontação de impérios concorrentes nascidos do desenvolvimento do capitalismo europeu, movidos pela Revolução Industrial do século XVIII e XIX. A Conferência de Berlim exigia uma definição de novas formas de relações com os territórios colonizados, estabelecida na ocupação que se efetivou, em finais do século XIX, com a delimitação de fronteiras nos territórios de partilha (LEITE; ROSÁRIO, 1963, p. 57).

Esta “nova realidade” forçou Portugal a tomar uma atitude que culminou com ocupação militar e administrativa, ou seja, usurpação do poder que até então partilhava com diversas organizações políticas africanas que detinham poder no território, como é o caso do Estado de Gaza, no sul do País.

Nesse processo, as circunstâncias coagiram Portugal a fazer um controle efetivo do território e a instalação da administração colonial. Convém destacar que a instalação da máquina administrativa colonial não foi pacífica, só aconteceu com a queda do último império moçambicano, na década de 1920.

Para melhor compreensão desse contexto é preciso especificar sob que aspectos e por que razões a construção social da economia agrária moçambicana, durante o período

colonial, passou por várias fases levadas a cabo pelas potências colonizadoras que partilharam os territórios africanos. Coube a Portugal as parcelas com as quais historicamente já havia estabelecido alguma forma de contato mercantil, como é o caso de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Essas parcelas sofreram as vicissitudes próprias do capitalismo periférico português, como as limitações de Portugal pela sua incapacidade econômica de realizar a exploração efetiva dos territórios que lhe cabiam na partilha e pela pressão da concorrência das outras potências, além do que tinha que fazer funcionar a máquina administrativa colonial. Portugal viu-se obrigado a partilhar a gestão do território com capital estrangeiro, mantendo apenas a soberania portuguesa. Na prática, era o capital inglês, francês e alemão que alimentavam a economia (LEITE; ROSÁRIO, 1963).

Dividiu-se então o território em regiões Norte, Centro e sul foram arrendadas a três grandes companhias como a de Moçambique (1891), Companhia do Niassa (1891) e Companhia da Zambézia (1892) pertencentes às grandes potências européias que iniciaram o processo de exploração econômica assentado na prática de cultivo de monocultivos de produtos de exportação (açúcar, sisal, copra e outras) e sustentado pela mão-de-obra barata. Estes produtos eram exportados como matéria-prima para alimentar a indústria na Europa na era da Revolução Industrial.

Em 1891, Portugal cedeu o território, por concessão, à Companhia Britânica para a construção e exploração do caminho de ferro da Beira à fronteira da Rodésia, o atual Zimbabwe. Estas grandes potências requeriam, de preferência, as terras mais férteis do território (LEITE; ROSÁRIO, 1963, p. 67).

Nessa gestão partilhada o camponês estava freqüentemente ligado, pessoal e economicamente, a vários senhores, pois algumas destas companhias controlavam a exportação de trabalho migratório para os países da região Niassalandia, Tanganhica, Congo Belga e para as minas de ouro na então União Africana, descobertas nos anos 1870-1881, com início de exploração em 1886 e necessitando de mão-de-obra dos países vizinhos e a moçambicana, particularmente.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico assentou-se na produção interna fortemente voltada para o mercado de exportação de produtos agrícolas (algodão, arroz, sisal, copra, etc.), dominado pelas companhias majestáticas e arrendatárias e, por outro lado, no desenvolvimento do setor dos transportes e caminhos de ferro e na exportação de mão-de-obra.

Pensa-se que houve “*desvio da função social da agricultura*”, resultado da mobilização dos camponeses para trabalharem nas empresas capitalistas de produção de mercadorias em detrimento de produzirem nas suas próprias unidades familiares, como afirma Abramovay (1992, p.19). Diz este autor que, nas nações mais desenvolvidas, as unidades familiares são que constituíram a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras foram a base fundamental da estrutura social da agricultura e potencializaram a estrutura social da agricultura, na Europa.

Na demarcação do território da zona Sul, a economia baseava-se no mercado de mão-de-obra para alimentar o capital mineiro, salienta Wuyts (1980, p.12-13). Durante algum tempo alimentara as roças de S. Tomé e Príncipe e, por fim, o próprio trabalho do Estado colonial adverte Serra (1997, p. 8).

Esta divisão premeditada do território em 3 regiões e a disseminação de tal padrão de agricultura nesse sistema de produção de mercadorias foi responsável pelas assimetrias que alicerçaram a economia nacional. Essas assimetrias são, hoje, veementemente contestadas por alguns segmentos da população moçambicana, alegando que o Sul é mais desenvolvido (o que a realidade comprova) que o resto do País, refletindo, dessa forma, seu domínio sobre o Norte e Centro.

A constatação das assimetrias e das desigualdades sociais é evidenciada pela simples análise de uma variável espacial. É derivada dos benefícios do desenvolvimento econômico e social diferenciado que não levaram em conta os indivíduos, mas sim os interesses de um sistema colonial, fundamentado na economia de serviços, sendo a base social da realização de burguesia portuguesa.

As Companhias no Centro e Norte eram comprometidas somente em desenvolver a extração de recursos agrícolas e minerais para exportar como matéria-prima para o processamento nas indústrias das suas metrópoles Inglaterra, França e Alemanha.

É possível afirmar que cada organização espacial tinha um objetivo a atingir, menos o benefício das populações que produziam sob diversas formas de exploração e muito menos para o desenvolvimento socioeconômico do País. Nesse período é possível argumentar que não se falava em desenvolvimento rural em Moçambique.

Na região Sul, Portugal e União Sul Africana mantinham acordos assinados de exportação de mão-de-obra que traziam rendimentos específicos (em ouro) para o Estado colonial por meio dos impostos da utilização dos Caminhos de Ferro que ligavam o porto de Lourenço Marques, a atual Maputo, à África do Sul.

Nesse acordo, constituiu-se uma sociedade recrutadora, sediada na cidade de Lourenço Marques denominada Witwatersrand Native Labour Association (WNLA), no ano 1898, que foi oficializado pela Portaria nº. 11.40 de Janeiro de 1902, Boletim oficial, nº. 1902, com representante em Lourenço Marques e outro na África do Sul a empresa Breyner & Wirth conforme demonstram Leite & Rosário (1963, p. 63). Estes autores afirmam ainda que,

A WNLA recebia da Câmara das Minas um Bônus de £-4-10-00 por preto recrutado e dá um bônus de £-1-00-00 à Breyner & Wirth, devendo notar-se que se não trata de despesas de recrutamento, pois estas são descontadas no salário do trabalhador” (...). Pela eficiência do recrutamento, em apenas 5 anos (1898-1903) a média mensal de trabalhadores emigrados por seu intermédio triplicou. Avultados deverão ter sido os rendimentos da WNLA.

Posteriormente, o ímpeto da competição moderna capitalista, forçou, mais uma vez Portugal “ao *desvio da agricultura do seu papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais moçambicanas*”, quando introduziu a produção de cultivos obrigatórios. Cultivos obrigatórios eram cultivos de rendimento, produzidos nas unidades familiares de subsistência, destinados somente à exportação de matérias-primas para alimentar a emergente indústria de processamento portuguesa com vistas a competir no mercado europeu e no próprio sistema capitalista europeu. Tratava-se, na época, de algodão, a partir de 1928, e arroz, depois de 1936/38 (SERRA, 1997, p 84).

Poder-se-ia afirmar que duas tendências sociais fundamentadas em bases completamente heterogêneas foram postas em prática, além de contribuir para desencadear a desintegração dos camponeses. Ou seja, criaram-se novos tipos de população rural que, nesse processo de desintegração do campesinato, provoca o desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato ‘médio’, criando dois tipos novos de população rural cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia (LÊNIN, 1988, p. 133).

Por um lado, esses cultivos coercitivos de rendimento para exportação conduziram à redução dramática da produção de cultivos de subsistência das famílias e, por outro, ameaçou a segurança alimentar da população camponesa.

Salienta-se que “os produtos agrícolas, minerais e petrolíferos africanos, no período da colonização, eram transportados para as metrópoles e de lá eram importados para Moçambique produtos manufaturados juntamente com tecnologias, estilos de vida e capitais financeiros” (KASSOTCHE, 1999, p. 92).

A natureza fundamentalmente empresarial criada nesses territórios produzia novas alterações na estrutura social e econômica vigente e intensificou o trabalho forçado. Entende-se por trabalho forçado o trabalho coercitivo imposto aos moçambicanos nas plantações das empresas pertencentes aos europeus que, nessa altura, exploravam o território moçambicano³.

Na perspectiva de subjugação dos camponeses, Van der Ploeg (2008), apud Wolf (1971, p. 5) enfatiza que “em regra, os camponeses são afastados das fontes sociais de poder” (...). “Sua subjugação política está interligada com a subordinação cultural e com a exploração econômica através de impostos, trabalho forçado, aluguel, juros e termos de troca desfavoráveis ao camponês”.

Lênin (1988) salienta que essa prática criou um tipo de proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário e os que não possuem nenhuma terra. Apesar de esses autores tratarem de contextos históricos culturais bem antagônicos, as citações sintetizam uma visão geral da realidade moçambicana.

Assim, apesar da tentativa capitalista de Portugal de produzir mercadorias, não tinha condições de introduzir a mecanização na agricultura, porque isso dependia de muito investimento de capital, do qual não dispunha. Portanto, justificava o uso do trabalho forçado. Os colonizadores serviam-se desse trabalho para poupar “o uso de máquinas na produção agrícola, promovido pela superabundância da mão-de-obra” (MARX 1982, p. 884).

Serra (1997, p.71) apresenta uma justificativa eloqüente sobre o trabalho forçado em Moçambique e o que os portugueses diziam a respeito desse fenômeno:

Precisamos do trabalho dos indígenas, até para melhorar a condição desses trabalhadores; precisamos deles para a economia da Europa e para o progresso da África. A nossa África tropical não se cultiva senão com africanos (...) trabalho abundante, barato, resistente e esse trabalho, em tais condições, nunca lograrão fornecer-lho as emigrações européias (...) o negro, só negro, pode fertilizar a África (SERRA, 1997, p.71- 3).

Para esse mesmo autor a manutenção do sistema colonial dependia da cobrança dos tributos sobre os camponeses e do “imposto de palhota” também chamado *Mussoko* (SERRA 1997, p.81). Para ser mais específico, alguns moçambicanos trabalhavam sem salário ou com salários irrisórios e, como se isso não bastasse, tinham que pagar tal imposto que era, segundo Leite & Rosário (1963, p.68) considerando:

³Na visão de Serra (1997, p. 80) esta prática era “o colonialismo de execução”.

O mais importante fundo posto à disposição da administração colonial era de longe o imposto de palhota (ou mussoko conforme as regiões). Este imposto destinava-se a obrigar o indígena a trabalhar e ou monetarizar sua produção agrícola, além de revestir uma enorme importância política, dado que o seu pagamento representava a verdadeira submissão das tribos indígenas.

O efeito perverso da evolução do sistema colonial e de exploração capitalista aliado à usurpação das colheitas das unidades familiares para exportação culminou com introdução da mulher rural num cenário de trabalho forçado, num período em que o debate sobre as relações sociais de gênero não se fazia sentir na África, muito menos o valor do seu trabalho. “A mulher passou a ser recrutada como mão-de-obra barata para as explorações agropecuárias dos colonos, para algumas plantações e para a indústria, entre outras atividades laborais”, afirma Kassotche, (1999, p. 92).

Esse processo de exploração a mulher surgiu por consequência do trabalho forçado, a mulher era obrigada a trabalhar no lugar do marido para pagar o imposto de palhota. Muitos trabalhadores agrícolas rebelando-se, fugiam, buscando livrar-se desta situação e migravam clandestinamente para outras regiões onde não fossem submetidos a este tipo de coerção. Este fenômeno contribuiu para redução da mão-de-obra masculina no campo⁴.

De acordo com Serra (1997, p.84), a “mobilidade do colonizado era criteriosamente seguida através de cadernetas, de ‘tíquetes’ de vales das cantinas”. Isso reforça a importância de que a compreensão da expansão da exportação de mão-de-obra e cultivos obrigatórios marca o período colonial pelo enquadramento de Moçambique na esfera mundial, fortalecendo a burguesia portuguesa que a alavancava para competir com o capital mineiro, as plantações de cana-de-açúcar sul- africanas e no acesso à mão-de-obra (WUYTS 1980, p.12-13).

Importa igualmente destacar que a migração da mão-de-obra “reforça a desintegração dos camponeses nas regiões de onde eles partem, aproveitando, no entanto, a introdução de novos elementos nas regiões de colonização” (LENIN 1988). No contexto geral, com essas características a economia agrária de Moçambique entrou no sistema internacional de mercado sob a égide do regime colonial e com exportação de mão-de-obra de camponeses,

⁴ Esse abandono das terras por parte dos camponeses encontra explicação na falta de organização em um movimento social ou como grupo para expressarem as relações de dominação de forma a reivindicar contra a usurpação e escravização a que eram sujeitos. Evitavam qualquer confronto direto, simbólico com a elite portuguesa. Por essa razão preferiam abandonar a tribo e emigrarem para outros lugares onde podiam trabalhar sem se submeterem. Para os portugueses isso era insubordinação aberta porque se confrontavam com a estrutura hierárquica e de poder estabelecida.

exportação de produtos agrícolas e de transporte ferro-portuário. Decorria desse processo um comércio internacionalizado que rendia divisas para os portugueses.

Por outro lado, integrou as famílias rurais a novas formas produtivas, mercantilizando gradualmente a vida social com a inclusão de moeda trazida pelos trabalhadores imigrantes dos países vizinhos e dos trabalhadores das plantações estrangeiras. E, lentamente, lhes foram criadas novas necessidades, novos estilos de vida sem precedentes históricos e culturais que foram surgindo nas zonas rurais. Essas novas formas de emprego contribuíram também para dissociar os trabalhadores dos seus grupos de referência, e passando a ser trabalhadores assalariados.

Esse modo de produção levou Castel-Branco (1995, p. 558) a afirmar que a política colonial teve como padrão de acumulação de capital a exploração camponesa. Essa exploração agravou-se com a instauração do chamado “Estado Novo de Portugal” sob a égide de Oliveira Salazar, nos anos 30 do século XX, que se constituiu como um estado pluricontinental. As colônias foram consideradas como parte integrante (valorização da história colonial) e inalienável do território português e tornaram-se suas províncias ultramarinas. Dissemina-se o nacionalismo econômico que se tornou “*uma pedra no sapato*” de Moçambique, explorando cada vez mais, tanto os seus recursos naturais, como a mão-de-obra do seu povo.

No Estado Novo”foi feita a revisão das formas de pagamento dos trabalhadores das minas na África do Sul. Em 17 de Novembro de 1934 aparecem novas alterações à regulamentação da emigração. Ou seja, fixa-se um limite máximo e mínimo dos indígenas a serem empregados no trabalho mineiro (...) e abandona-se o padrão ouro nos pagamentos a Moçambique, passando a pagar-se em moeda corrente”, observam Leite e Rosário (1963, p.63). Em 1940, novas adaptações foram feitas e Portugal passa a receber em ouro os pagamentos diferidos. Esta situação manteve-se até a década de 70 e continuou até depois da independência.

Nessa nova fase houve a preocupação de transformar moçambicanos em portugueses com a exigência de aculturação e assimilação dos cultivos e expressão portuguesa para obtenção da cidadania.

Na última fase do período colonial, até 1974, 70% da produção agrícola era produzida pelo campesinato e 30% pelos setores “modernos” coloniais, e a exploração agrícola servia para abastecimento das cidades e plantações de cultivos para exportação.

Mediante esta análise evidencia-se a influência do capitalismo periférico e mal orientado, marcado por uma intensificação do trabalho forçado e integração crescente da

economia colonial no sistema-mundo que “o período reflete, mostrando que a economia regional era dominada pelo capital mineiro sul- africano”, salienta Wuyts (1980, p.12-13).

A função social do trabalho forçado e dos cultivos obrigatórias para exportação revela a incapacidade de Portugal de modernizar as formas de produção e de concorrer com o capital mineiro e com as plantações no acesso à mão-de-obra. No entanto, a ótica de obrigatoriedade dessa função social do trabalho forçado permitia a acumulação de capital por parte da burguesia portuguesa. A força do trabalho era paga em ouro para Portugal.

Na visão de autores como First et al (1983), CEA (1998) e Wuyts e O´ Laughlm (1981) a economia colonial conseguiu sobreviver durante anos, sustentada pela dependência desses dois sistemas: o trabalho migratório e a agricultura coercitiva.

Em última instância, o desenvolvimento desse capitalismo nada mais era que a submissão de todas as esferas da vida social a essa condição. A economia colonial foi determinística na orientação da economia moçambicana fundamentalmente para prestação de serviços ao sul do País e ao porto moçambicano ligado aos países do “Interland” (para venda de mão-de-obra) e transporte de mercadorias, eram os geradores de divisas para a balança de pagamentos e a manutenção do sistema colonial, advertem First, et al (1983), CEA (1998); Wuyts e O´ Laughlm (1981).

A partir dessa visão geral do processo de evolução do sistema produtivo colonial, e de acordo com os autores citados anteriormente, o resultado das práticas coloniais foi o impedimento do surgimento de uma burguesia negra no País tanto agrícola, como comercial. Mesmo com diferenciação de classe e até com alguns pequenos comerciantes o sistema de produção agrícola e industrial manteve-se nas mãos da burguesia portuguesa.

Isto deixa antever que o peso decorrente da colonização não permitiu que as famílias rurais moçambicanas tivessem oportunidade de competir no mercado. Nem ao menos que constituíssem estratégias de obtenção de renda monetária, caracterizada por recurso às atividades agrícolas e não- agrícolas, no interior da unidade familiar e fora dela, com vistas à acumulação de capital.

Importa igualmente observar que no sistema de relações econômicas e sociais as opções das famílias rurais em termos de estratégias de reprodução econômica, expressas em expectativas em relação ao futuro das suas atividades agrícolas eram de puro pessimismo, porque o sistema colonial não permitiu que a unidade familiar fosse detentora de meios de produção competitivos e nem de capital.

Os portugueses, além de destruírem as bases das condições de vida dos camponeses, pelo desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, fundamentado na

transformação do camponês em assalariado e outras formas de desorganização das comunidades rurais, também mediavam a comercialização dos produtos agrícolas de produção obrigatória advindos das unidades familiares.

Como forma de impedi-los de vendê-los diretamente ao consumidor, no caso as companhias capitalistas, não eram chamados a participar do processo dos preços no âmbito da sociedade na qual se dava a formulação das políticas públicas agrárias, ao longo do período colonial. Em última análise a intervenção dos camponeses moçambicanos na estrutura produtiva e na economia agrária do País restringia-se apenas no trabalho braçal.

A exploração colonial implicou, para o camponês, na perda de todo um conjunto de valores culturais como componentes de um modo de ser e viver: seu dialeto, religião, valores culturais, histórias, produções musicais, entre outros. Esses elementos determinantes da sua condição de vida e trabalho camponês, e da própria visão de mundo foram ignorados pelos portugueses, quando introduziram a produção capitalista, preocupados em desenvolver o processo social de produção, minando os valores sociais do produtor dessa riqueza. É importante destacar que toda opressão econômica é, acima de tudo, cultural, social e política. Marx (1982, p. 555) salienta que “a terra e o homem são as duas fontes originais de toda a riqueza”.

Dessa forma predominou a perseverança obstinada dessa estrutura social colonial com a pretensão de desenvolver a colônia e criar condições somente de beneficiar a metrópole. No caso de Moçambique essa se tornou “duplamente periférica, uma vez que era dependente de Estados que tinham, eles próprios, economias periféricas, tais como Portugal e África do Sul (...). Os portugueses eram predominantemente camponeses e cantineiros, mais do que exploradores ricos” (HANLON, 1984, p. 22).

Apesar de, nos anos subseqüentes, na instauração do nacionalismo econômico, Portugal ter introduzido algumas reformas políticas e econômicas, abrindo portas para investimentos estrangeiros, nas décadas de 1960-1970 e resultando nos investimentos na indústria manufatureira de processamento de materiais-primas em Moçambique, isso não impediu o que aconteceu posteriormente.

Analisando a longa trajetória do sistema de produção colonial, ressalta-se o resultado do fim da II Guerra mundial e a influência da construção dos nacionalismos idealizados por líderes africanos, como Nkuame Kruma, Julius Nherere, Keneth Kaunda, entre outros, nos anos 1960. Nesse período alguns países africanos reivindicaram independência dos seus territórios e a Tanzânia liderada por Julius Nherere conquistou sua independência, servindo de retaguarda para muitos países da região, incluindo Moçambique constituírem movimentos sociais

clandestinos Esse fenômeno de surgimento dos nacionalismos aliou-se à crise do governo autoritário português e a mudanças políticas mundiais. A comunidade internacional, hostil ao colonialismo português e suas formas violentas aplicadas ao povo moçambicano, até os anos 1960 contribuiu para o surgimento, especificamente de movimentos de libertação e a FRELIMO, nos anos 1962, para libertar o País da colonização portuguesa.

Ao longo de anos de exploração, as práticas e representações dessas relações de dominação inerentes a esses dois grupos, colonizadores e camponeses iam sendo compreendidos como conformismo, acomodação e/ou submissão, o que não era verdade; os camponeses viviam em tensão e lutas invisíveis aos olhos dos colonizadores, recorrendo à forma de resistência que Scott (2002, p. 33) denomina de “expressões da resistência cotidiana” em busca de respostas para saírem da situação de escravos no seu próprio território.

Em Moçambique, concretamente, as práticas coloniais provocaram reações e revoltas à dominação com a tomada de consciência em alguns segmentos da população sobre os ventos das independências pacíficas das colônias britânicas e francesas e crescimento dos nacionalismos no continente africano, que culminaram com início da luta de libertação nacional, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO, na década de 1960. Essa luta pela libertação foi resultado da não aceitação de Portugal em ceder à independência pacífica ao País à semelhança do que estava acontecendo em outras partes do Continente.

A resposta chegou com a formação da FRELIMO que iniciou a luta armada de libertação nacional, tendo sido o camponês o fornecedor de contingentes para participar da guerrilha. Ou seja, o campesinato forneceu homens para participarem nesse processo social de grande envergadura que durou dez anos. Weber (1982) dizia que o camponês tinha missão de abastecer o exército com recrutas, dos quais as cidades estavam isentas (...) até o serviço militar se tornar compulsório para todos.

Para Moore Jr. (1966, p. 480) ,“os camponeses têm fornecido a dinamite para pôr abaixo o velho edifício”. Mais uma vez o camponês foi afastado da produção, para se tornar militar. Desta vez ele foi liderado por indivíduos moçambicanos urbanos organizados em um movimento social, a FRELIMO - com fins revolucionários, para destruir o sistema colonial de produção. Os contornos dessa realidade perduraram até o colapso da ditadura totalitarista em Portugal, em 1974, por meio de um golpe de Estado liderado por militares revoltados com o sistema fascista e pelas grandes perdas militares que a população portuguesa era sujeita nas colônias.

A conquista da independência de Moçambique deu-se em 1975, sob liderança de um Governo de Partido Único, a FRELIMO, que se alinhou com o marxismo-leninismo,

orientando a sua cooperação com a União Soviética, Cuba e com o bloco dos países do Leste europeu, principalmente a Alemanha oriental. Esses foram favoráveis à luta de libertação nacional e apoiaram econômica e tecnicamente a causa moçambicana.

1.2 Dissolução da estrutura colonial de produção agrícola

A adoção da primeira estratégia de desenvolvimento rural de planificação centralizada ocorreu no contexto em que a economia moçambicana iniciou uma nova fase de adaptação ao novo modelo de produção agrícola. Todavia, “a estrutura da economia rural, na verdade manteve-se direcionada ao mercado de exportação de produtos agrícolas” (KASSOTCHE, 1999, p. 92).

Com a conquista da independência nacional, “os mecanismos de acumulação e de reprodução herdados do período colonial foram postos em causa pelo novo governo por ações deliberadas pelas novas autoridades políticas, sem que tivesse sido feita, previamente, uma avaliação adequada das consequências que daí adviria e sem que estivessem disponíveis os necessários mecanismos alternativos e a capacidade para edificá-los”, afirma Serra (1991, p. 424).

No período subsequente à independência nacional, de 1975 até o momento do estudo 2008, iniciou-se a construção social de um novo modelo de desenvolvimento e foram adotadas duas estratégias de desenvolvimento teoricamente opostas uma da outra que marcam o percurso econômico de Moçambique.

Dando ênfase à afirmação de Chayanov (1920, p. 29), de que “o socialismo foi concebido como ‘*antítese*’ do capitalismo”, o governo da FRELIMO, partido no poder, adotou um Estado socialista para se opor ao capitalismo, o qual se encarregou de controlar diretamente todos os setores estratégicos da economia, com vistas a criar fundamentos para o comunismo.

Esse novo modelo de produção teve um impacto amplo e geral transformando a sociedade em toda a sua extensão, compreendendo o campo, a cidade, a sociedade civil e o Estado. Afetou as formas de vida e trabalho, as Instituições e a cultura, as relações do indivíduo, família, grupo, ou seja, alterou as condições de vida e trabalho, os padrões e os valores no campo, portanto, causou uma ruptura abrupta e total. Ou seja, optou por uma política de

desenvolvimento assentada na economia centralizada⁵, baseada numa planificação também centralizada. Salieta Kassotche (1999, p. 92), que:

Em 1977, muitas companhias pertencentes a estrangeiros foram tomadas e o governo procurou formar empresas mistas e contratos de gestão. O governo impôs algum controle sobre as importações e sobre a moeda, quase sempre com oposição dos países desenvolvidos e instituições internacionais. Todas as importações e outras despesas fora do país tinham que ser aprovadas pelo Banco Central.

No contexto macroeconômico, o enfoque foi dirigido para as mudanças radicais preconizadas pelo novo governo, exercendo um controle estatal efetivo nas zonas rurais e para uma política de intervenção nos setores econômicos e sociais nesse espaço.

A nacionalização dos recursos produtivos foi a estratégia encontrada pela intervenção política. Importa aqui ressaltar a importância da nacionalização. Houve saída massiva dos portugueses do País, entre os proprietários dos meios de produção capitalista e a grande maioria dos técnicos que preenchiam os lugares na administração da estrutura do aparelho econômico.

Valá (2006, p. 127) constata que com advento das nacionalizações, em particular a terra, assistiu-se à partida dos agricultores portugueses e dos comerciantes rurais, o que originou quebras significativas nos rendimentos e um colapso generalizado dos sistemas de comercialização agrícola, assim como dos sistemas de abastecimento de insumos agrícolas e equipamentos.

Este êxodo dos portugueses para Portugal e para países vizinhos e de regresso às origens, caracterizado pelo corte definitivo do ‘cordão umbilical’ entre o colonizador e o colonizado, constituiu-se em abandono ou destruição deliberada da infraestrutura e equipamentos com objetivos de impedir a continuidade das atividades econômicas dos moçambicanos pós-independência.

O caos provocado pela saída quase que compulsória do País, resultou, também, do temor de represálias do povo moçambicano. “Eles estão literalmente apavorados, temendo serem expulsos pelos negros ou maltratados quando as tropas da Frelimo chegarem aqui”, segundo a afirmação de Leite & Rosário (1974, p. 38) à Revista Veja (brasileira) que à época fazia cobertura dos acontecimentos localmente. Os portugueses que eram os detentores dos meios de produção, da terra, empresas e bancos, “desencadearam um processo de sabotagem

⁵“A economia nacional é concebida como uma única e enorme unidade econômica de todo o povo. A vontade popular dirige através dos órgãos estatais – seus instrumentos – e o Estado administra a unidade econômica segundo o plano unificado, que utiliza plenamente todas as possibilidades técnicas e todas as condições naturais favoráveis “(Chayanov, 1981,p.157).

por completo na economia de Moçambique, esvaziando as contas bancárias, protagonizaram fraudes nas importações de mercadorias e exportações ilegais de bens (carros, maquinários, tratores entre outros)”, afirma Kassotche (1999, p. 95).

Kassotche cita, ainda, que as empresas e bancos portugueses repatriaram o ativo e saldos existentes como forma de destruir a economia totalmente; mataram gado, queimaram maquinaria e colocaram cimento em poços de elevadores de prédios em construção, em vez de deixarem o País com alguma coisa por eles legado. O mesmo autor cita Andersson (1992, p. 14), frisando que “Moçambique foi deixado em piores condições do que era antes de os portugueses chegarem”.

Cabe destacar que, nesse período, a FRELIMO não tinha a sua disposição técnica para substituição dos quadros portugueses na máquina administrativa, já que, até finais do regime colonial, Moçambique não tinha uma elite negra educada para tanto.

Moçambique, quando se tornou independente, mais de 90% da sua população era analfabeta e existia um número bem reduzido de técnicos com formação superior, diz Silva (s/d, p.5).

Assim, poucas pessoas tinham condições, ou estavam preparadas para preencherem as vagas deixadas pelos técnicos portugueses. Com o rompimento desse sistema, o Estado, liderado pela FRELIMO, foi obrigado a tomar medidas pertinentes e urgentes que lhe permitissem a continuidade da produção. Mas, cortando radicalmente as anteriores relações coloniais, segundo a afirmação do anterior presidente de Moçambique citado por Hanlon (1997, p.82) seria continuar com aquele modo de produção e uma forma disfarçada de colonização. Diz o presidente da República Samora Machel:

Recusamo-nos a permanecer eternos fornecedores de matérias-prima. (...) recusamo-nos a participar na divisão internacional de trabalho numa posição de subordinação, pagando cada vez mais por produtos acabados e vendendo a nossa força de trabalho por cada vez menos. Recusamo-nos a vender o nosso minério e ficarmos apenas com os buracos.

O período de regressão da economia do País dos anos 1970/81 coincidiu com a recessão mundial, nomeadamente: os efeitos da subida dos preços internacionais do petróleo e de outros bens manufacturados, em 1974, aliados à crise da descolonização de 1974-1977 e, conseqüentemente, seguido da década de 1980, década essa considerada perdida pelas economias internacionais. Estes fenômenos afetaram a economia de Moçambique; houve

redução das exportações de produtos básicos: castanha de caju, açúcar e copra, algodão e camarão e a conseqüente queda de preços dos mesmos (KASSOTCHE, 1999, p. 93).

Entretanto, nesse mesmo período de 1975, o Reino Unido e o Brasil aumentaram o crédito ao País e, em 1982, Portugal retomou as relações que haviam sido cortadas, em 1979 como resultados da nacionalização de propriedades portuguesas. As relações com os Estados Unidos da América, tensas desde 1977, com a expulsão de diplomatas americanos por alegada espionagem, foram restabelecidas em 1983 (KASSOTCHE, 1999, p. 91-2).

Contudo, para essa fase transitória de substituição da estrutura social agrícola colonial, novo dispositivo para a transformação deveria ser acionado. Novas bases sociais sobre as quais se edificaria a vida em Moçambique, durante o período da revolução operária e camponesa, constituição de cooperativas agrícolas e a distribuição da terra dos colonos concretamente (na região do colonato do Chókwè) entre os nativos foram às soluções encontradas para minimizar o problema, segundo Valá (2006, p. 127).

Para legitimar essas mudanças a serem adotadas, com vistas à recuperação dos anos perdidos com programas até então mal orientados e mal sucedidos, foi realizado o III Congresso do Partido do governo, em 1977. Esse se constituiu no órgão máximo do partido que se reúne de cinco em cinco anos, visando a organizar-se de forma estratégica para repensar e avaliar o papel desempenhado pelo governo na gestão da economia. Destaca-se que as decisões para o desenvolvimento agrícola de Moçambique eram tomadas em Congresso, pelo partido no poder sem se ter em conta a multiculturalidade e multiétnica e as duas estruturas de organização social, matriarcal e patriarcal existentes e suas especificidades.

Esse Congresso serviu também para delinear estratégias de transformação do partido FRELIMO formalmente para um partido marxista-leninista, dando ênfase à aliança operário-camponesa, criando bases ideológicas e materiais e apropriando-se de uma estratégia clássica rumo à construção do socialismo, com vistas a criar fundamentos para o comunismo na sociedade moçambicana, afirma Valá (2006, p. 127).

O III Congresso trouxe uma ruptura revolucionária na agricultura ao introduzir transformações na política de desenvolvimento socioeconômico e modificar as condições de reprodução e acumulação.

Entre múltiplas funções atribuídas à agricultura, esta nova intervenção recorreu à política de socialização do campo, transformando as machambas (lavouras), que outrora eram dos colonos, em machambas estatais e cooperativas.

Quanto ao ideal coletivista, os socialistas estavam convictos de que o engajamento no associativismo resolveria os problemas, provocados pelas políticas anteriores mal sucedidas, como esclarece Castel-Branco (1995, p.620) na seguinte citação:

“O associativismo e o cooperativismo voluntários foram identificados como bases institucionais fundamentais que permitem aumentar o poder negocial e de intervenção dos pequenos camponeses, facultando-lhes a oportunidade de melhorar as condições para a expansão da sua base produtiva (...) a base econômica, tecnológica e social dos pequenos camponeses é demasiado débil para que, individualmente, se possam desembaraçar das amarras a que estão sujeitos pelo padrão de acumulação econômica dominante na economia nacional”.

Ao adotar a política de desenvolvimento assentado na “socialização do campo”, a FRELIMO tinha como intuito a alteração profunda das relações de produção, até então vigentes, em um sentido e uma transição para uma sociedade que se desejava socialista, rumo ao socialismo avançado.

O desenvolvimento rural devia ser promovido por meio da produção em empresas estatais agrárias, a produção, em moldes coletivos nas cooperativas, e os camponeses deviam abandonar as suas unidades produtivas e organizar-se de forma a viver em aldeias comunais. Isso significava romper radicalmente com o passado, destruir a estrutura dos grupos domésticos e a sociedade de inter-conhecimento e autonomia demográfica, social e econômica existentes.

Considerando as novas proposições, na prática, essa nova estratégia, assentava-se na transformação social da produção baseada na visão de modernização da agricultura por meio da criação de aldeias comunais, segundo discurso do partido governamental FRELIMO, no ano de 1977.

No raciocínio das autoridades as aldeias comunais tinham em vista facilitar o acesso à infra-estrutura social, saúde e educação, e permitir o aumento da produtividade com a introdução da agricultura mecanizada nas machambas estatais, e ainda como tentativas de inverter o processo de exploração colonial dos camponeses. Com a adoção dessa medida, modificar-se-iam completamente as relações sociais no campo.

A industrialização dos excedentes agrícolas era vista como forma de impulsionar o desenvolvimento e, fundamentalmente, como transformação da estrutura econômica que estava em crise.

O palco para essa modernização e transformações seriam então as machambas estatais e as cooperativas agrícolas que seriam produtoras de bens de exportação e fornecimento de produtos de primeira necessidade para as zonas urbanas vinculadas em cooperativas de consumo, resultando, mais uma vez, no desvio da função social da agricultura.

Inicia-se, então, a fase da euforia da revolução socialista, o processo de implantação e de manutenção da transformação social e econômica, que resultaria na melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres, entendido como resultado final pelos governantes da FRELIMO que tinham a convicção certa de que as empresas estatais e as cooperativas agrícolas, aliadas à mecanização das machambas estatais tinham tudo para alcançar os interesses desejados. Preconizavam, portanto, um processo de ruptura revolucionária.

A mecanização foi meramente entendida como a simples absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico oriundo da Europa do leste em difusão no País, significando o aumento da produção e da produtividade, já que, “faziam parte de um sonho de modernização rápida que os dirigentes do país tinham nos primeiros anos da independência” (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1993, p. 37-38).

EGRO, 1992, p. 95 salienta que:

“A produção agrícola moderna sob o controle direto do Estado, constituiu de muitas maneiras uma resposta necessária face aos problemas criados pelo abandono das propriedades em Moçambique por parte dos colonos e empresas portuguesas, e pela ameaça de escassez generalizada de alimentos, conjugada com o rápido declínio das exportações. Enquanto que as aldeias comunais assegurariam a auto-suficiência camponesa em termos de produção alimentar, as machambas estatais eram encaradas como o meio mais rápido de responder às necessidades alimentares do país, principalmente as da população urbana”.

Entretanto, cabe destacar que, no prosseguimento desta estratégia de desenvolvimento, a premissa estabelecida pelo III Congresso foi um Plano Prospectivo Indicativo (PPI) ⁶ plano orientador, que duraria dez anos cujo objetivo era eliminar o subdesenvolvimento herdado do colonialismo português na sua vigência.

O PPI era baseado no planejamento centralizado da economia e tinha como perspectiva a transformação da estrutura econômica por meio de uma industrialização rápida dos excedentes agrícolas. Este plano legitimou a vigência deste processo porque se dizia que modernizaria

⁶ O PPI foi adotado em 1980, era o programa do governo para a liquidação do subdesenvolvimento e a construção das bases do socialismo ao longo da década de 1980-1990, segundo Castelo-Branco (1995, p. 583).

rapidamente a agricultura e que a produção aumentaria significativamente. As machambas estatais seriam o palco para aplicação do plano, com o lema “*Moçambique, um país em desenvolvimento para o socialismo avançado*”.

Para justificar a modernização era necessário produzir bens para a exportação e cobrir uma grande parte das necessidades alimentares do País.

Nessa perspectiva, Sen (1966, p. 443), apud por Abramovay (1992, p. 22) questiona essa política de modernização ao salientar que:

Nem sempre a modernização corresponde a uma verdadeira vantagem social. Ao contrário, é provável que socialmente a existência de unidades produtivas marcadas pelo típico equilíbrio camponês permita a oferta de bens agrícolas em condições em que a terra e o trabalho sejam utilizados com resultados melhores que em empresas capitalistas [...] prontas a substituir trabalho por produto”.

Não obstante o grande êxito da formação das cooperativas, aliado ao fato de a modernização ter alcançado alguns resultados visíveis em diferentes áreas, como na saúde rural, na educação, na habitação, no abastecimento de água e na participação popular, o PPI não se mostrou bem sucedido no nível econômico, particularmente na economia agrária, que se reflete na dependência da ajuda externa para o consumo nacional.

Pode-se dizer que nas novas relações de trabalho, na vigência do PPI a produção para exportação diminuiu, conduzindo a economia nacional a um estado de grave desequilíbrio financeiro e estrutural. O País mergulhou, então, numa situação caótica, somente o setor de serviços cresceu, principalmente o comércio, administração pública, defesa, serviços financeiros e outros.

A produção baseada no voluntarismo provocava a ausência de estímulos na forma como o trabalho era feito na nova era, manifestava-se não só com os executores, mas também com os organizadores da produção, pois, todos “os funcionários estavam interessados na perfeição da função econômica em si, na precisão do aparato econômico e nada no resultado do tipo trabalho” (CHAYANOV, 1920).

Os trabalhadores moçambicanos se encontraram em posição de não poderem exercer suas capacidades intelectuais pela conveniência da gestão centralizada do sistema, cuja preocupação mais importante eram os resultados materiais. Mas, a perseverança obstinada dos dirigentes permitiu cumprir esse objetivo no espaço de 10 anos, mesmo com a ausência de todo um pensamento criativo individual.

Comumente deixava-se para as massas de trabalhadores a tarefa de converterem-se em executores das prescrições políticas no trabalho econômico. Do ponto de vista social, parecia que eram “sumamente distantes da perfeição em comparação com a agricultura na qual o trabalho era supostamente ligado à criação de “formas organizativas”, como afirma Chayanov (1920, p.30).

Consequentemente, a livre iniciativa pessoal que poderia permitir que cada ser humano pudesse manifestar todas as possibilidades de seu desenvolvimento espiritual, sobrando-lhe tempo para utilizar, em caso de necessidade, toda a potência da grande economia coletiva, assim como a das organizações sociais e estatais, foi inibida, considerada reacionária às diretrizes da planificação centralizada.

Nesse contexto, testemunha-se uma crise econômica generalizada, aparentemente irreparável advinda do colapso da estrutura de produção agrícola colonial e “das contradições suscitadas pelo processo de conversão socialista a que foi sujeito o país” (CASAL, 1988 p.159).

A produção nas empresas estatais e cooperativas dependia de técnicos ‘cooperantes’⁷ oriundos de países socialistas para auxiliarem os moçambicanos que detinham domínio das tecnologias de produção agrícola. Num período em que “açúcar e o algodão deixaram virtualmente de ser produtos de exportação até 1979”, segundo O’Laughlin (1992, p. 73).

No entanto, só o domínio das tecnologias não resolveu o problema do desenvolvimento da agricultura, porque esses não reuniam o conhecimento das especificidades dos solos moçambicanos, ou seja, dependiam de inovações *ad hoc* que eram introduzidas na agricultura por esta cooperação.

Essa preocupação com a cooperação tinha em vista aumentar a produtividade, melhorar algumas obras de irrigação auxiliadas pela propagação de novas sementes também vindas da Europa, com objetivo de se alcançar certo nível do volume da produção per capita, mas que não produziram resultados desejados.

A característica constitutiva desse dispositivo o tempo mostrou não ser adequada às condições vigentes. Isto porque as políticas para o desenvolvimento agrícola planificadas não eram soluções para os problemas herdados do colonialismo, uma vez que os moçambicanos não estavam preparados, técnica e financeiramente, para lidar com a realidade de cultivo associativista e, muito menos, para produção de cultivos de exportação que tinham um sistema próprio de produção de mercadorias.

⁷Termo derivado de cooperação para ressaltar a proliferação de mão-de-obra dita qualificada oriunda dos países designados “aliados naturais ao novo regime” e de Moçambique, em substituição aos quadros portugueses que haviam abandonado o País.

O fato de sempre terem trabalhado para o patrão/colono resultou em que os trabalhadores não dispusessem de recursos financeiros próprios e contribuiu para inibi-los de progredir no mercado. Importa, portanto, salientar a falta de experiência e tecnologia para este tipo de produção.

Longe de solucionar os problemas provenientes dessa tentativa de suprir a crise econômica resultante da destruição da estrutura de produção agrária colonial, o governo recorreu a políticas inadequadas para resolver os problemas econômicos e sociais existentes no País. As medidas vigentes preconizadas pelo Estado caracterizavam-se de forma geral por marginalizar os camponeses e agricultores familiares, uma vez que a produção econômica das famílias rurais, nas condições do País, não foi tomada em consideração (CASAL, 1988, p.159).

No processo de favorecimento do desenvolvimento da agricultura mecanizada, foi um equívoco desvalorizar o sistema existente que garantia a maior parte da produção para o consumo interno e exportação. A imagem que o Estado tinha da produção familiar era a de um empreendimento de reduzidas dimensões, com técnicas precárias e atrasadas. Evidentemente, nessa nova perspectiva a produção reduzida e a mecanização iriam aumentar rapidamente com aplicação de técnicas avançadas e importadas do Exterior.

Concomitantemente à crise econômica, o período foi caracterizado pela proliferação da guerra em quase todo território nacional, além de calamidades naturais (cheias de 1977, secas na década de 80), que aumentaram a pressão interna para a alteração das políticas do governo, pois a economia degradava-se de forma crescente e a população era afetada.

Em algumas províncias as populações passavam fome e nos centros urbanos, abastecidos praticamente por produtos importados ou doados por países aliados, havia restrições de alimentos a ponto de cada membro de agregado familiar receber 2,5kg de arroz ao mês. Muitos produtos de primeira necessidade desapareceram do mercado interno.

Lojas do povo foram criadas para o abastecimento da população urbana, onde a população aprendeu um novo método de aquisição de alimentos: “*formar longas filas*” que muitas vezes começavam no dia anterior. Seguidamente as lojas passavam dias sem abastecimento, “*mas as filas estavam lá*”. Foi nessa época que se instituiu um gabinete de abastecimento da cidade de Maputo. Foi constituída, também, uma loja para os dirigentes do Estado para facilitar-lhes a aquisição de alimentos e outros bens considerados importantes, sem precisar se sujeitar às filas a que o povo estava sujeito.

Outro aspecto que contribuiu para a crise na vigência do regime e que importa destacar foi à orientação das políticas governamentais para desenvolver empreendimentos de grande escala (como a fábrica de têxtil de Mucuba, na província de Cabo Delgado, que foi

estruturalmente erguida e não funcionou) com base nos recursos de países do Leste Europeu e de capital intensivo.

Essa orientação mostrou-se inadequada às condições econômicas prevalecentes, e foi, conseqüentemente, incapaz de livrar o País do declínio econômico que se seguiu e ao colapso da economia após a independência.

O País dependia de importações e os investimentos para o setor privado e familiar de produção eram inexistentes. Contudo, as iniciativas de investimento eram orientadas para as cooperativas de produção agrícola.

A divisão interna do trabalho, os baixos níveis de produção e um rígido sistema de preços não refletiam os custos reais da produção, nem a escassez crescente de mercadorias que alimentaram a subida em espiral da taxa de inflação e de um mercado negro que despontava (ROESCH, 1992, p. 6-8).

A controversa desarticulação da reestruturação radical da economia com o modelo de planificação centralizada pelo Estado não solucionou os problemas econômico-sociais existentes no País, os quais iam se avolumando.

Para piorar a situação, durante esse período socialista a unidade de produção camponesa foi colocada em terceiro plano, pois as medidas econômicas preconizadas pelo Estado, além de marginalizar os camponeses e a agricultura familiar a favor do desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, destruíram o sistema que havia garantido a maior parte da produção para consumo interno e uma parte da produção para exportação do País. Era chegado o momento de “repensar a estratégia e avaliar o papel a desempenhar pelo estado na gestão da economia”, na afirmação de Adam (1997, p. 6-7).

Um dado importante a salientar é que, naquela época, as políticas públicas não cogitavam que a produção familiar de alimentos, com financiamento, pudesse concorrer no mercado e resolver os problemas da fome que fustigava os moçambicanos.

As populações rurais estavam voltadas a exclusão social e à indignidade. Isto porque não se pensou em introduzir na economia camponesa um conjunto de condições que pudessem romper o seu equilíbrio endógeno que tendia a mostrar-se estático. Mesmo sabendo que a maioria da população economicamente ativa dependia da agricultura de subsistência e que “a esmagadora maioria é constituída por mulheres que se dedicam à produção de alimentos para o consumo familiar, os homens são os responsáveis por culturas de rendimentos”, conforme Bergh-Collier (2006, p. 23).

O debate sobre relações de poder e gênero e desenvolvimento rural não era prioritário, apesar de ser comum ouvir os governantes exortarem a prioridade da emancipação da mulher por meio da Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

A inadequação das políticas implementadas ao longo desses anos colidiu com a guerra e as calamidades naturais e aumentou a pressão interna e externa para a alteração das políticas do governo da FRELIMO. A situação política, econômica e social estava em crescente degradação e com sinais alarmantes, a fome era generalizada, algumas províncias e o governo mobilizavam recursos para importação de alimentos, o mercado negro estava crescendo e, conseqüentemente, o câmbio baixava.

Outro fator que contribuiu para prevalência das perturbações desse período em discussão está relacionado com o apoio externo as guerras de libertação dos países vizinhos. Traduzido em asilo político dado aos membros da ZANU - Zimbabwean African Nation Union, do Zimbabwé, e da ANC - *African Nation Congress*, da África do Sul. Além de apoio militar prestado a esses movimentos. Por essa razão, Moçambique sofreu as hostilidades provenientes dos governos de minoria branca desses dois países e o País foi obrigado pela solidariedade com esses países ainda colonizados, a fechar as fronteiras (prejudicando a população e a economia nacional) com esses países vizinhos hostis à independência econômica e ao apoio que este providenciava aos movimentos que tentavam sua liberdade com recurso a guerrilha.

Ainda em nível externo, a guerra fria entre o Leste e o Ocidente, colocou o País como vilão, no centro de uma batalha ideológica. As múltiplas guerras refletiram negativamente na economia nacional, e na deterioração dos níveis de vida das pessoas, criando um distanciamento entre o governo e a população, alimentando o descontentamento que, por sua vez, ajudou a alimentar o conflito armado surgido também em Moçambique, nos primeiros anos de independência.

Para complicar ainda mais a situação negativa, crescia a dívida externa o que, por sua vez indisponibilizava divisas para o País. Os subsídios estatais para a educação, saúde e despesas correntes do setor estatal, incluindo as empresas estatais, levaram a um déficit no orçamento do Estado (Bergh-Collier. 2006, p. 23). “Moçambique entra, a partir da década de 1983, na fase da crise da dívida e perde credibilidade junto aos mercados internacionais”, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1998, p. 51).

Essa desarticulação das políticas e regressões sucessivas da economia foi debatida no IV Congresso do Partido do Governo, em 1983, que introduziu mudanças generalizadas na organização social e na estratégia econômica de desenvolvimento vigente no País.

A realidade mostrou ao longo dos anos que os projetos eram até otimamente concebidos e minuciosamente elaborados, porém, não bastava elaborar, era necessário também realizar.

Debateu-se no IV Congresso que para a materialização da nova organização social, novas mudanças seriam adotadas, e caracterizar-se-iam por certo grau de abrangência na sua concepção e nas novas formas de relações sociais entre os agricultores familiares e as políticas de desenvolvimento marcadas por essas mudanças.

Constatou-se a ingenuidade do sistema econômico em marginalizar a agricultura familiar que é um fenômeno generalizado que, segundo Abramovay (1992, p.20), “nos países capitalistas avançados constituem principal forma social do progresso”.

Depois desta constatação, tentou-se romper, de forma radical, com as bases dos planos passados, buscando a integração das famílias rurais nos programas de desenvolvimento rural e na vida social.

Reflexões e constatações anteriores sobre a função da agricultura de assegurar a reprodução socioeconômica das famílias rurais foram obrigatoriamente analisadas como primeira alternativa, nesse IV Congresso.

1. 3 Contradições da estratégia de desenvolvimento neoliberal

O IV Congresso deliberou a descentralização dos incentivos para estimular a produção agrícola, e pela primeira vez na história do País, deu prioridade à produção familiar e privada, reduzindo as terras das cooperativas e aumentando as do setor familiar e misto. As questões institucionais que impediam o melhor aproveitamento deste setor foram revistas.

As implicações desse processo de mudanças econômicas tiveram como consequência o apoio ao setor agrícola familiar camponês ao invés do estatal, devolvendo, dessa forma, à agricultura, o seu papel central de reprodução social. Nesse caso, a agricultura familiar tinha que ser integrada ao mercado e ser capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, diz o Relatório Preliminar do Diagnóstico do Gênero do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, 2002, p. 8).

Dados disponíveis no RNDH indicam que entre 1982 e 1986 deu-se a primeira explosão inflacionária de Moçambique independente de 1983-84. Começou também a verificar-se uma mudança nos padrões de financiamento do déficit público, baseado no endividamento interno. O

desequilíbrio fiscal massivo se tornou o alvo principal das medidas que viriam a ser a ponte usada para a fase seguinte.

Isso forçou o Estado a pensar uma trajetória política, social e econômica, baseada em agendas políticas internacionais cada vez mais repletos de soluções para os problemas relacionados aos países em vias de desenvolvimento, que culminaram com a passagem para a segunda estratégia. Assim, Moçambique tinha que aderir forçosamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM) em 1984.

O IV Congresso teve que aceitar, sem nenhuma alternativa, essa estratégia de reforma estrutural. Isso se deveu ao fato de que as instituições internacionais que lideravam o novo contexto socioeconômico e cultural dominavam, no mundo, três processos de legitimação: políticos, econômicos e científicos. Esses processos são, na análise de Giddens (1998), marcados pela “expansão do capitalismo e da economia liberal à escala mundial”, esta expansão do capitalismo, forçou a liberalização do mercado em Moçambique.

Esse período foi caracterizado por um conjunto de novos processos sociais e econômicos associados à globalização, o paradigma que veio alterar radicalmente a estrutura das sociedades em quase todos os países e Moçambique foi globalizado. Enfraqueceu-se fortemente o papel do Estado na eficácia da condução das políticas previamente traçadas para o desenvolvimento rural, o que pareceu não ser do interesse do modelo hegemônico trazido para o País.

A implantação desse modelo hegemônico foi uma condição *sine qua non*, para o governo ajustar a estratégia moçambicana à ideologia neoliberal, na forma do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE), de 1985. Em 1987, introduziu-se o Programa de Reabilitação Econômica (PRE)⁸ e, em 1990, foi à vez do Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) (SILVA. s/d, p. 16). Este último resultou de algumas negociações que se fizeram ao longo da aplicação das anteriores.

Todos esses planos eram liderados pelo BM e FMI e condicionavam a ajuda externa (alívio da dívida) à aplicação destas estratégias, à abertura política, ao fim da guerra que assolava o País havia 16 anos e a democratização do País com eleições multipartidárias e democráticas. A economia de livre mercado em Moçambique também foi condicionante e resultou na privatização de empresas estatais⁹ e de serviços, acrescidas ao reforço dos

⁸Estes programas do FMI e BM “são idênticos aos de outros países em vias de desenvolvimento (PVD’s) para a maioria das pessoas desfavorecidas, apesar do investimento estrangeiro poder estar a crescer com o resultado das mudanças políticas (KASSOTCHE, 1999, p. 97)

⁹No sentido apontado por Macamo (2006, p. 17), tratava-se de satisfazer uma condição essencial para beneficiar do perdão da dívida; não havia muitas alternativas de escolha.

investidores privados. Essas medidas acentuaram ainda mais a situação de destruição do “*modo de vida*” no campo.

Cabe referir que as eleições multipartidárias impostas pelas instituições financiadoras, precederam a assinatura de um Acordo Geral de Paz (AGP) assinado em 1992 marcando o fim da guerra que durava a mais de uma década e que prejudicavam sobremaneira a economia rural.

A estabilização macroeconômica iria supostamente recuperar o equilíbrio interno e externo da economia, trazendo as despesas do setor privado e público ao nível do rendimento nacional e da ajuda e endividamento externo sustentáveis.

Foi nesse contexto que, no início da década de 1990, deu-se a transição efetiva para o regime multipartidário com a entrada em vigor da nova Constituição de 1990, em Moçambique, contemplando liberdade de expressão e de imprensa e o apelo à democracia e ao mercado livre com todas as vicissitudes que apresenta.

Pode-se considerar que a integração de Moçambique no processo de governo liberal criou, mais uma vez, alterações profundas no modo de desenvolvimento do país.

As instituições da Breton Woods exigiam o fim das empresas estatais (que empregavam a maior parte da população não qualificada composta pela grande maioria de mulheres, garantindo assim a segurança social dos mesmos que labutavam nas empresas de descasque de caju) e abertura da via para a privatização de recursos produtivos¹⁰, indústrias, fábricas e comércio, entre outros.

Diante desse quadro não é de se estranhar a reformulação das políticas públicas do governo, quando começaram a vigorar os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)¹¹, obrigando, deste modo, o Estado a reduzir as despesas públicas, visando a criar certo equilíbrio na balança de pagamento no País que vivia numa situação de desequilíbrios econômicos, que se resumiram nos déficits de contas externas dos orçamentos públicos, desequilíbrios entre a participação e investimentos, receitas de exportação e obrigações dos serviços da dívida, entre outros (CASTEL-BRANCO, 1995, p. 600).

¹⁰A privatização das empresas estatais causou um prejuízo enorme ao País pela demissão em massa dos trabalhadores; até 1987, mais de 500 empresas foram privatizadas, segundo estudos da Situação de emprego realizado pela Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), em 1995. Com a abolição das barreiras comerciais, o produto moçambicano fica sem competitividade no mercado devido aos elevados custos de produção, sendo os produtos importados vendidos a preços bem mais baixos, levando a probabilidades de falência de muitas indústrias têxteis de produção de peças de vestuário cuja mão-de-obra feminina passou para o desemprego.

¹¹Programa de Reabilitação Econômica (PRE) iniciado em 1987, e mais tarde denominado Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES). É um programa clássico de ajustamento estrutural de orientação neoliberal, financiado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (CASTEL-BRANCO, 1994, p. 583).

Todavia é de se imaginar que o País não estava preparado para esses acontecimentos em cascata, mesmo porque se sabe que “estes programas levam seu tempo para produzir resultados esperados” aponta Macamo (2006, p. 17). Pode-se ir além, caso se considere o alternativo defendido por Hanlon (1997, p. 122), “Moçambique foi apanhado na armadilha pelos PREs porque, já na vigência do governo colonial, era difícil aos moçambicanos adquirirem experiência de negócio e acumularem mesmo pequenas quantias de capital.

Este autor considera que durante a vigência do PPI houve uma pequena abertura de espaços de participação para acumulação de capital por parte dos moçambicanos, mas no PRE, os poucos espaços existentes desapareceram e só entrou no mercado quem tinha dinheiro e experiência, alargando, assim, o fosso entre rico e pobre e entre campo/cidade (HANLON, 1997, p. 122).

O PRE foi um programa basicamente de ajustamento estrutural nos moldes do FMI e do BM. Para a saída da crise “o programa preconizava a necessidade de adoção de austeras políticas monetárias e fiscais, privatização das empresas estatais, desregulamentação e liberalização da economia e estímulo às exportações” (VALÁ, 2006, p. 159-60). Ou seja, o Estado moçambicano deixaria de ser um grande empresário para ser um regulamentador atento de políticas de desenvolvimento.

No imaginário, a aplicação dos PREs conduziria o País a dar os primeiros passos rumo à liberalização, canalizando-o à transição, com vistas a reverter as tendências negativas do crescimento econômico por meio de reajustamento estrutural, o que aconteceu concomitantemente com o conflito armado de desestabilização movido pelo movimento de resistência ao sistema de governo socialista e destruiu a infraestrutura herdada do colonialismo português, sobretudo, nas zonas rurais.

Porém, os camponeses foram obrigados a procurar outras formas de sobreviver, aumentando a diversificação do seu modo de vida com outras atividades não agrícolas. Apesar da pluriatividade da renda nas zonas rurais ter sido introduzida pelo regime colonial, com o desencadeamento da exportação da mão-obra para os países vizinhos, trabalho assalariado nas plantações estrangeiras, instala-se a dependência do trabalho nas cidades e nos países vizinhos.

Todavia a situação resultou numa explosão de mercados paralelos, conhecidos localmente por: “*os dumba nengues mokuristas e tchinga moyos* entre outros.” Houve aumento de famílias praticantes da pecuária, produção de aves e outros animais de pequeno porte, entre outras atividades não agrícolas.

Por seu turno, a guerra dos dezesseis (16) anos, serviu para aumentar a deterioração da situação econômica e humana no País. Destruiu a infra-estrutura econômica e social,

estabelecimentos comerciais, pontes, instalações de saúde, escolas, e habitação. Estudantes e professores foram raptados para fortalecer fileiras da guerrilha, a maioria foi morta em fogo cruzado.

Como consequência da guerra convive-se com outro significado no quadro na vida rural, cada vez mais mostrando a degradação das condições de trabalho no campo. O sistema tradicional de produção camponês é desestruturado a partir do regime colonial e passado para o sistema centralizado. Isso levou ao predomínio do pessimismo sobre o futuro da agricultura expresso pelas famílias rurais e abandono das atividades agrícolas, com os trabalhadores rumando para os países vizinhos e para as cidades, em busca de proteção e sobrevivência.

Observou-se que ao término das hostilidades militares os sistemas de irrigação estavam inoperacionais devido à paralisação ou destruição deliberada. Consequentemente, a vida no campo parou, a produção agrícola ficou seriamente afetada em todos os sentidos, a população procurou refúgio nas cidades e nos países vizinhos, criou-se, então, uma legião de deslocados e refugiados de guerra.

Uma nova construção social da agricultura se impunha, pois o setor apresentava constantes recuos do ponto de vista de produtividade, superfície explorada e população implicada. Essa redução da população agrícola associada a um crescimento demográfico nos centros urbanos contribuiu para a degradação da situação relativa ao emprego já particularmente desfavorável com as privatizações. A segurança alimentar e a manutenção de um tecido social, econômico e rural, como também a produção de vínculo social, foram postos em causa.

Em termos gerais, todos esses processos históricos, sociais e econômicos tiveram impacto negativo e direto, particularmente para as mulheres vivendo nas zonas rurais. Essas já eram desfavorecidas pelo simples fato de serem mulheres rurais e se viram imersas numa desesperadora pobreza, resultante da sobrecarga de cuidar de crianças e idosos e da falta de oportunidades advinda da privação de instrução e educação.

A reprodução social das famílias camponesas sofreu consequências que se refletiram no aumento do número de famílias chefiadas por mulheres na proporção de 23.2%¹², no País e na província de Maputo 19.6% de mulheres chefiando agregados familiares, de acordo com o INE (2002/3, p.11-12).

¹²INE, 2002/3, p.11-12

Provavelmente, aliado ao fator trabalho migratório masculino, muitas mulheres no País ficavam longos períodos sozinhas liderando famílias, enquanto os maridos se encontravam ausentes nos países vizinhos ou trabalhando nas cidades em busca do sustento para a família. Em alguns casos não regressavam à casa, preferindo constituir novas famílias nos locais onde imigravam.

Na análise da crise mencionada encontra-se outro fator intrínseco que também contribuiu para o mau desempenho socioeconômico: esse período relaciona-se com a já mencionada guerra e a referida manifestação dos fenômenos naturais tais como as cheias, em 1977, e a seca que se fez sentir na década de 1980.

A unidade mundial do sistema socialista não tardou a quebrar o pacto geral que havia sido estabelecido com o País com o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a queda do muro de Berlim, particularmente, culminando na desestruturação dos países do Leste europeu, parceiros “*naturais*” de Moçambique.

Esse fenômeno refletiu-se na escassez de recursos tecnológicos, humanos e econômicos e no apoio político, que eram recebidos em troca de recursos naturais marinhos e outros que o governo moçambicano usava como moeda de troca.

Salienta-se que este fenômeno contribuiu negativamente, não só na economia nacional, enfatizando o caso da Alemanha do leste - a República Democrática Alemã (RDA), que dava emprego a milhares de jovens de ambos os sexos que se viram obrigados a regressar ao País, tornando-se desempregados. Também na Educação sentiu-se impacto negativo, por exemplo, na formação de quadros. Alguns desses países albergavam muitos estudantes moçambicanos em formação em diversas Áreas de conhecimento.

As crises sucessivas que assolaram o País, nas duas décadas, caracterizam a sua história e o tornaram um dos mais pobres do mundo de acordo com o BM, no que concerne à história do desenvolvimento econômico e humano. Nessa fase, ele ficou sem alternativas, restando apenas à busca de parcerias no ocidente, outrora hostil à independência do país e entrar no sistema social capitalista de orientação neoliberal como se disse anteriormente.

Isso resultou no aumento do endividamento externo, no pedido de auxílio situa-se esses países e na necessidade de introduzir reformas econômicas e políticas radicais. Entre esses auxílios o benefício do perdão da dívida, um dos benefícios que Moçambique adquiriu por mérito. Macamo (2006, p. 29) é muito veemente quando interpreta o estatuto do benefício do alívio da dívida ao dizer que “nosso país ascendeu ao estatuto de perdão com pompa”, pode ser visto pelos elogios provenientes dessas mesmas instituições financiadoras.

O efeito dos paradigmas de desenvolvimento das Instituições da Breton Woods que lidera também o movimento de globalização trouxe como consequência, a diminuição da força do Estado, exigindo, na oportunidade, que o País entrasse no mercado internacional pela porta do liberalismo. Não sendo tão simples, foi forçado a reduzir as barreiras comerciais.

A aplicação desse paradigma teria resultado em um rápido crescimento econômico em curto prazo, isto na década de 1990 e princípio de 2000, com a taxa de crescimento anual entre 1992 - 1999 superiores a 10% (BERGH-COLLIER, 2006, p.22). Aliás, esse fenômeno de crescimento econômico em Moçambique vem sendo confundido com desenvolvimento.

Para o autor citado anteriormente o favorecimento da redução das barreiras comerciais resultou em um colapso de vários setores de atividade e particularmente o setor de processamento de castanha de caju, que contribuía significativamente como fonte de exportação da amêndoa processada. Uma das soluções apontadas pelo BM foi a abertura comercial a concorrência advinda da globalização e significou a redução das alternativas para o desenvolvimento rural, como mostra o caso da castanha de caju, resultando na redução do poder de manobra do Estado nacional, no retraimento face aos programas de desenvolvimento rural, na falta de autonomia própria para decidir o destino do País.

Com efeito, este novo processo de internacionalização do mercado, acompanhado pelas transformações na composição política, geográfica, econômica, social e cultural ocorridas no mundo, principalmente na última década do século XX, afetou direta e indiretamente a sociedade moçambicana, de forma negativa.

Uma das prerrogativas do sistema que veio a prejudicar o País foi que Moçambique devia exportar a castanha de caju para ser processada na Índia¹³, de acordo com os líderes do novo paradigma de desenvolvimento. Essa decisão do BM causou como consequência o desemprego para um número elevado de mulheres que trabalhavam nessas indústrias de processamento.

Paralelamente aos efeitos de emprego, no mesmo período, outro fenômeno estava acontecendo na região e viria prejudicar fortemente a economia do País. Trata-se da crise mineira na África do Sul, pois Moçambique dependia muito da exportação de mão-de-obra masculina para as minas daquele País. Com a crise, cerca de 70.000 mineiros não renovaram

¹³ Para se ter uma idéia as políticas de reajustamento estrutural liderados pelo BM provocaram em Moçambique até a produção de livros escolares para crianças moçambicanas, falantes de língua portuguesa, a serem produzidos na Índia, o que causou grandes constrangimentos dado ao fator idioma. A Índia falante da língua Inglesa produzindo livros para países de língua portuguesa.

os seus contratos nas minas e conseqüentemente, passaram para a categoria de desempregados (BERGH-COLLIER, 2006, p. 23).

Estas crises sucessivas, além de aumentarem o número de desempregados, aumentavam também a pressão sobre os mecanismos de gestão das crises para o governo, visto que a maioria regressava infectada com o vírus do HIV/SIDA. Esse fato afeta em grande medida as relações sociais entre homens e mulheres. Implica mudanças substanciais no que concerne à necessidade de integração, articulação da gestão das famílias, na medida em que, é necessário criar e desenvolver novas estratégias econômicas nas famílias para receber os regressados, infectados e doentes dessa pandemia. Esse fenômeno afeta a gestão das crises nas famílias também (BERGH-COLLIER, 2006, p.24).

O que se pretende deixar claro é que, tanto na primeira socialização do campo, como na segunda estratégia dos PRES, dependia-se de transferência de tecnologia e de recursos humanos vindos do Exterior. Castel-Branco (1995, p. 609) concorda que “o PPI e o PRE/PRES foram incapazes de resolver o problema da relação entre o Estado, o mercado e a economia como um todo exige um Estado forte quanto para intervir extensiva e eficientemente”.

Na primeira estratégia, os chamados ‘cooperantes’¹⁴, técnicos dominavam as tecnologias de produção no caso da agricultura, mas não tinham o conhecimento das especificidades moçambicanas, ou seja, inovações *ad hoc* foram introduzidas na agricultura pela cooperação do Leste para aumentar a produtividade e melhorar algumas obras de irrigação, auxiliada pela propagação de novas sementes também vindas da Europa com objetivo de se alcançar nível do volume da produção per capita.

Esses fatos acarretaram a elevação da dívida externa do País, e os insumos agrícolas trazidas da Europa para aplicação localmente não se adequavam às características dos solos. Conseqüentemente, a produção e a produtividade continuavam abaixo do previsto e não satisfazendo as necessidades do país em termos de alimentação.

A segunda estratégia, dos últimos 15 anos, tem primado pelo paradigma do desenvolvimento nos moldes que se pode considerar ‘selvagem’ orientado pelo investimento estrangeiro e decidido pela “indústria do desenvolvimento” no raciocínio de Macamo (2006, p.17).

O modelo introduzido pôs em questão os esforços despendidos pelos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD’s), bem como as elevadas verbas empregadas na promoção desse

¹⁴Termo derivado da cooperação para ressaltar a proliferação de mão-de-obra dita qualificada oriunda dos países designados “aliados naturais o novo regime” e de Moçambique em substituição aos quadros portugueses que haviam abandonado o País.

desenvolvimento, não têm resultado em frutos capazes de eliminar as desigualdades sociais, a pobreza e o analfabetismo, muito menos permitiu que os excluídos enfrentassem a exclusão social e não foram capazes de promover a distribuição da riqueza e a igualdade social (BERGH-COLLIER, 2006, p. 35).

Nesse âmbito se confunde o crescimento econômico com desenvolvimento facilmente contatado pelas autoridades governamentais que constantemente afirmam que “*a economia cresceu dois dígitos*” e daí por diante.

A referência à questão humana e ao indivíduo nos PRE's, pode ser uma das razões que levaram o BM a passar os PRE para PRES's em Moçambique, depois de ter se apercebido do erro cometido na liberalização da indústria do caju.

Nessa perspectiva mais crítica, o conceito de desenvolvimento passou a vincular-se à idéia de democratização do acesso a bens, recursos e tecnologias, e não a uma visão linear que não se mostra efetiva. Nos últimos anos do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU), introduziu algumas contribuições ao dimensionar o conceito de desenvolvimento como oportunidade e como humano, destacando a valorização estratégica da educação e do conhecimento e a preponderância dos indicadores sociais e políticos sobre os econômicos.

Nesse contexto, o (PNUD, 1996) divulgou um relatório sobre o desenvolvimento humano, no qual revelou um quadro bastante negativo para o período de 1990 a 1995, período este que se pode relacionar com os primeiros resultados do paradigma de desenvolvimento. Observa-se que adequação desse paradigma, em Moçambique, exige a incorporação de tecnologias e traz novas exigências de atributos aos trabalhadores, bem como requer maior preparo e educação permanentes para o desempenho de funções que estão em constante mudança. Essa perspectiva para a realidade atual é inviável, devido à fraca qualificação da maioria dos ‘desempregados’ das empresas estatais.

Segundo o relatório citado, o nível de pobreza aumentou, no mundo. O mercado tornou-se mais agressivo com a globalização da economia. O capital estrangeiro entrou no País, caso da MOZAL¹⁵ (empreendimentos de grande vulto). “Trata-se de uma empresa de fundição de alumínio de capital misto, nomeadamente australiano através da Billiton, Japonês através da Mitsubishi, sul-africano através da IDC e moçambicano com (4%) através do Estado (PNUD, 2005, p.3).

¹⁵Os grandes investimentos de capital estrangeiros em Moçambique resultado dos PRES, nesse momento falsificam o crescimento econômico pois produzem um certo aumento do PIB.

Nesse sentido, a falta de investimentos nacionais permite que o monopólio agonize a economia. A política de privatização do governo continua sob a alegação de reduzir o tamanho do Estado, desejando mesmo poupá-lo de realizar cortes de pessoal. Segundo o relatório citado, globalização e informatização significam a privatização do máximo de empresas estatais possíveis e o enfraquecimento dos trabalhadores pelo terror do desemprego.

A competitividade das empresas nacionais para sobreviverem nesta economia, exige a introdução de modificações em suas estratégias de competição e crescimento. Muitas dentre elas desapareceram ou estão fechando suas portas.

O desemprego aumenta a cada dia e as empresas privatizadas, muitas vezes, abandonam a atividade à qual se propõem, transformando-se em depósitos ou recorrendo a atividades que exijam menos trabalhadores. Este novo modelo está associado à aceleração da evolução e mudança dos métodos e processos de trabalho pressionados pela necessidade de novos produtos e de se imprimir qualidade até mesmo como requisito de sobrevivência.

Para Moçambique que tem na agricultura ou indústria extrativa a base da sua economia, este paradigma está ligado às quebras, pois na procura da concorrência nos mercados internacionais, vê-se obrigado a receber produtos a baixos preços, oriundos da África do Sul e países asiáticos, em detrimento dos produzidos localmente. Isso prejudica sobremaneira a economia do País.

A justificativa para esse fenômeno cabe aos fatores de produção internos que tornam produtos mais caros, fato particularmente agravado por depender de poucos produtos exportáveis. Por causa disso, esta estratégia nunca se mostrou eficaz para o desenvolvimento, isto é, o “crescimento econômico sustentável” preconizado pelo PARPA II.

O padrão do crescimento global da economia de Moçambique não parece ser o mais adequado para reduzir a pobreza, diversificar a base produtiva, fortalecer as ligações econômicas internas e, nesse processo, gerar sustentabilidade e equidade econômica. Uma economia mais diversificada, com um setor de transformação vibrante poderia oferecer as melhores oportunidades para a elevação dos padrões de vida a longo prazo PNUD (1996).

Atualmente, as políticas de desenvolvimento, são baseadas em planificações quinquenais com vistas à redução da pobreza e ao alívio da dívida e obedece a seqüência dos períodos eleitorais.

Como forma de demonstrar a preocupação com as mudanças da situação no País, uma das políticas públicas, adotadas pelo governo moçambicano, desenhou a estratégia

denominada Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I -2001 e II - 2005) que determinava a área de agricultura e desenvolvimento rural como de capital importância na estratégia de redução da pobreza absoluta¹⁶.

Por se tratar de um setor que contribui com matéria prima para a indústria transformadora nacional em cerca de 40%, e que já contribuiu com 80% do volume de exportações (PARPA II, 2002, p.18), com a elaboração desse plano, o governo envolveu a comunidade internacional e membros das organizações da sociedade civil foram chamados a participar¹⁷ para possibilitar, segundo o governo, a maior abrangência nas decisões a serem tomadas e para “parecer” que toda sociedade está envolvida.

Decidiu-se que o “exercício do PARPA deveria observar a ligação entre a visão de desenvolvimento, as prioridades governamentais, a estrutura do orçamento do Estado e as ações de redução da pobreza absoluta para o período do mandato governamental” (PARPA II, 2006, p.138).

Para o PARPA, o desenvolvimento econômico sustentável é uma das condições necessárias e conducentes à redução da pobreza absoluta, baseado no desenvolvimento rural para assegurar o envolvimento ativo e direto das famílias rurais pobres no crescimento rápido da economia moçambicana e para garantir que a economia agrária contribua diretamente nesse processo.

Assim atuaria promovendo a íntima interdependência entre as comunidades rurais, os centros urbanos e o mercado global, numa economia nacional e social das áreas rurais, para que a população considerada pobre pudesse romper com o ciclo vicioso da pobreza (PARPA II, 2006-2009, p. 69-115).

O depoimento de Dr. Pascoal Mocumbi, então primeiro Ministro de Moçambique no ano 2000, ilustra o otimismo quando do lançamento desse plano, ao afirmar que: “o combate à pobreza faz parte da agenda nacional de desenvolvimento. Todos por meio das diferentes formas em que se encontra organizada a sociedade, estarão envolvidos nesta grandiosa tarefa nacional” (PARPA, 2006-2009, p. 3). Com efeito, nessa estratégia o governo moçambicano acredita que para o sucesso das políticas de desenvolvimento econômico e social, deve-se

¹⁶Em Moçambique, a pobreza é definida como “a impossibilidade por incapacidade ou falta de oportunidade dos indivíduos, das famílias e das comunidades, de terem acesso às condições básicas mínimas, segundo as normas básicas da sociedade” Moçambique Relatório do Desenvolvimento Humano, (PNUD, 2005, p. 4).

¹⁷Na tentativa de explicar a participação civil, na concepção de Macamo, considera que as decisões sociais, econômicas e políticas devem envolver toda a sociedade. Na aceção do setor voluntário, ‘toda a sociedade’ são as instituições da chamada ‘sociedade civil’. Esta última é um conceito extremamente vago que procura trazer, ao abrigo da mesma definição, tudo o que é organização cívica que se constitui de forma autônoma ao estado, governo e partidos políticos. O conceito ‘participação’ encerra uma componente muito importante na visão do mundo dos seus promotores (MACAMO, 2006, p.28)

considerar todos os setores de atividade econômicas, sociais e culturais que concorrem para um crescimento equilibrado e harmonioso da economia com a agricultura ocupando um lugar de destaque (PARPA, 2002, p.18).

Os planos atuais confirmam que a agricultura como atividade produtiva não perdeu sua importância e não deixou de ser parte integrante do mundo rural. Passaram a incorporá-la no processo atual da reforma no setor agrário que data de 1995. Para consolidação dessa incorporação seguiu-se a aprovação da Política Agrária e Estratégia de implementação (PAEI), da qual nasceu o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (ProAgri I), cujo objetivo da primeira fase consistia na reforma institucional e modernização do setor. O Proagri II¹⁸

Visa contribuir para uma melhor segurança alimentar e redução da pobreza através de apoio a pequenos agricultores, setor privado, agências governamentais e não governamentais no sentido de alimentarem a produtividade agrícola, agroindústria e marketing dentro dos princípios de exploração sustentável de recursos naturais para garantir a transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais produtiva com vista a produção de excedentes e o desenvolvimento de um empresariado eficiente e competitivo, baseado nas leis do mercado (NUVUNGA, 2006, p. 2).

Esse autor prevê para o sucesso do desenvolvimento agrário no País a qualidade das instituições e não apenas da riqueza em recursos naturais, e a criação de um ambiente de mercado. Para isso o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural foram extintos e a área do desenvolvimento rural passou para o Ministério da Planificação e Desenvolvimento com a Direção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (MADER, 2002).

Resulta que a reforma agrária e o setor público caminham juntos para a efetivação da transição para a economia de mercado, baseada na iniciativa privada na consolidação do modelo econômico e político iniciado com os PRES.

No entanto, constata-se que o PARPA também foi produzido com as exigências das instituições financiadoras das políticas moçambicanas, como condição *sine qua non* para o País se beneficiar da redução da dívida. Portanto, “não havia muito espaço de manobra” (MACAMO, 2006, p.29).

Fato é que as instituições da Breton Woods deixaram Moçambique mais uma vez sem alternativa, sem alargamento de escolhas, tanto como questão política, como de economia, desde a proteção dos direitos humanos até à democracia (PNUD, 2004). Na relação intrínseca entre esta dicotomia parece evidente que o sucesso da luta contra a pobreza

¹⁸ Cabe salientar que estes proagris dependem de financiamentos externos para a sua aplicação.

implica a aplicação estrita dos princípios do bom governo, na transparência, a verificabilidade, a focalização estratégica, a eficiência e participação de todos os atores relevantes nos processos de tomada de decisões e da sua implementação, citando ainda PNUD (2006).

Moçambique tem declarado ativamente a sua adesão e cometimento, quer a estes princípios políticos, quer aos preconizados no PARPA, do Plano Quinquenal do Governo e da Agenda 2025. Apesar da apropriação e implementação de varias estratégias importadas sem atender às realidades e especificidades completamente dispare, Moçambique continua na lista dos países mais pobres, posicionado no 168º lugar num grupo de 177 países de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano de 2005 do PNUD (2005).

Apresenta também o nível mais baixo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), além de estar posicionado em 133º lugar num grupo de 140 países no Índice de Desenvolvimento Ajustado aos sexos (IDS) (PNUD, 2005).

Mesmo com uma dívida externa elevada, Moçambique é considerado um dos países com bom desempenho na reforma econômica imposto pelas entidades internacionais e tem requisitos para se beneficiar do alívio da dívida por parte dos chamados parceiros. No sentido apontado por Hanlon (1997, p.122) Moçambique requer um desenvolvimento privado mais amplo, mais equitativo, baseado nas zonas rurais e usando grupos de auto-ajuda em vez do apoiar os poucos empresários que já são ricos. O centro de estratégia será o desenvolvimento do campesinato como uma força produtiva e empresarial (CASTEL-BRANCO, apud HANLON, 1997, p.122).

Segundo esses autores, Moçambique precisa de mudanças que se refletiriam em um campesinato mais empreendedor para forçar a reversão do declínio dos seus termos de troca. Para os mesmo autores, o crescimento dos rendimentos no campo criaria um mercado para bens essenciais que estimularia a indústria local. Essas mudanças são maiores e mais complexas, mas pretensamente, poderiam reduzir as assimetrias regionais que caracterizam o desenvolvimento do país, ou seja, reverteria distribuição geográfica da riqueza que se centraliza na capital Maputo e nos centros urbanos.

Essa observação permite advertir que a tendência do desenvolvimento propalado em Moçambique, depois da aplicação das PRES, é inteiramente um crescimento econômico. Nessa perspectiva, o crescimento do Produto Nacional Bruto PIB, expresso no crescimento econômico, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, não significa, de modo algum desenvolvimento, diz Sen (1999) (Prêmio Nobel de Economia) no seu estudo “desenvolvimento com liberdade”, salienta que

desenvolvimento deve ser visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: econômicas, socioculturais, políticas institucionais e ambientais.

Nessa concepção de Sen (1999) considerar o desenvolvimento como um processo contínuo que leva à implementação de liberdades substantivas, às quais denomina (*entitlement*)¹⁹, garantia de transparência, segurança protetora e oportunidades sociais. “Vários são os fatores que determinam o *entitlement* de uma família, sua dotação de recursos produtivos, de riqueza, de força de trabalho e de qualificações, suas possibilidades de produzir e usar o resultado da produção, que dependem de tecnologia e conhecimento, suas condições de troca, os preços relativos e suas habilidades para comprar e vender, inclusive no mercado de trabalho” Neves (2008) citando (SEN, 1982 e 2001).

Na mesma linha de raciocínio Jará (2001 p. 24) retoma a reflexão, sustentando que o desenvolvimento “está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser e não ser e o que elas podem ter. Trata-se de enriquecer a vida humana e a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais a todas as culturas; subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, identidade e liberdade”.

Ressaltando esta idéia pode-se destacar que em Changalane deu-se início a um processo que vai depender do peso da intervenção do Estado como diz Abramovay (1992), para a consolidação da Agricultura Família, aliado a pecuária como base social do dinamismo do setor por ser fundamental para interferir nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estreita e cotidiana dos milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, o Estado tem influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica, operando na permanente organização pública de mercados.

Pensa-se que o centro da controvérsia acerca da teoria do desenvolvimento socioeconômico está na falta de observância de “valores” de cada sociedade que é regida por valores e esses são específicos em cada sociedade, ou seja, são diferentes de sociedade para sociedade, mediante costumes e culturas também diferentes. Os critérios que alguns estudiosos estabelecem para medir o desenvolvimento não podem ser aplicados de forma universal e obrigatória para o desenvolvimento socioeconômico.

Esta questão remete ao modelo hegemônico que falhou em algumas regiões do globo vinculado estritamente ao paradigma da economia que interpreta os eventos econômicos

¹⁹ Não nos foi possível encontrar a tradução direta do termo “*entitlement*”

como desligados de importantes elementos de interação humana. Ignora que as relações de poder não são iguais e são fortemente afetadas pela economia; assim, pobres e mulheres estão sempre em situação de desigualdade.

Paralelamente aos programas de desenvolvimento vigentes no País, o processo conta com um novo modelo chamado “*desenvolvimento do Distrito*” como ponto de partida para os esforços desses programas País, determinado por políticas públicas que consideram a participação rural como alavanca necessária e fundamental para o desenvolvimento econômico social global do país.

“A análise das políticas de desenvolvimento implementadas nas últimas três décadas trouxe a luz (...) a impossibilidade de tratar o país como um todo homogêneo (...) a questão da posse da terra, crédito, tecnologias apropriadas, mercados, bem como sistemas de produção mostram que políticas nacionais e centralizadas (...) por serem insensíveis às particularidades locais e por pretenderem sujeitar a matriz social aos interesses nacionais (...). É fundamental explorar as virtudes das abordagens de desenvolvimento regional, distrital, territorial e local, adaptando-as (...) ao contexto socioeconômico e político concreto (...) não existem ‘receitas universais ou miraculosas’ que ao serem implementadas num determinado contexto (natural humano) que conduzem uma sociedade ou comunidade inevitavelmente ao desenvolvimento (...) É necessário, ter em conta as especificidades e particularidades de cada região, e que cada território exige uma estratégia peculiar adequada para a situação concreta (...)” (VALÁ. 2005a, 2005b).

O governo busca a articulação da construção social do novo modelo baseado no desenvolvimento do distrito, ou seja, o governo pretende incorporar novos personagens na cena de tomada de decisões. Pretendem auscultar as camadas sociais, tradicionalmente excluídas do poder da decisão, optando pela descentralização e articulação à participação social, dando maior protagonismo aos camponeses propondo-se a envolvê-los em ações em nível micro, com a participação das comunidades locais no planejamento e execução dos programas.

Esta intervenção ao nível do distrito de forma coordenada pode permitir a integração de distintos esforços e atores de agentes de desenvolvimento (VALÁ 2005a, 2005b).

Resumindo, o problema econômico em Moçambique, necessita encontrar sua solução na criação de um sistema nacional, alicerçado na unidade básica camponesa. A experiência mostra que foi assim que aconteceu em países que hoje são considerados desenvolvidos, como na Europa. Abramovay (1992) salienta isso quando diz que a estrutura social da agricultura alicerçado nas unidades familiares prosperou a Europa.

A aplicação do modelo baseado no distrito e com a participação das comunidades interessadas no processo, seria uma estratégia para possibilitar esforços heterogêneos que o País apresenta, tendo em conta que se encontram dois sistemas de organização social: a patriarcal predominante e a matriarcal que se presume seja dominante ao norte do País. Nesse cenário, políticas públicas globalizantes já demonstraram a sua ineficiência por não considerar as diferenças em termos das referidas estruturas sociais dentro do Território Nacional.

Nessa lógica, Castel-Branco (1995) estudioso da realidade moçambicana, coincide com Valá (2005a, 2005b) no mesmo raciocínio e propõe o desenvolvimento como “um processo seletivo de transformações socioeconômicas (e não a cópia e aplicação de um modelo), que requer a construção das condições institucionais, humanas e tecnológicas necessárias ao seu sucesso e sustentabilidade, cujo impacto depende de como é que esse processo seleciona e aborda as questões de fundo a transformar na economia moçambicana. Sendo assim, o autor salienta que é necessário que a estratégia de desenvolvimento identifique quais são os fatores socioeconômicos determinantes da atual estrutura subdesenvolvida da economia, e como é que tais fatores podem ser transformados para libertarem as capacidades das forças produtivas sociais e promoverem o desenvolvimento, ao invés de o constrangerem e o distorcerem”.

Em poucas palavras, as soluções para os problemas existentes passariam por oferecer o cada projeto, a cada esforço criativo, a possibilidade de competir e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País. Assim, os políticos resolveriam problemas políticos, e os técnicos resolveriam os técnicos, ou seja, cada indivíduo seria chamado a resolver problemas de acordo com sua qualificação.

A resposta à dicotomia “desenvolvimento econômico e desenvolvimento social” encontra adeptos, pois, na sequência das transformações dos últimos 15 anos os moçambicanos não ficaram alheios aos acontecimentos, a vigência da nova Constituição de 1990 permitiu que a sociedade moçambicana se tornasse pluralista. Resultou na abertura do espaço para a participação da sociedade civil nos programas sociais, protagonizando o surgimento de instituições/organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, por exemplo, de apoio à mulher rural, uma das quais é objeto de estudo desta pesquisa.

O objeto principal da AMRU que determinou a sua gênese é o apoio às mulheres rurais moçambicanas. Promoveu um Programa de Fomento Pecuário em forma de crédito em gado caprino e bovino e outros programas orientados para o desenvolvimento rural.

2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA – O PROBLEMA E A PERSPECTIVA TEÓRICA

“A posição da mulher é pouco conhecida e a maior parte das vezes injustamente generalizada. Os estudos que nos foram legados dos tempos mais remotos são, no geral, de origem estrangeira - árabes a partir do século X e europeus a partir do século XV. Os seus autores têm sido homens – mercadores, exploradores, políticos, missionários – oriundos de sociedades patriarcais, o que explica o fato das mulheres aparecerem estereotipadas nestas fontes – princesas, mães de chefes, escravas, concubinas, prostitutas” (Andrade, Casimiro, Liberman E Osório, 1993; Coquery-Vidrovitch (1999), citado Por Casimiro, 1998, P. 151).

“A mulher africana especificamente sofreu ao longo dos séculos tripla opressão nomeadamente: a opressão colonial e cultura ocidental patriarcal; cultura africana patriarcal e a tentativa do feminismo europeu ocidental falar pelas mulheres africanas negando-as deste modo à habilidade de pensarem e falar por si” (Higgs & Smith, 2006 P. 9).

Estas são as afirmações que suscitaram as primeiras indagações que culminaram com a construção teórica do objeto deste estudo. Conforme esta ótica problematiza-se o fato de a participação da mulher rural em atividades produtivas do País não merecer reconhecimento adequado, uma vez que, nas zonas rurais, sua participação definida pela tradição e pela cultura, é colocada numa situação desfavorável na hierarquia social.

A “supremacia masculina”, protegida pelos costumes, tabus e pela divisão sexual do trabalho advinda dessa condição mantém a subordinação das mulheres, principalmente na zona Sul de Moçambique. Esta proteção masculina, segundo Scott (1995, p. 91), é fortalecida pelas “estruturas hierárquicas que alicerçam relações e as naturalizam como masculinas ou femininas”, sustentada pelo sistema patriarcal das relações entre mulheres e homens.

Woortmann & Woortmann (1997) salientam que as mulheres trabalham no campo executando quase as mesmas tarefas que os homens e em quantidade significativa, sendo que internamente, na família e na Comunidade, o seu trabalho é considerado de “ajuda” ao marido. O termo de “ajuda” da mulher ao homem especifica as relações de hierarquia e gênero estabelecidas no interior da família camponesa, a partir do valor atribuído à categoria trabalho. Isso interfere na formulação de modelos que incluam a mulher como produtora e

parte integrante da sociedade, pois o beneficiamento depende da posição relativa dos homens e das mulheres.

Na sociedade moçambicana, que é muito influenciada pelos mecanismos culturais que definem a distribuição dos bens econômicos e recursos produtivos pela via da “descendência patrilinear que constitui a norma que traça laços de parentesco e de filiação através da linha paterna. É nesses sistemas patrilineares que os homens assumem a propriedade dos recursos do agregado familiar, e, é o homem que autoriza à mulher o uso destes recursos” (BERGH-COLLIER, 2006, p.11).

Esta posição é secundada por Valá (1997), ao afirmar que além dessa hierarquização, “fatores culturais e sociais contribuem para perpetuar uma situação em que a maior parte dos esforços de desenvolvimento tendeu a ignorar o potencial da contribuição econômica e social da mulher, não obstante o trabalho delas ser elemento crucial para a produção de bens e serviços salienta-se que, apesar de a mulher rural ser um dos segmentos da população rural afetado pela pobreza, cresce de forma expressiva o número de famílias sustentadas por mulheres”.

Valá (1997 p. 3) salienta, ainda, “que outro elemento que contribui para obstacularizar a mulher no processo produtivo é o fato de ela trazer consigo dupla carga: a da pobreza e discriminação sexual e a de não ter acesso à segurança da posse da terra. “Não obstante esses constrangimentos todos, o crescimento econômico e o alívio à pobreza em Moçambique contam com a participação da mulher rural”.

Essa contribuição na economia nacional advinda do trabalho da mulher rural, paradoxalmente, não é reconhecida como contribuição a economia global nem mesmo por ela. Esse fato é testemunhado por Sklair (1995), quando afirma que “o trabalho das mulheres nos países do terceiro mundo é geralmente tido como ‘invisível’ pelos procedimentos normais de contabilidade nacional porque ele ocorre normalmente fora da esfera de mão-de-obra remunerada, principalmente na propriedade familiar e em casa”. Esta afirmação quer enfatizar que o resultado do trabalho da mulher nesses países não é registrado na contabilidade pública dos mesmos.

Esta invisibilidade, segundo este autor, “resulta em um sério menosprezo da grande importância econômica do trabalho feminino, especialmente na produção, colheita, preparação e processamento dos alimentos” em detrimento do trabalho dos homens (SKLAIR 1995, p. 26).

Abreu (1995, p. 552) demonstra também que, no meio rural, a principal atividade é a agricultura que é fundamentalmente desenvolvida pelo setor familiar, no qual é a mulher que constitui a maior força de trabalho.

Casimiro (1998), afirma que as mulheres agricultoras são produtoras invisíveis e não têm direitos legais sobre a terra (...) são sempre excluídas, não recebem crédito, instrumentos agrícolas modernos, não são selecionadas para cursos e sofrem a discriminação sexual nos serviços de extensão agrícola (...) estão sempre confinadas às culturas alimentares e os homens monopolizam novos e modernos métodos agrícolas de culturas de rendimento (CASIMIRO, 1998, p. 149).

Abreu (1995) cita ainda que, a problemática de gênero é atual e pertinente e os programas do Banco Mundial para o resto do mundo encorajam os países, principalmente os de terceiro mundo, a considerarem este tema, e tem suscitado vários estudos que possibilitarão a maior compreensão das questões de gênero, particularmente em Moçambique (ABREU, 1995, p. 552).

Casimiro (1998) aponta ainda que:

“Restrições relegadas às mulheres, em nome da manutenção dos ‘valores familiares’ e normas sociais”. Ignorar as responsabilidades sociais, econômicas e familiares que as mulheres da periferia têm de assumir e realçar apenas os direitos individuais, os direitos reprodutivos e sexuais, não contribui para o empoderamento das mulheres, apresentando uma imagem de mulheres socialmente irresponsáveis. A medida que a crise social cresce, as pessoas terão de encontrar modos de enfrentar a sociedade em conjunto. Este papel recai fundamentalmente nas mulheres que tomam conta de crianças, das famílias e da comunidade (...) mesmo quando as mulheres não são as únicas apoiantes familiares, são o fundamental no que respeita a trabalho e dispêndio de energia, providenciando subsistência a família, muitas vezes em condições de ausência do varão o que as torna muito mais vulneráveis na competição pelos poucos recursos existentes, de acordo com os padrões socialmente aceites muitas vezes (CASIMIRO, 1998, p.163).

Nesse âmbito Giddens (2007) adverte que embora os papéis de homens e mulheres variem de cultura para cultura, não há nenhuma instância conhecida de uma sociedade em que as mulheres são mais poderosas que os homens. Os papéis dos homens são, em geral, muito mais valorizados e recompensados que os papéis das mulheres: em quase todas as culturas, as mulheres carregam a responsabilidade principal de cuidar das crianças e do trabalho doméstico, enquanto os homens, tradicionalmente, nascem com responsabilidade de sustentar a família: “A preponderante divisão de trabalho entre os sexos levou homens e

mulheres a assumir posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza” (GIDDENS, 2007, p.167).

Mesmo tendo participação visível no quadro da produção agrícola, as mulheres da região Sul de Moçambique, as que trabalham nas atividades produtivas na agricultura familiar, cultivam terras pertencentes aos seus pais, maridos, irmãos, sogros, entre outros.

Elas não detinham praticamente direito algum sobre a terra na qual trabalhavam. No passado colonial, até 1974, as mulheres rurais foram recrutadas como mão-de-obra barata para as explorações agropecuárias dos colonos para trabalharem nas plantações, em indústrias, entre outras atividades laborais.

Verifica-se que, no setor agrário continuam a se registrar desigualdades entre os sexos, refletidas no acesso a outros serviços, como por exemplo, de extensão rural, que sempre favoreceu os homens.

Para Helman (1994, p.137), a divisão binária da humanidade em dois gêneros revela-se, se examinada atentamente, um fenômeno mais complexo, com muitas variações, retratadas segundo a maneira como que o comportamento “masculino” e “feminino” é definido nos diferentes grupos culturais. Em Moçambique essa variação é estabelecida pela tradição e pela cultura que coloca a mulher numa situação desfavorável. A partir dessas constatações e citando Scott (1995) questiona-se: por que as mulheres, apesar de participarem em grandes e pequenos eventos da história da humanidade têm suas ações consideradas invisíveis na sociedade?

A inclusão das mulheres em políticas de desenvolvimento é determinada pela visão da pobreza e não pelo gênero, nem pelo desenvolvimento; partiu-se da constatação de que se trata de um seguimento da população mais pobre e que tem maior contato com grupos sociais mais vulneráveis.

Quanto a inclusão das mulheres nas políticas públicas, Butto (2007, p. 2) enfatiza que ocorre a “partir do pressuposto de que as mulheres eram as pessoas-chave para garantir o cuidado das crianças e dos demais membros da família, portanto, dirigindo políticas públicas às mulheres ter-se-ia maior eficácia no combate à mortalidade infantil, na resolução dos agravos de saúde. Mesmo que restrito à pobreza, o foco não estava na pobreza das mulheres e sim na pobreza das famílias que estavam sob os cuidados das mulheres”

Em Moçambique, a prática predominante de programas de desenvolvimento na área econômica, voltadas para geração de rendimentos, baseia-se em programas de baixa

sustentabilidade (culinária, corte e costura artesanato, entre outros), justificadas por Butto quando afirma que...

“tais programas parecem ter por base a compreensão de que o trabalho feminino e seus rendimentos são apenas complementares e conjunturais na organização e manutenção da vida familiar, gerando a idéia de que “as mulheres pobres seriam trabalhadoras, sobretudo em épocas de crise, o que não lhes daria condições de serem nas mesmas condições que os homens, eles trabalhadores, elas trabalhadoras secundárias, ocasionais...” (BUTTO, 2007, p. 3).

No entanto, as dificuldades atestam que a participação das mulheres nas atividades produtivas assenta-se ainda na visão de que na divisão do trabalho no interior da pequena agricultura de base familiar, “os homens são responsáveis pelas atividades produtivas e as mulheres, pelas atividades reprodutivas” (LAGO, 2001 p. 9).

Entretanto, os estudos realizados depois de 1983 sobre a região sul, concretamente em Chokwé, publicados em 2006 demonstram que “algumas viúvas e divorciadas receberam pequenas parcelas de terras. Esta situação dá destaque à exclusão da mulher na propriedade da terra” (VALA, 2006, p. 114). Estudos elaborados sobre a problemática do gênero e o desenvolvimento rural por autores como Valá (1973); Abreu (1995); Casimiro (1998); entre outros autores moçambicanos, abordam essa questão no sentido histórico antropológico da posse da terra. Esta pesquisa focaliza a relação mulher e trabalho a partir dos efeitos do crédito pecuário. No contexto moçambicano esta relação é recente e teve seu início no ano de 1996).

Por essa razão centraliza-se a questão em um grupo específico de mulheres que entra para um “mundo masculino” num determinado contexto histórico, cultural, social e econômico, a partir de uma nova atividade, a da criação de gado. Procura-se também, estudar as relações existentes entre a mulher e a associação que fornece o crédito pecuário.

Assim sendo, com o presente estudo tem-se como pretensão o preenchimento de “lacunas no conhecimento até então existentes” sobre a temática (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 151).

Na perspectiva apontada, formularam-se as seguintes questões que serviram de fio condutor do estudo: Quais os fatores que influenciam as mulheres de Changanane, praticantes da agricultura familiar, a optarem pelo crédito pecuário concedido pela AMRU? Quais os efeitos dessa opção na realidade de vida e trabalho dessas mulheres? Qual o significado do novo papel social das mulheres “criadoras de gado”, nas relações sociais e econômicas, no contexto da organização familiar e na comunidade de dominação masculina? Essas novas atividades contribuem para promover a emancipação socioeconômica e para a diminuição

das desigualdades de gênero na localidade de Changalane, no Distrito de Namaancha, na província de Maputo, em Moçambique? Importa salientar que, essas questões norteadoras serviram de eixos de investigação que contemplam dados sobre a realidade estudada.

A partir do cenário e das questões apresentadas, formularam-se as seguintes hipóteses: a decisão de gestão do crédito pecuário concedido às mulheres de Changalane, praticantes da agricultura familiar, em um contexto de dominação masculina, é uma forma de reivindicarem que as políticas públicas do governo se pautem em novas relações de trabalho no campo e na agricultura familiar, consolidando a sua participação nas atividades produtivas como trabalhadoras rurais, na perspectiva de sua emancipação socioeconômica. Nesse sentido, as mulheres criadoras de gado da Changalane constroem um novo papel social sustentado na igualdade de gênero”.

Com base nessa lógica traçou-se os seguintes objetivos:

2.1 Objetivos

2.1.1 Geral

Conhecer e compreender os fatores que influenciaram a mulher rural a optar pelo crédito pecuário concedido pela AMRU e como esse novo papel econômico influencia nas relações familiares em uma Comunidade de dominação masculina.

2.1.2 Específicos

- a) Descrever o histórico da criação e evolução do crédito pecuário da AMRU para mulheres no período de 1996/2008;
- b) Conhecer e analisar o processo de tomada de decisão, gestão e controle do crédito pecuário pelas mulheres;
- c) Descrever e analisar as conformações familiares e as relações entre seus membros, considerando os efeitos do empoderamento econômico da mulher.

2.2 Quadro Conceitual

A problemática em análise sustenta-se no campo das ciências sociais e humanas, que concebem a ciência em forma de discurso, a partir de definições, de conceitos, delineamentos e formulação de critérios de conhecimento.

Buscam-se elementos teórico – analíticos para conhecer e compreender os fatores que influenciam mulheres dessa localidade a optar por esta modalidade de crédito num contexto de mudanças e transformações de relações sociais. Pensa-se que estes refletem a dominação masculina, seja na organização familiar, ou no ambiente socioeconômico, por meio de relações hierárquicas de gênero e do poder econômico.

Desta forma, privilegiou-se a definição de alguns conceitos e noções que consubstanciam o processo que envolve uma nova forma de relações sociais estabelecidas entre mulheres e homens no contexto histórico cultural e socioeconômico do Changalane.

2.3 Gênero e desenvolvimento rural na sociedade moçambicana

Toma-se em consideração o conceito de gênero que vai além da representação culturalmente definida de homem e mulher, cujos papéis se encontram em uma visão normativa da sociedade moçambicana. O gênero, como categoria analítica, vai nos permitir analisar e discutir a situação das mulheres em Changalane onde as relações sociais entre homens e mulheres têm lugar.

De forma mais específica, o gênero, como conceito analítico, possibilita que este estudo sobre “as relações dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão de crédito pecuário as mulheres rurais de Changalane em Moçambique” sustente a perspectiva das relações entre homens e mulheres nessa comunidade.

Como instrumento analítico, o gênero passa a fundamentar a construção e organização social das relações entre os sexos, permite também o deslocamento do foco biológico e econômico como determinísticos presentes em algumas teorizações anteriores.

Segundo Helman (1994, p. 138) “o modelo que serve de justificativa para a superioridade dos homens é derivado da posição existente entre homens e mulheres na

sociedade”. Na sociedade moçambicana constata-se a influência dos mecanismos culturais na distribuição dos bens econômicos e recursos produtivos entre homens e mulheres, ficando o homem na condição de responsável pela gestão desses bens. A falta da autonomia econômica e social expressa violência cotidiana na exclusão do poder e da vida política.

Importa salientar a definição de Scott (1995), historiadora inglesa pela qual entende-se por gênero as diferenças estruturais, relacionais e simbólicas entre mulheres e homens. Neste âmbito, numa perspectiva histórica, a autora afirma que:

“O termo gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais, a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (...) gênero é uma categoria imposta sobre um corpo sexuado (...) oferece um meio de distinguir a prática social dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (...) enfatiza todo um sistema de relações que podem incluir o sexo, mas não é diretamente determinada pelo sexo, nem determinante a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 75-76).

Esta mesma autora, afirma que Gênero é uma categoria das Ciências Sociais que trata das relações entre homens e mulheres, num determinado contexto sociocultural. Essa categoria nos permite conhecer como se organizam e se valorizam esses relacionamentos e quais os papéis sociais destinados a cada um. Essas relações são construídas socialmente, e na nossa sociedade têm uma base material que se expressa na divisão sexual do trabalho e são estruturadas hierarquicamente com uma posição clara de domínio e de poder dos homens sobre as mulheres.

Na mesma perspectiva de análise, Jara (1999) aborda gênero como uma categoria das Ciências Sociais que trata das relações entre homens e mulheres, num determinado contexto social, e permite conhecer como se organizam e se valorizam estes relacionamentos e quais papéis sociais são destinados a cada um. Tratando-se de uma construção sociocultural, explica e determina os comportamentos simbólicos, papéis, responsabilidades e tarefas para homens e mulheres.

Em uma vertente sociológica crítica, Bourdieu (1998) na sua teoria da dominação masculina auxilia nas explicações sobre as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente sobre, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas

entre os gêneros. Para esse autor, as divisões constituintes da ordem social, são divisões extremamente poderosas porque resultam de uma dupla operação: estão inscritas em uma natureza biológica e em uma construção social naturalizada. E através dessa dupla operação que se exerce a violência simbólica justifica o autor:

“a dominação masculina encontra, assim, reunida todas as condições de seu pleno exercício. a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, com transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais” (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Para Bourdieu (1998), “o trabalho de reprodução das relações entre os sexos esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes (a família, a igreja e a Escola), as empresas onde trabalham homens e mulheres, o Estado e a sociedade em geral que promovam a dominação masculina. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem ...”.

Para Bourdieu (1998), atribui a Igreja o papel de inculcar explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. a igreja age de maneira indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio, sobretudo da linguagem simbólica dos textos sagrados. Segundo este autor, o papel da escola, que tem como missão transmitir os pressupostos da representação patriarcal baseada na homologia entre a relação homem e mulher e a relação adulto e criança. Sendo ela ao mesmo tempo, um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz. Sobretudo, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas. Por fim o papel do Estado, que veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de patriarcado público, inscrito

em todas as Instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica (BOURDIEU, 1998, p. 104-105).

No concernente às atividades desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais, já se encontra cristalizada no senso comum douto, a visão de que os homens da família são responsáveis pelo trabalho “pesado”, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelo trabalho “leve” definido como cuidar de casa, dos filhos, do quintal e “dão ajuda ao trabalho no campo”.

Neves (1996) salienta que os estudos sobre o campesinato segundo os modelos analíticos que fundamentam os estudos sobre esta temática, mostram que a família camponesa institui-se a partir de um etnocentrismo em relação às tarefas domésticas e da imagem da mulher, pensada pela submissão. Sendo assim, os conceitos baseados no modelo teórico da dominação masculina, não podem, a priori, ser aplicados em determinadas situações empíricas em que se revelam outros papéis da mulher, como é o caso das mulheres agricultoras e criadoras de gado da Comunidade do Posto Administrativo de Changanane.

No entanto, para esta mesma autora, o fato de as mulheres disporem de um *status* publicamente reconhecido, não autoriza, necessariamente, a supervalorização deste papel, sendo necessário levar em conta que, no caso da unidade de produção agrícola constituída com base no trabalho de membros da unidade familiar, quase sempre se está diante de um modo diferenciado de gestão do bem comum.

Procurando salientar a importância da relação entre homens e mulheres, a visão tradicional de desenvolvimento, particularmente na sociedade moçambicana percebe-se os processos de reprodução biológica (fecundação, gestação, parto e amamentação), bem como os processos de reprodução social (cuidar da casa, do quintal, dos filhos e do marido), como de responsabilidade das mulheres, enquanto os processos produtivos seriam de responsabilidade dos homens.

Essa diferenciação provocou a desigualdade nas relações sociais de gênero, que, não está dissociada do lugar que é atribuído à agricultura familiar nas idéias dominantes e nas políticas.

Essa visão dicotômica tem gerado situações de exclusão e subalternidade, além de apagar as contribuições das mulheres nas estratégias familiares de reprodução social.

Praticamente, em todos os países onde se consolidou o capitalismo, as relações entre homens e mulheres têm sido marcadas pela diferenciação de papéis, definidos principalmente pela condição de macho e fêmea, pela visibilidade e/ou invisibilidade do trabalho produtivo.

Nesse sentido, a reprodução da estrutura social pode realizar-se em e por uma luta de concorrência que conduz a uma simples translação da estrutura das distribuições enquanto, e somente enquanto, os membros das classes dominantes entrarem na luta de forma desordenada, ou seja, por meio de ações e reações que só se totalizam do ponto de vista das classes dominadas que se submetem quando aceitam os desafios que lhes são propostos pela classe dominante (BOURDIEU, 1979).

Conforme o que foi exposto, conclui-se que os conceitos “gênero” e “igualdade de gênero” são instrumentos fundamentais para descrever e analisar as desigualdades entre homens e mulheres. Por serem influenciadas pelas normas culturais, sociais, econômicas e políticas, as relações de gênero são construções essencialmente dinâmicas. Assim, refere-se a relações passíveis de mudança como as que se quer observar na comunidade de Changalane, mediadas pelo “possível” empoderamento econômico das mulheres no acesso ao crédito pecuário (BERGH-COLLIER, 2006, p.12).

2.4 Agricultura familiar e cultura de gênero em Changalane/Moçambique

O debate sobre a agricultura familiar começa por recorrer às “*lentes*” de Chayanov (1981), o clássico que constrói a teoria especificamente da economia camponesa, que define o conceito de agricultura familiar a partir da economia interna, com sua constituição bem particular de unidade doméstica, considerando a coincidência entre unidade de produção e unidade de consumo.

Este autor considera as famílias como unidades de produção familiares e constituem também unidades de consumo. Chayanov (1981) define o conceito clássico de *camponês*, frequentemente usado nos estudos antropológicos, para designar a relação do homem com a terra, onde a família é caracterizada como lugar da produção e do consumo, articulados a partir da imagem da autoridade masculina, em que a unidade social que articula casamento, família e trabalho, constitui uma organização econômica particular, como dizem Wolf (1976; 1984) e Neves (1996).

A realidade estudada ainda incorpora algumas características de uma economia definida por Wolf (1966) como sendo economia ‘primitiva’, cuja maior parte da produção está estruturada em função das necessidades dos produtores ou do encargo de obrigações de parentesco e não em função de comércio ou de lucro.

Essas afirmações reforçam a lógica de que a comunidade de Changalane não produz para o mercado. Por conseguinte, no seu sistema de produção denota-se a ausência de controle de meios de produção e relações econômicas coercitivas e de exploração, assim como das relações sociais correspondentes de dependência e domínio.

Reflete-se sobre a condição do objeto de análise, neste trabalho, que contempla o passado dessa comunidade, lembrando o processo de transição rumo à sociedade atual, com a influência da 'dita civilização ocidental' introduzida pela expansão imperialista legitimada pela Conferência de Berlim nos finais do século XVIII, a qual provocou a subordinação dessa comunidade a outros grupos dominantes oriundos do Exterior, como enfatiza Wolf (1966).

Sabendo-se que a comunidade do Posto Administrativo de Changalane não produz para o mercado, mas sim, quando sobra excedente, às vezes vende, essa compreensão permitirá explorar os processos e relações que se dão no interior das unidades de produção das famílias das mulheres beneficiadas pelo crédito pecuário em estudo, considerando a complexidade das trocas na sua informalidade e, ao mesmo tempo, nas suas dimensões subordinadas às culturas de gênero, na realidade local.

Ressaltando, no entanto, às práticas agrícolas e a agricultura familiar em particular nas unidades de produção pesquisadas, considera-se a definição de Abramovay (1998) sobre agricultura familiar onde a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

Para Furtado & Furtado (2000), a agricultura familiar é uma estratégia de organização social da produção no espaço rural, que realiza o processo de produção por meio da força de trabalho da família, caracterizando um ambiente de unidade, interação e interdependência da família em relação à unidade de produção.

Portanto, na agricultura familiar, verifica-se a ausência de especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva, predominando a participação solidária e co-responsabilidade de todos os membros da família na organização e funcionamento do conjunto do sistema família unidade de produção. Assim, prevalece a informalidade em planejamento, coordenação, direção e controle da produção e demais atividades, cujos objetivos são orientados, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar.

Desenha, pois, uma estratégia voltada para a segurança alimentar da família, buscando minimizar risco, aumentar a renda total da família, garantir o emprego da mão-de-obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e da produção. Nesse âmbito pretende-se deixar claro que está-se falando de homens e mulheres em sua

essência, como atores concretos, situados historicamente em conjunturas muito concretas que determina a participação das mulheres nessas novas práticas sociais ligadas à produção introduzidas por essa nova modalidade de crédito contribuiu para que essas mulheres organizadas em uma Associação estariam construindo uma identidade social com vistas a

Nesse sentido optou-se por operacionalizar o método a partir do uso de alguns dos instrumentos de pesquisa já desenvolvidos, como as entrevistas, a observação não participante e o diário de campo que são apresentados em seguida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de estudo

Como forma de evidenciar os efeitos da concessão do crédito pecuário às mulheres rurais do Changalane, em Moçambique, cabe apresentar o tipo de estudo realizado. Considerando que não existem dados sistematizados sobre o fenômeno em questão, optou-se por uma abordagem exploratória, descritiva, que para Trivinos (1987, p. 111) é uma “forma de encontrar elementos necessários que permitam um contato com determinada população, obter resultados desejados e levantar possíveis problemas de pesquisa”.

Desta forma considera-se este método de abordagem adequado para o tipo de problemática da pesquisa em questão, pois, parte do princípio de que não existem explicações sobre o fenômeno, o que, segundo outros autores, como Lakatos & Marconi (1995) configura a perspectiva investigativa exploratória.

Nessa perspectiva, recorreu-se a alguns procedimentos teórico-metodológicos que permitem isolar os fenômenos a serem estudados, de maneira a poder descrevê-los e criar um sistema de entendimento, explicação e compreensão dos fatos. Nesta lógica, considera-se o crédito pecuário concedido às mulheres um fato social, o que, para a Sociologia, significa constituí-lo como um “objeto de estudo” (KROEBER, 1993.p. 243). Deste modo, estuda-se o crédito pecuário como um fenômeno social analisando-o do ponto de vista das beneficiárias. Essa análise considera as representações e práticas das beneficiárias na busca desse auxílio, assim como suas reações a esses benefícios que lhes são destinados pelo Programa de Fomento Pecuário.

Estes procedimentos vão ao encontro dos objetivos pretendidos nesta pesquisa e, por ser compatível com os princípios científicos da delimitação do objeto de estudo, optou-se por circunscrever o campo de análise ao Posto Administrativo de Changalane.

Nesta lógica, esta pesquisa pode ser inserida dentro da abordagem qualitativa, que privilegia um nível de realidade que, em princípio, não seria quantificável, situando-se na perspectiva do universo de significados, motivações, aspirações, valores e atitudes.

Esse desenho de pesquisa assenta-se também em argumentos como o de Minayo (1992, p.21), que adverte que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, porque a realidade social só se apreende por aproximação e é mais rica do que qualquer teoria, qualquer

pensamento que possamos ter sobre ela. Esta mesma autora define a pesquisa qualitativa como “um trabalho com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (...) e que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1992, p.16).

Esta definição revelou-se adequada à discussão do objeto estudado por perseguir significados, fatores que influenciaram na opção de vida, no contexto da organização familiar, como também princípios que atuam nas relações sociais, elementos constitutivos e constituintes de sistemas sociais e culturais do universo feminino. Assim, os estudos qualitativos caracterizam-se por serem interpretativos, resultando em proposições acerca da realidade social pesquisada, cujo uso cabe aos próprios indivíduos, que a constituem definir e praticar.

Complementarmente, utilizaram-se também algumas quantificações sociodemográficas na intenção de caracterizar o perfil das mulheres entrevistadas.

3.2 Campo de estudo – Instituições e Pessoas

Para Guimarães (1980) campo de observação do cientista social é a realidade social, que tem um significado específico e uma estrutura de relevância para os seres humanos que vivem, agem e pensam dentro dessa realidade. Fazendo uso de uma série de construtos do senso-comum, eles selecionam e interpretam previamente este mundo vivenciado na realidade cotidiana.

Para o contexto social da análise, optou-se pela circunscrição do campo à Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU), localidade de Changalene, e às mulheres envolvidas no programa de fomento pecuário em forma de crédito

pecuário para criação do gado caprino e bovino. Esse campo está delimitado na figura 2.



Figura 2 - Mapa de Moçambique e localização da área de estudo, Changalane.

Fonte: CENACARTA, 2006.

O primeiro contato com esse campo de estudo deu-se por meio de correspondência mantida via e-mail, com a coordenadora nacional da AMRU em Moçambique, instituição de apoio à mulher rural. A coordenadora manifestou sua disponibilidade em contribuir na concretização da pesquisa proposta, incluindo o deslocamento de Maputo a Changalane, que ficaria a cargo dessa Associação.

Na sequência, pretendia-se conhecer a participação da AMRU no processo de desenvolvimento rural da área em estudo. A partir de então situou-se a participação da mulher no processo produtivo e reprodutivo nas comunidades escolhidas com base na criação de gado como principal indagação que motivou este estudo.

Contudo, para entrada no campo, encontraram-se obstáculos que poderiam ter inviabilizado esta etapa da pesquisa, sobretudo porque nunca se tinha tido contato ou aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo nem da própria localidade.

Por essa razão, contactou-se, primeiramente, com a sede da AMRU, em Maputo, em janeiro de 2008. Essa Instituição criou as condições favoráveis para que esse grupo de mulheres fosse o objeto deste estudo. No primeiro contato apresentou-se a proposta de estudo para a

assistente do programa do fomento pecuário de Changalane. Na associação obtiveram-se dados sobre a localização dos informantes privilegiados.

Optou-se por entrevistar, primeiramente, a assistente do PFP, pela sua disponibilidade de tempo, na sede da organização, em dia e hora combinados previamente e facultou inclusive a ficha de controle da gestão do crédito pecuário, (anexo 2). Dessa forma foram obtidos detalhes das configurações, o funcionamento, motivações e objetivos do programa de fomento pecuário à mulher rural, particularmente em Changalane. Também se buscaram informações sobre processos de produção anteriores e posteriores à introdução do crédito.

Durante esse período procurou-se Instituições, como o Ministério da Agricultura, a fim de termos acesso a documentos sobre gênero e desenvolvimento rural, políticas públicas assentadas nessa perspectiva. No entanto, esse acesso não foi possível e nem o contato com o Diretor Nacional do Desenvolvimento Rural, que foi sucessivamente adiado até o nosso regresso ao Brasil.

Em fevereiro de 2008, ocorreu o primeiro contato com a Coordenadora Nacional da AMRU. Nessa ocasião tratou-se da gênese da Associação, da necessidade de apoiar especificamente a mulher rural, dos parceiros e da situação prevalecente da AMRU.

A partir de então se partiu a campo e um dos informantes indicados foi o presidente da localidade de Changalane. Trata-se de um técnico pecuário, funcionário da Associação e que, mesmo desvinculado atualmente dos seus quadros, continua prestando assistência sanitária aos animais concedidos pelo Programa de Crédito.

O informante responsável da localidade é também esposo de uma das beneficiárias do crédito que ocupa o cargo de presidente da Associação Agropecuária das Mulheres de Changalane. Essa Associação iniciou suas atividades com 15 mulheres e foi fundada com intuito de organizá-las para se beneficiarem, em primeiro lugar, da apicultura, uma atividade trazida pela AMRU.

Essa atividade foi substituída pelo crédito pecuário que foi desencadeado com a distribuição de gado caprino, no ano de 1996. No ano de 2000, foi introduzida a criação de gado bovino, atividade que será analisada nos resultados desta pesquisa.

A disponibilidade da AMRU de providenciar transporte para os deslocamentos no campo de estudo, não se concretizou. Segundo informações obtidas na Associação, o financiamento do Programa de Fomento Pecuário chegou ao seu término, e, conseqüentemente, a continuidade da assistência e manutenção do programa foi extinta. Isso contribuiu para que a assistente do projeto e outros funcionários da Associação não mais se deslocassem ao terreno, e,

em consequência, o vínculo entre a AMRU e as mulheres das comunidades assistidas ficou distante.

A primeira visita ao campo de estudo, propriamente dita, ocorreu no dia 08 de Fevereiro de 2008 e objetivou o conhecimento da área. Nesse momento experimentou-se um sentimento correspondente ao de Bachelard (1996, p. 25), que diz que a observação primeira é sempre um obstáculo inicial para a cultura científica, pois, se apresenta repleta de imagens pitorescas, concretas, naturais, fiéis. Basta descrevê-la para se ficar encantado. Isto ocorreu porque não se conhecia a realidade em questão e ao iniciar a investigação, concretamente a observação, ficou-se perplexa com o que se viu. Assim, teve-se que obedecer à recomendação do autor de “abandonar o empirismo imediato” (BACHELARD, 1996, p. 25).

Num misto de surpresa e encantamento não se esperava encontrar um rural em Changalane baseado na prática da atividade agropecuária. Esse local, como novo campo de atuação da mulher residente na localidade, desde 1996, apresentava casas construídas de material convencional, luz elétrica, água canalizada, mobiliários e eletrodomésticos, entre outros benefícios. A surpresa se deveu ao fato de que as comunidades apresentavam-se dessa forma, passados poucos anos do fim da guerra que havia destruído tudo, incluindo rapto de pessoas e furto de animais.

No Posto Administrativo de Changalane contou-se com a recepção pelo presidente da localidade e com o transporte de motocicleta, por ele dirigido por conhecer o campo, e o mesmo encarregou-se de avisar as mulheres a fim de participarem da pesquisa. Isso permitiu uma maior aproximação com as beneficiárias em se tratando de uma vasta área e também por contar-se com pessoa conhecida para os contatos.

Este estudo foi realizado em duas localidades: Changalane, a primeira, e a segunda, a localidade de Mahelane, por fazer parte do mesmo Posto Administrativo; algumas mulheres moradoras de Changalane transferiram-se, forçadas pela exiguidade de pastos para alimentarem os seus animais.

Cabe aqui citar que o tempo limitado para a coleta de dados, devido à distância do campo de coleta da sede do Programa de Pós-Graduação (ANEXO 2), dificultou esse processo. Outro fator de dificuldade foi o acesso a transporte local. Um fator adicional a esses constrangimentos se refere aos recursos limitados da bolsa, uma vez que não se tinha outra fonte financeira para permitir várias viagens de Maputo a Changalane. Essas limitações reduziram o tempo para as entrevistas, como também uma observação mais atenta das relações sociais e econômicas do contexto da organização familiar e na comunidade das mulheres beneficiárias do crédito pecuário.

A proposta exploratória levou à imersão, para maior conhecimento da realidade, no Posto Administrativo de Changalane. Esses dados permitiram concluir e aperfeiçoar a elaboração dos instrumentos de coleta de dados que haviam sido elaborados para o projeto no Programa da Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, em Porto Alegre, no Brasil, em 2007.

Na chegada ao campo teve-se a sensação de ser de fato estranha, de pisar um local totalmente desconhecido, com atitudes um pouco difusas ou mesmo confusas, como a maneira de vestir semelhante a dos mediadores que têm frequentado a localidade, regularmente, em visita aos projetos em andamento. Iniciar as conversas e entrevistas foi difícil, apesar de o presidente da localidade ter informado a presença, como pesquisadora, desde o primeiro dia, que lá chegamos. Percebi certa desconfiança e comentários sobre o fato de se estar ali, bem como a dos movimentos ser reforçada pelos moradores.

Na seqüência da pesquisa a hospedagem ocorreu em casa do presidente da localidade com sua esposa que é a presidente da Associação das Mulheres locais, com direito à higiene e refeições e quarto bem confortável para passar as noites.

3.3 Coleta de dados

Para a coleta de dados optou-se pela observação não participante como uma técnica indicada para estudos exploratórios, considerando que ela pode sugerir diferentes metodologias de trabalho, bem como levantar novos problemas ou indicar determinados objetivos para a pesquisa. Esse tipo de observação é entendido como o processo em que o pesquisador toma contato direto com a comunidade, grupo ou realidade que pretende estudar, mas sem integrar-se a ela (LAKATOS et al., 1991, p. 193).

Nesse processo de observação assumiu-se a advertência de Velho (1978), que salienta a necessidade de mantermos certas distâncias, como investigadores e o objeto em estudo, como forma de garantir a objetividade no resultado do trabalho científico, embora Minayo (1992, p. 10) alerte para que, nem a teoria e nem a prática, são isentas de interesse, de preconceito e de inclusões subjetivas.

O presidente da localidade apresentou o estudo ao grupo de mulheres para evitar a ocorrência de dúvidas sobre a justificativa e os objetivos da nossa presença bem como sobre

o estudo que seria desenvolvido. Assim conquistou-se elevado grau de aceitação, pelo grupo, apesar da desconfiança inicial.

Durante o processo de busca dos dados foi imprescindível manter um nível de relacionamento agradável e de confiança. Para tanto, cuidados foram tomados desde a abordagem inicial, considerando que as primeiras impressões geralmente são significativas. Ao término do primeiro encontro teve-se a certeza da aceitação do grupo para implementar o trabalho.

As idas e vindas ao Changalane permitiram que se mantivesse contato com o meio rural, e proporcionaram conhecimento sobre o cotidiano dessa realidade. Por outro lado, foi pertinente a preocupação com o acompanhamento da situação das mulheres que não obtiveram sucesso com a criação de gado. Obteve-se esclarecimento sobre aquelas que perderam os animais por morte, por doença, desaparecimento e outras causas, tendo sido obrigadas a reembolsar o crédito contraído com a instituição. Esse fato trouxe certos constrangimentos, quase um sentimento de “pena” por ver no fundo dos olhos a tristeza e, ao mesmo tempo, a esperança de um dia alguém se lembrar delas e conceder-lhes uma nova oportunidade, já que a experiência serviu para solidificar os conhecimentos dessa nova atividade.

Retomando os objetivos e o desenho deste estudo, optou-se por utilizar as fontes primárias obtidas pelo levantamento de dados junto às mulheres e famílias beneficiárias do crédito pecuário. A observação e os relatos foram dirigidos às atividades práticas gerenciadas pelas mulheres na busca do micro crédito, bem como às suas reações ao benefício e aos lucros obtidos.

A coleta de dados partiu de uma amostra intencional operacionalizada no domínio da AAMC. Foi realizada combinando técnicas de pesquisa qualitativa e algumas quantificações para sistematizar dados sociodemográficos, que se limitou a aspectos individuais das mulheres, bem como a algumas informações relativas à concessão do crédito pecuário (APÊNDICE A).

Nesse momento evidenciou-se a necessidade de um auxiliar de pesquisa, devido a questões lingüísticas, no entanto, isso não foi possível devido a limitações financeiras. Esse problema foi sanado pela habilidade que se possuía no domínio do idioma local, o que, no entanto, foi trabalhoso e cansativo.

Para a concretização da coleta de dados recorreu-se a dois tipos de fontes, a saber: primárias, orais e escritas e secundárias, como documentos impressos. As fontes orais referem-se às entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a instituições de apoio: AMRU

(2); na AAMC, (a presidente); alguns maridos, (8); Autoridades Locais, e administrativas (3) (APÊNDICES B, C e D).

Nos documentos relacionados com a temática encontrou-se: Legislação; a Constituição da República, Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta, artigos de jornais e outras obras científicas com abordagens sociológicas, históricas e antropológicas, para a revisão bibliográfica, assim como para o desenvolvimento da história local para as informações de caracterização do campo de estudo.

As entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE A) foram utilizadas como instrumento de coleta de dados e implementadas junto às 31 beneficiárias do crédito pecuário e associadas da Associação Agropecuária das Mulheres de Changalane. As entrevistas decorreram nas residências das mulheres e na residência da presidente da AAMC e do Chefe da Localidade, incluíram maridos de algumas beneficiárias que atenderam ao chamado, Autoridades Locais e administrativas. Assim, constatou-se que as entrevistas semi-estruturadas, pela sua natureza, permitem delimitar os dados que são relevantes para o estudo em questão e, simultaneamente, ao valorizar a presença do investigador, oferecem todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo, desse modo, a investigação (TRIVINOS, 1987, p.146).

Considerou-se também que a entrevista “é, por definição um ato de interação pessoal, espontâneo, ou induzido, livre ou forçado, entre duas pessoas, entrevistador e entrevistado, no qual se efetua um intercâmbio de comunicação cruzada, através da qual, o entrevistador transmite interesse, motivação confiança, garantias e o entrevistado devolve, a câmbio, informação pessoal em forma de descrição, interpretação e evolução” (OLABUENAGA, 2006, p. 131).

Assim, como suporte para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro semi-estruturado abordando questões relacionadas à relevância da introdução do crédito pecuário; o antes e o depois; a percepção sobre a configuração das relações de gênero e condição da mulher nos processos produtivos em relação ao crédito; e, ainda, a participação das mulheres no processo de desenvolvimento rural local.

Para a definição das participantes optou-se pela representatividade qualitativa, seguindo as recomendações de Duarte (2002). Para este autor, a qualidade das informações necessárias e obtidas em cada depoimento deve ser critério de escolha, assim como a profundidade e o grau de recorrência de divergência dessas informações: “enquanto estiverem aparecendo dados originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam continuar” (DUARTE, 2002).

O número da população entrevistada foi definido seguindo o critério de saturação definido por Giglione & Matalon (1997), que situam “entre 20 e 30 entrevistas a repetição das informações”.

Foram desenvolvidas entrevistas individuais, buscou-se a profundidade permitindo que as entrevistadas (os) falassem tranquilamente para que as entrevistas fossem produtivas e correspondessem ao objetivo do estudo.

Cada entrevista durou cerca de vinte a trinta minutos, dependendo do idioma usado. Este fato deveu-se às dificuldades de comunicação em português por parte da maioria das entrevistadas. Teve-se que usar o Changane¹ para trabalhar na maior parte do tempo; isso demorava mais tempo, porque as perguntas tinham que ser traduzidas do português para o Changane ou Ronga, dependendo do caso.

A primeira entrevista realizou-se nas instalações da AMRU, em Maputo, em janeiro de 2008 com a Assistente do PFP e a Coordenadora Nacional dessa Associação. Esta entrevista forneceu informações referentes à localização do grupo alvo deste estudo.

Para as entrevistas com as mulheres, dirigimo-nos a localidade de Changalane. Constataram-se certas dificuldades referentes à falta de informação sistematizada sobre a localidade, assim, entrevistamos em dois momentos diferentes e complementares o chefe da Secretaria do Posto Administrativo.

Inicialmente, testaram-se os instrumentos de coleta de dados com alguns participantes envolvidos. Foram eles, o chefe de Secretaria do Posto Administrativo que também era esposo de uma beneficiária, a qual faleceu no período. A seguir foi entrevistado um casal da localidade na presença “desconfiada” do presidente da localidade, que se contactou via celular e estava face a face pela primeira vez.

As entrevistas propriamente iniciaram em fevereiro de 2008. Durante o período da pesquisa, saiu-se pela manhã, na companhia do presidente da localidade, que indicava as residências das famílias beneficiárias, as quais eram facilmente identificáveis, pelo material de construção usado. Foram entrevistadas no primeiro dia vinte e uma 21 mulheres e três 3 maridos, em suas residências e algumas delas na residência do presidente da localidade e da presidente da Associação.

No segundo dia de pesquisa foi possível observar o cotidiano dos casais, principalmente o da residência onde se estava hospedada. Esse fato permitiu verificar a

¹Changane é o idioma predominantemente falado em Changalane, influenciado pelas migrações da província de Gaza. O Ronga é o idioma dessa região que foi fortemente influenciado pelo Changane. Os habitantes locais preferem se comunicar em changane.

forma específica de organização da vida e do trabalho no campo. A agricultura de base familiar estrutura-se a partir da disponibilidade de força de trabalho da família, formada por um grupo de pessoas que pode manter entre si diferentes níveis de relações de parentesco, segundo as regras sociais estabelecidas na Comunidade.

Pela manhã muito cedo, a mulher e o marido (mesmo sendo de origens étnicas diferentes, adotam normas e valores da comunidade em que vivem), iam ao campo para vigiarem os cultivos e em seguida lavavam roupa no rio. Observou-se que garantem a harmonia entre o trabalho na lavoura, cuidados domésticos e a criação de gado, embora o gado bovino que possuíam se encontrasse a muitos quilômetros de distância. As crianças com 13 anos de idade, do sexo feminino, gêmeas, filhas do casal possuíam tarefas específicas de cuidar da casa e preparar as refeições, e associando a estas atividades a sua educação. Quase sem fiscalização dos pais cumpriam na totalidade as lidas domésticas, o que é impressionante para quem não está acostumado a conviver com essa disciplina.

O terceiro dia de trabalho no campo aconteceu de 14 a 17 de abril, quando se entrevistaram 19 pessoas entre mulheres e líderes comunitários. A hospedagem ocorreu na mesma casa, onde se recebeu novamente bom tratamento, o que possibilitou trabalhar à noite, depois das entrevistas, organizando os dados coletados durante o dia.

As mulheres da localidade referiam-se com frequência ao fato de que naquela época já se evidenciava o espectro da fome, não choveu no devido tempo, e conseqüentemente os cultivos estavam sofrendo com o sol e a seca: “*é sempre assim, a gente semeia e a chuva não cai, tudo seca*”, diziam elas (Entrevista nº 3, beneficiária do crédito, 2008).

No dia 25 de maio 2008 finalizou-se o trabalho de campo, entrevistando por último um técnico de nível médio em pecuária², especializado em inseminação, esposo de uma das beneficiárias, e que forneceu dados importantes sobre a nova atividade desempenhada pelas mulheres.

Nesse último encontro, a presidente da AAMC falou da gênese da agremiação, seu funcionamento, seus parceiros financeiros, seu sucesso e os projetos para o futuro.

As participantes eram em número de 28 mulheres e 8 maridos habitantes da área do Posto Administrativo de Changalane e três 3 mulheres e dois 2 maridos habitantes da localidade de Mahelane. Também compunham o grupo de entrevistados, a presidente da AAMC; o chefe de Secretaria do Posto Administrativo; o presidente da localidade; o secretário do Bairro “B” e a chefe de Quarteirão do mesmo Bairro.

²Refere-se a um indivíduo formado em uma Escola Técnico Profissional, neste caso, no Instituto Médio Agrário de Boane em Moçambique.

O total de entrevistas foi de 31 mulheres beneficiárias, 8 maridos, 1 ex- mediador da AMRU, 3 técnicos agropecuários residentes na localidade, sendo um funcionário do Estado que tem como missão identificar e resolver os problemas relacionados com a produção agropecuária, ou seja, ensinar os camponeses como produzir bem e melhor para aumentar a produção e a produtividade para a sua subsistência. Esse técnico transmite técnicas de manejo de gado a toda comunidade. Outro dentre esses funcionários trabalhou para uma ONG, estando desempregado no momento da pesquisa, mas presta assistência aos animais de propriedade da sua esposa. O terceiro funcionário trabalha em uma ONG, juntamente com sua esposa, e também se dedica à assistência aos animais próprios quando necessário. É especializado em inseminação de animais domésticos. O quarto técnico foi recrutado pela AMRU por ser o único com alguma formação escolar e cívica, no momento em que a associação se introduziu na localidade, uma vez que já tinha passado pelo processo de cumprir o dever patriótico (serviço militar obrigatório no período da guerra) e possuía alguma experiência de organização Associativa.

Por essas condições teve oportunidade de ser formado especificamente na área da pecuária como funcionário da Associação, com vistas a prestar assistência técnica ao gado das beneficiárias do crédito pecuário. Para facilitar sua circulação nos deslocamentos na comunidade foi-lhe concedida uma motocicleta como meio de transporte. No momento da pesquisa encontrava-se desvinculado da Associação, já que a mesma estava desativada e sem presença na localidade. No entanto, continuava prestando serviços, devido à responsabilidade de ser presidente da localidade e de ter participado no processo desde o começo, além de, concomitantemente, ser a pessoa em quem a comunidade depositava confiança, além de ser casado com a presidente da AAMC.

Resumindo, o número total de entrevistas realizadas foi de 50, considerando mulheres, maridos, autoridades e técnicos.

Estes procedimentos permitiram, além de colher informações, observar as vivências e estratégias de sobrevivência no cotidiano das comunidades. O campo de observação abrangeu a AMRU, AAMC e as beneficiárias. Esses lugares foram propostos para permitir a compreensão do dia-a-dia, possibilitando a situação face a face “vivido e partilhado por elas e por nós” (BERGER & LUCKMANN, 1996, p.47).

Pode-se afirmar que houve oportunidade de observar como as mulheres constroem socialmente uma nova identidade, a de criadoras de gado, organizadas coletivamente, num espaço de interações entre mulheres e diferentes grupos sociais, na Comunidade e suas

famílias. Esse espaço é caracterizado pela criação de novas relações e identidades, as quais baseiam a nova formulação de interesses e geração de valores.

3.4 Análise dos dados

A análise e tratamento das informações obtidas iniciaram-se pela transcrição das gravações e a classificação e reclassificação do material coletado. Sua organização incluiu os dados resultantes da observação direta nos dias que se conviveu no campo que foram registrados sistematicamente no diário de campo, no qual encontra-se o subsídio para a maior parte das análises elaboradas neste trabalho.

A análise e sistematização dos dados quantitativos sociodemográficos ocorreu com ajuda de um pesquisador – bolsista de Mestrado do grupo de Estudos em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande de Sul (EENF/UFRGS). No final da elaboração da dissertação, a formatação final foi efetuada com ajuda de uma bolsista de Mestrado também da mesma Escola.

A classificação do material foi elaborada a partir de critérios pré-estabelecidos pelas categorias sociodemográficas, previamente definidas. A análise dos dados discursivos oriundos das entrevistas foi baseada nas falas transcritas e categorizadas na forma de conteúdo temático.

As categorias temáticas, segundo (Minayo, 1992), tiveram origem nas questões formuladas no guia de entrevista considerando sua relevância para o objeto em estudo. Nesse sentido as categorias constituem-se em bases teórico - analítica que se vinculam aos elementos em análise como: gênero e ocupação e trabalho, empoderamento feminino, relações sociais, família, relações econômicas e crédito pecuário, entre outros.

A fase de ordenação dos dados caracteriza-se pela organização do material a ser submetido à análise, por meio das transcrições das entrevistas, da leitura inicial do material e da organização dos relatos (MINAYO, 1992). A fase de classificação dos dados é considerada a fase mais importante da análise, por tratar da leitura exaustiva do material, onde o pesquisador identifica o que surge de mais relevante nos dados, elaborando, assim, as categorias específicas da sua pesquisa. A fase de análise final centra-se na busca da articulação do referencial teórico da pesquisa com os achados na análise, buscando responder aos objetivos da mesma (MINAYO, 1992).

A elaboração do estudo teve seu início no segundo semestre do ano de 2008, conduzido conforme a técnica análise de conteúdo, proposta por Minayo (1992), que se estrutura na ordenação dos dados, classificação temática dos dados (construção de categorias) e análise final. Segundo a autora, “(...) fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 1992, p.209).

3.5 Considerações éticas

Para as entrevistas foram obtidas autorizações institucionais no Posto Administrativo, além das demais fontes de coleta de dados locais. A carta de apresentação para realização da pesquisa consta no (ANEXO 3).

Foram respeitadas as normas éticas de pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução 196 do Conselho Nacional de Pesquisa (1996), do Ministério de Saúde do Brasil sendo adotado o Termo de Consentimento Informado que foi lido e assinado pelas entrevistadas(os).

4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO POSTO ADMINISTRATIVO DE CHANGALANE

A localidade de Changanane pertence ao Distrito de Namaacha, Província de Maputo. Na sua configuração, Namaacha é constituído por dois postos administrativos Changanane e a própria sede do distrito e é composta por oito localidades. Nesse distrito a representatividade do governo é feita pelas Direções de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Indústria, Comércio, Turismo, Educação, Obras Públicas e Habitação, Saúde e Coordenação da Ação Social. Possui também vários outros serviços de utilidade pública, tais como o registo civil, correios, serviços de alfândegas e de migração, Eletricidade de Moçambique, (companhia de energia), polícia e os serviços de segurança do Estado.

A coordenação do funcionamento dessa estrutura governamental e de outros setores é feita por um Conselho Executivo Distrital que se reúne periodicamente. Existem as autoridades tradicionais no distrito, representadas por Régulos e Chefes de Terra, no entanto, o protagonismo das autoridades governamentais no processo de tomada de decisões no distrito limita a autonomia destes. Mesmo com representação simbólica, essas estruturas locais intervêm na resolução de conflitos em nível da comunidade¹ resultando na notoriedade da sua influência junto às comunidades.

Segundo dados fornecidos pelo Posto Administrativo local, Changanane é um dos distritos de Namaacha, localizado geograficamente a sul de Maputo, a (80) km da capital. Essa distância é percorrida em aproximadamente duas horas de viagem de carro e cerca de quatro horas de transporte público realizado por *minibus* de 15 lugares que fazem trajetos irregulares e não circulam aos domingos.

4.1 As instituições de apoio a mulher rural em Moçambique

Após as mudanças políticas pelas qual o País passou com a descentralização do poder (político-econômico) e a participação da sociedade, estabeleceram-se a partir de 1992, novos mecanismos institucionais e o desenvolvimento de políticas sociais em vários níveis foi canalizado do aparelho estatal à sociedade civil.

¹ Perfis de Desenvolvimento Distrital ACNUR PNUD; Distrito de Namaacha, Província de Maputo. Maputo, Dezembro de 1992.

Deu-se o início do processo de distribuição de responsabilidades entre o Estado, Sociedade Civil e o mercado, com grande ênfase para as ações que buscavam a solidariedade e justiça social como fator agregador das ações que iniciam em 1992, assinatura de Acordo Geral de Paz (AGP), que terminaria com a guerra que durava 16 anos, possibilitando as transformações anteriormente referidas.

Na tentativa de participar dos programas sociais, cabia aos membros da sociedade conquistar um espaço no novo processo que requeria a participação ativa dos agentes sociais para potencializar as relações.

O resultado dessas transformações socioeconômicas, políticas e culturais protagonizaram o surgimento de várias instituições/associações de apoio à mulher rural, tanto do Governo, como da sociedade civil, assumindo a necessidade de proporcionar a igualdade de gênero como uma questão de justiça social e direitos humanos.

Muitas dessas instituições/organizações sociais não-governamentais nacionais e associações, a partir de então vão estimular o desenvolvimento do ponto de vista político e social e também servem como catalisadoras de atividades econômicas.

Constitui-se o Instituto de Desenvolvimento Rural (INDER), uma instituição nascida ao abrigo do decreto nº 36/90, de 27 de dezembro de 1990, cujas prioridades eram a promoção da participação comunitária, a coordenação intersetorial e a promoção da descentralização, não sendo, portanto, um organismo de execução, mas sim de assessoria e monitoria, subordinado ao Conselho de Ministros (VALÁ, 1997, p. 3).

Esse Instituto tinha como objetivos específicos: o conhecimento do meio rural para a identificação de ações concretas de desenvolvimento a serem implementados com o envolvimento direto das próprias comunidades; testar metodologias de intervenção participativas com ênfase no envolvimento dos beneficiários, em todas as fases do ciclo do projeto, desde a identificação, passando pela concepção, preparação, implementação, monitoria, até a avaliação do produto final (VALÁ, 1997, p. 3).

O INDER era uma instituição, na época, ainda com fortes ligações com o Estado, que assumia o papel de monitoria em um novo cenário que se avizinhava. Atualmente cessou suas atividades, mas deixou a semente alicerçada na Participação Comunitária. Seguiram-se a ela muitas organizações/associações que reivindicaram direitos das mulheres, igualdade de gênero, dedicando-se ao seu empoderamento econômico, social e político em nível nacional e local.

Instituições como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), o Centro de Estudos Africanos (CEA) e as Universidades privadas, começaram a oferecer cursos especiais com

enfoques de gênero e estímulo a pesquisas sobre a temática. A maioria dessas instituições começou a operar na década de 1990, com forte intenção de valorizar o papel da mulher, tanto do meio urbano, beneficiada pela divulgação de informações sobre seus direitos, como a mulher rural que se encontra distante das fontes de informação.

Cabe salientar uma das instituições, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) constituída durante a luta armada libertação nacional nos anos 1960 e oficializada na década de 1970 pelo governo logo a seguir da independência, com vistas a promover a emancipação da mulher em nível nacional.

As camponesas, durante a luta armada, participavam do conflito contra a colonização portuguesa, transportando armas, cuidando dos enfermos. Nesse processo algumas perderam a vida, a maioria ficou mutilada, outras alcançaram estatuto de heroínas e muitas se encontram no plano do esquecimento. Um monumento em nome das mulheres foi erguido e um feriado nacional da OMM foi instituído no dia 7 de Abril em nível nacional.

No plano institucional, até 1995, existia um secretariado nacional para ação social no Ministério da Saúde, cuja atribuição era de promover a igualdade de gênero.

Dessa forma, o governo de Moçambique passou gradativamente a constituir políticas nacionais e insumos para promoção da igualdade de gênero, tendo criado, em 1995, o Ministério de Coordenação da Ação Social (MICAS), com um Departamento da Mulher na Direção Nacional da Ação Social, com a função de promover a igualdade de gênero. Este Ministério foi transformado, no ano 2000, no Ministério da Mulher e Coordenação da Ação Social (MMCAS). Como consequência foi criada separadamente uma Direção Nacional da Mulher e, no ano de 2005, esse Ministério tornou-se Ministério da Mulher e Ação Social (MMAS). Dentro desse Ministério foi constituída a Direção Nacional da Mulher (DNM), como afirma Bergh-Collier (2006, p. 14).

Bergh-Collier (2006, p. 14) cita ainda que essa Direção Nacional da Mulher é responsável pela definição e promoção de diversos programas concebidos para prestar apoio material, bem como para empoderar as mulheres. A DNM mantém ligações com Organizações da Sociedade Civil (OSC's) e outros parceiros ativos e coordena intervenções sensíveis ao gênero em níveis provinciais. Esta Direção possui dois departamentos, nomeadamente o Departamento da Mulher e Família e o Departamento de Gênero e Desenvolvimento, o que tem sido financiados pelos de Programas de Capacitação Institucional em Gênero, com assistência técnica de longo prazo, várias formações e alguns aspetos operacionais, entre outras ações.

Contudo, o movimento feminino e feminista no País teve seu impulso e consolidação com a participação das mulheres na Conferência Mundial das Nações Unidas, que teve lugar no ano de 1975, no Ano Internacional da Mulher, na cidade do México; em 1976-85 com a declaração da Década das Nações Unidas para a Mulher; na segunda Conferência, em 1980, em Copenhague e, pela primeira vez, no Fórum das ONG's; na terceira, em 1985, em Nairobi; e na quarta Conferência de Beijing, em 1995, que serviu para galvanizar, particularmente, “a igualdade de gênero e a construção de credibilidade de gestão administrativa e financeira das suas organizações/associações” (DEERE; LEÓN, 2002, p.182).

A promoção da igualdade de gênero deixou de ser somente vontade governamental, porque as transformações já referidas contribuíram para que as mulheres começassem a organizar-se em associações da sociedade civil para reivindicar seus direitos ofuscados pela intervenção governamental.

Um das preocupações da Conferência de Beijing foi fundamentalmente a chamada de atenção do mundo para os direitos da mulher, a terra, no geral e sobre os direitos de herança, em particular. Na maioria dos países como Moçambique a Plataforma de Ação adotada nesta conferência foi amplamente distribuída pelos escritórios nacionais das mulheres, servindo como base para as atividades pós-conferências organizadas pelas ONGs (DEERE; LEÓN, 2002, p. 182).

A abordagem de gênero fora e dentro do fórum político foi gradualmente sendo reconhecida como uma habilidade específica das organizações das sociedades civis nacionais que direcionaram seus esforços para lutar e fortalecer suas capacidades internas de abordar as desigualdades no País e muitas associações de mulheres se profissionalizaram e se fortaleceram (DEERE; LEÓN, 2002).

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural atualmente é um dos órgãos governamentais preocupados com o fenômeno e possui uma Unidade de Gênero que define a mulher como “elemento fundamental” na Política Agrária e na sua Estratégia de Implementação (PAEI). Esse órgão pretende transformar a agricultura de subsistência em uma agricultura mais integrada na produção para o mercado, reconhecendo o papel da mulher nas atividades agrárias como imprescindível no processo, diz MADER (2002, p. 8).

4.2 A experiência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural - AMRU

“é essencial contar com uma vasta rede de associações para poder verdadeiramente combater a pobreza em massa nas condições que deverão prevalecer na maioria dos países num futuro previsível embora sejam necessários outros elementos investimentos em infra-estruturas, políticas subsidiárias, tecnologias apropriadas e instituições burocráticas e de mercado, não podemos conceber nenhuma estratégia de desenvolvimento rural que combine aumento de produtividade com ampla distribuição de benefícios na qual as organizações participativas locais não tenham papel destacado” (PUTNAM, 2000, p. 104).

Nesse contexto, um grupo de mulheres preocupadas com a causa da mulher rural se organiza e constitui a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU) em Maputo. Assim, a AMRU surge como fruto das transformações institucionais do final da década de 1980 e princípio da década de 1990.

Fundada em 1991, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), nacional, sem fins lucrativos e reconhecida oficialmente em 1992, período no qual o foco das OSC's era de reintegrar e reassentar as comunidades rurais no pós guerra. Dedicar-se fundamentalmente a organizar e a representar as mulheres rurais no sentido de trazer os seus problemas à luz do debate nacional, no que concerne aos aspectos de desenvolvimento socioeconômico. Tem como atividades a promoção das condições socioeconômicas, nas áreas rurais de Moçambique, com objetivo de assistir às mulheres e às comunidades onde vivem. Tem como finalidade levar as mulheres a se dedicarem à luta contra a pobreza e a exclusão sexual, com base na igualdade de gênero.

A OSC iniciou a suas atividades no ano de 1992, beneficiando comunidades de base pobres e vulneráveis. Surgiu promovendo a apicultura, o crédito pecuário², a construção de escolas, emergências³ e outras atividades de caráter social, como patrocinar um programa de rádio-difusão difundido em três línguas nacionais, cujo objetivo é educar a população rural sobre os direitos da mulher e, ao mesmo tempo, sobre os direitos sobre a terra (AMRU, 1992, p. 1).

²Trata-se de fomento pecuário concedido a mulheres que, nunca em suas vidas, tiveram oportunidade de criar gado, porque esta atividade sempre foi encarada como uma atividade masculina na cultura moçambicana.

³Refere-se a ações pós-calamidades naturais que, muitas vezes, exigem ações de emergência para socorrer as vítimas.

A AMRU atribui extrema importância à promoção de desenvolvimento socioeconômico das comunidades pobres em Moçambique, promovendo o acesso ao crédito financeiro e em espécie, pela importância de promover a auto-determinação.

A explicação sobre o surgimento das OSC é de que correspondem aos primeiros agrupamentos de interesse de base local, sendo, por excelência, a primeira forma de organização comunitária cuja constituição facilita o diálogo e trabalho em conjunto com as ONG's de assessoria e dá alguma institucionalidade a essas relações, organizando-as. Por isso é frequentemente estimulada a constituição de associações que acabam sendo as estruturas mais permeáveis à ação e ao discurso das ONG's e demais atores que atuam no campo socioambiental.

A AMRU possui um escritório-sede localizado no centro da cidade de Maputo, na Avenida Karl Marx. Essa organização se estendeu em nível nacional sendo uma associação que desencadeou um processo de reconstrução social, no fim da guerra, com a elevação da mulher rural, incentivando-a no processo de desenvolvimento rural.

A origem e trajetória dessa organização/associação acredita-se que tem importantes consequências, que podem ser evidenciadas localmente e podem ser entendidas no que defende Putnam ao afirmar que:

“A organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. (...) As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, autoridade e outros tipos de recursos (...). As instituições influenciam a maneira pela qual os indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade política, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade” (PUTNAM, 2000, p. 33).

Segundo dados encontrados na sede, a AMRU tem objetivos claros e bem definidos como: criar, apoiar e iniciar o crescimento econômico para a mulher já envolvida em pequenos negócios, por meio da diversificação de fontes de rendimentos, garantindo, deste modo, o desenvolvimento a longo prazo, garantindo a sustentabilidade econômica e aliviando o empobrecimento das mulheres. Também busca aumentar a experiência na

realização de atividades de comércio que permitam a criação de emprego para as mulheres, além de criar postos de emprego para os seus colaboradores (AMRU, 1992, p. 1).

Assim, pode-se dizer que oferece o microcrédito em espécie, como facilitador, se o considerarmos como sendo um “instrumento que pode ser utilizado para a promoção do processo de desenvolvimento, o micro-crédito é caracterizado como uma pequena quantidade de recursos com acesso desburocratizado” (WAQUIL & KUHN, 2004, p. 145).

Constata-se que esta associação iniciou suas atividades com uma experiência inédita em Moçambique, ou seja, *é pioneira* nas atividades que desenvolve e tem como grupo-alvo as mulheres mais vulneráveis, tentando alcançar as mais pobres dentre as pobres. Sua função pode ser pensada na perspectiva de Putnam (2000), quando diz que:

“... as associações locais têm papel crucial nas estratégias de desenvolvimento rural bem sucedida” (...) prossegue Putnam, “é essencial contar com uma vasta rede de associações para poder verdadeiramente combater a pobreza em massa nas condições que deverão prevalecer na maioria dos países em desenvolvimento num futuro previsível (...) embora sejam necessários outros elementos, investimentos em infra-estrutura, políticas públicas subsidiárias, tecnologias apropriadas e instituições burocráticas e de mercado, não podemos conceber nenhuma estratégia de instituição do desenvolvimento rural que combine aumento de produtividade com ampla distribuição de benefícios na qual as organizações participativas locais não tenham papel destacado” (PUTNAM, 2000, p. 104).

No seu relacionamento com as beneficiárias, ou seja, no processo de concessão de crédito, a AMRU não usa o sistema de confiscação de bens das mulheres por falta de reembolso da dívida contraída, como acontece com bancos e outros sistemas de microcrédito.

Essa Instituição incentiva a mulher rural a competir no mercado, desempenhando tarefas que outrora eram somente da competência do homem. Além da agricultura, que sempre foi do seu domínio, passa a ser criadora de gado caprino e bovino, atividade essa que se materializou via concessão de crédito, designado como programa de fomento pecuário para a reposição de animais que foram dizimados pela guerra que se estendeu até 1992.

A AMRU concedeu crédito pecuário às mulheres residentes no Posto Administrativo de Chagalane no Distrito de Namaancha ao sul de Maputo, comunidade alvo deste estudo. No que diz respeito ao Programa de Fomento de Caprinos a AMRU entrega cinco cabras e um bode para cada família beneficiária, num sistema de crédito, sendo que as famílias obrigam-se a restituir sete crias, no final de dois anos. Quanto ao fomento de bovinos a AMRU atribui duas vacas prenhas e no fim de três anos são restituídos dois terneiros (AMRU, 1995, p. 1).



Figura 3 - Imagem da criadora de gado mostrando o gado caprino

Fonte: Maria Cândido, 2008.

AMRU possui política clara de crédito e poupança que foi formulada para esclarecer as regras e os regulamentos para os membros utilizadores do crédito. Conta ainda com estrutura organizacional que envolve a comunidade e estruturas administrativas, objetivos e termos de empréstimo e taxa de juro próprio com valor do empréstimo especificado, assim como a forma de reembolso (AMRU, 1995, p. 1).

Nesse PFP as famílias tomam conta dos animais e pagam uma taxa de fomento equivalente a US\$50,00 durante um período de dezoito (18) meses, no caso dos caprinos e US\$80,00 para o caso de bovinos. Estes recebem assistência técnica e acompanhamento por meio de mediadores e de programas afetos à Associação.



Figura 4 - Imagem de uma beneficiária do crédito bovino.
Fonte: Maria Cândido, 2008.

Desse processo participativo faz parte a formação da comunidade e a associação providencia cursos de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Comunitário nas áreas de técnicas de manejo dos animais; melhoramento de conhecimentos de reprodução e saúde animal; capacitação sobre a importância dos alimentos em qualidade e quantidade para a redução da mortalidade dos animais a seu cuidado usa de tração animal apropriado; criação pecuária e higiene animal; gestão de pastos comunais e regeneração de pastagens (AMRU, 1992, p. 7-8).

A prática dessa modalidade de crédito é uma inovação nas zonas rurais. As camponesas decidem e aderem ou não a ela, de acordo com suas habilidades ou perspectivas. No período de concessão, as famílias recebem assistência técnica proveniente dos técnicos da associação que fornecem acompanhamento do gado pelos gestores, técnicos e oficiais de programas afetos. Esse acompanhamento existe, não só para garantir o retorno do crédito, mas, principalmente porque esta atividade de criação de gado pelas mulheres é nova na localidade de Changalane. A maioria delas chefia famílias na ausência dos maridos que trabalham nas cidades ou nos países vizinhos (África do Sul e Swazilândia), algumas mães são solteiras e a maioria não tem nenhum precedente histórico de criação de gado.

A política do programa sobre o crédito, segundo a AMRU, tem base técnica. O juro e o reembolso não seriam compreensíveis pelas beneficiárias se não houvesse formação e monitoria no campo, principalmente para mulheres sem um grau de escolaridade elementar. Este

programa pode ser considerado como um processo de aprendizagem na perspectiva de gênero (AMRU, 1995, p. 4).

A AMRU afirma que o PFP tem produzido resultados observáveis nas comunidades onde foi aplicado. Dados colhidos revelam efetivamente as transformações ocorridas na localidade de Changanane, onde 144 famílias foram beneficiadas por esta modalidade de crédito. Importa salientar, igualmente, que a região de Changanane tem um histórico de criação de gado do período da colonização portuguesa, terminada em 1975, demonstrada pela fácil adaptação das mulheres na absorção das técnicas de manejo dos animais, mesmo com a ajuda e colaboração dos homens.

Para a AMRU atingir seus objetivos de concessão de crédito conta com as seguintes instituições financiadoras: Oxfam América; Oxfam Bélgica; Trocaire ICCO; FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade; Kellog Foundation; Ford Foundation e Africare.

Importa destacar, no entanto, que apesar de ter mudado a vida dessas mulheres, AMRU não implementou outras ações com base na experiência aqui relatada. Constatou-se que, no momento desta pesquisa o Programa estava extinto, o que provocou desalento nas comunidades beneficiadas que aguardam, esperançosas, o retorno da AMRU ao terreno.

Isso deveu-se ao fato de ter dependido de financiamentos externos e não ter criado fundos próprios, o que resultou na não apropriação ou mesmo empoderamento do programa. Tanto que o término do financiamento teve como consequência o término dos recursos e o trabalho com as mulheres. Não obstante as beneficiárias terem se apropriado do PFP.

Entretanto, a pesquisa revela que algumas mulheres ainda não reembolsaram as parcelas do crédito devidas, além de não terem restituído crias que poderiam ser entregues a outras famílias que continuam na expectativa. Isso fortalece a idéia de que a Associação poderia dar prosseguimento às suas atividades baseado em fundos próprios ao recuperara bens e valores ainda nas mãos das mulheres.

Para ser mais específica, a AMRU tem todas as condições para dar continuidade ao PFP e esse raciocínio é fundamentado no fato de que, muitas mulheres continuam na expectativa e esperando uma oportunidade.

Esta breve apresentação servirá para, posteriormente, discutir-se a presença e a influência dessa Associação ao se analisar a situação das beneficiárias na atualidade, conforme os objetivos deste estudo. Na sequência deste item procede-se algumas reflexões sobre o desenvolvimento rural em Moçambique considerando a perspectiva de gênero.

4.3 Gênero e desenvolvimento rural em Moçambique

“Invente na existência humana”, uma autêntica comunicação entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, de várias cores, credos religiosos, convicções políticas, regiões, etnias, comunicação feita de tocar os outros, senti-los, revelar-se neles, respeitando as diferenças existentes pondo de lado, ou por outra, esquecer as vozes inumanas dos nossos antepassados que provocaram ou que nada fizeram para mudar a situação”. (FANON, 1975 apud CASIMIRO, 1989 p. 165/241).

“A mulher africana sentiu que estava sendo questionada a fazer opções entre aderir movimento negro que primeiramente serviu os interesses do homem negro patriarcal, e movimento de mulheres que primeiramente serviram interesses racistas de mulheres branca” Hook (1981, p. 9).

A exclusão histórica dos resultados da participação da mulher nos sistemas de contabilidade pública é um equívoco que se pode considerar grave. Consta-se que a participação das mulheres, do seu trabalho no sistema social não é plena, ou não aparece plenamente, não competem em pé de igualdade com o trabalho masculino.

Moçambique é um país cuja economia é baseada na agricultura, com uma população constituída por maioria mulheres, mais de 10.743.579 e de 9.787.135 milhões de homens⁴. Essa maioria vive no meio rural e da prática de agricultura e criação de gado.

Salienta-se que a agricultura fornece emprego e a maior parte da mão-de-obra, 90,9% é constituída por mulheres camponesas, enquanto que os homens perfazem 66% (INE, 2000).

Em referência à dimensão do espaço, trabalho e gênero, a população economicamente ativa no País é de 91,3% mulheres dedicando-se à agricultura, silvicultura e pesca, contra 69,6% e homens (MADER, 2002, p. 10).

Essas características resultam do fato de que mais da metade das mulheres a partir dos 14 anos ou talvez menos, já se encontram praticando atividades agrícolas. É de se ressaltar que a esperança de vida ao nascer para as mulheres é de 49 anos e de 45,5 para os homens e a taxa bruta de escolaridade é de 45,5% para mulheres e 55% para homens⁵. A taxa de fertilidade, em 2003 era de 5.5% e a taxa de mortalidade materna, no mesmo ano, era de 408/100.000 nascidos

⁴ Instituto Nacional de Estatística (INE, 2005)

⁵ Instituto Nacional de Estatística (INE, 2007)

vivos; de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado era de 47,7% e 49% de partos assistidos em instituições de saúde no mesmo ano.

Um dos paradoxos envolvidos na superioridade numérica é que para as mulheres que trabalham nas atividades produtivas da agricultura familiar, seu trabalho é considerado de “ajuda” ao marido. Primeiramente, pode-se dizer que o trabalho delas é invisível, não tem valor de trabalho; segundo, porque elas não detêm a posse legal da terra, como já foi referido anteriormente.

Importa salientar que a estrutura social patrilinear é que traça laços de parentesco e de filiação através da linha paterna, predominante na região Sul do País, a qual determina as posições de poder relativas dos homens e das mulheres e que são influenciadas por mecanismos socioculturais que definem a distribuição de bens econômicos e recursos produtivos.

Nesse sistema, os homens assumem a propriedade dos recursos do agregado familiar, não importando se forem mais velhos ou mais novos em relação à mulher, são eles que autorizam a mulher ao uso desses recursos (herança, no caso) (BERGH-COLLIER, 2006, p.11).

As mulheres rurais dificilmente têm consciência de seus direitos de herança, e pode-se considerar que os fatores socioculturais as impedem de visualizar sua condição a ponto de pouco se preocuparem em compreender os instrumentos que protegem esses direitos. Reforçando essa idéia, Macie (apud Jornal Notícias, 2008) diz que “mulher nas zonas rurais não possui informações referentes aos seus direitos e nem sequer sobre os seus interesses”.

Não obstante o potencial agrícola, paradoxalmente Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo, sobretudo na sua agricultura e com uma disparidade evidente de gênero na partilha do poder econômico. Isto contribui para o aumento acentuado da pobreza das mulheres. Essa pobreza é potencializada pela falta de autonomia e de oportunidades em relação aos homens. As desigualdades de poder além de originar a falta de valores socioculturais se potencializam pela falta de educação e de outros recursos econômicos, herança da terra, além da ausência geral de crédito para investimentos.

Segundo o Relatório do Ministério do Plano e Finanças sobre o perfil de pobreza (Unidade Alívio Pobreza, 1996), cerca de 60-70% dos agregados familiares rurais e 50% das famílias urbanas viviam abaixo da linha da pobreza. Nas zonas rurais, segundo este mesmo relatório, a população tem muito menos acesso a infraestrutura social como água, postos de saúde e educação formal do que nas zonas urbanas (MPF, 1996).

Esse relatório frisa ainda que o analfabetismo é um dos argumentos que contribui para a exclusão da mulher dos processos de desenvolvimento, isto porque cerca de 70% encontram-se nessa situação.

As informações obtidas neste estudo, na pesquisa de campo que se apresenta na sequência permitem constatar os constrangimentos que as mulheres enfrentam no mundo rural, resultantes entre outras coisas da ineficiência do sistema de comercialização dos excedentes agrícolas, pois, quando produzem algum excedente, encaram as dificuldades de transportar os produtos para o mercado local devido a precárias vias de acesso. Por outro lado, também não se beneficiam das condições de armazenamento.

Portanto, as famílias camponesas são obrigadas, pelas circunstâncias, a comercializar os seus produtos por preço baixo para evitar desperdícios. Poucos agregados familiares comercializam algum produto alimentar e, aqueles que produzem cultivos de rendimento, não comercializam sua produção na totalidade.

Esses fatores apontados são agravantes da situação advinda das assimetrias de gênero; a discriminação de que a mulher tem sido vítima tradicionalmente no acesso à terra, na produção agrícola, deriva também da demora na revisão das leis coloniais constituídas no sistema patriarcal. Nesse contexto, verifica-se que no setor agrário persistem as desigualdades entre os sexos, refletidas no acesso a outros serviços, como por exemplo, de extensão rural, que sempre favoreceu os homens (VALÁ, 2006, p. 114).

Mesmo desempenhando atividades de caráter econômico, as mulheres ainda acumulam as tarefas de caráter reprodutivo e social, tendo, portanto, sobrecarga de tarefas. Constata-se que ainda não se abandonou o "velho discurso" que valoriza socialmente o homem e o seu papel, legitimando a subordinação e secundarização da mulher. Por isso, observa-se um movimento no sentido de produzir outro discurso baseado em relações solidárias de gênero, em que a mulher não seja vista como uma categoria social subalterna.

Entretanto, na última década, no âmbito da promoção da mulher rural em Moçambique, é consensual enfatizar a importância da sua participação nas estratégias de desenvolvimento rural, o que tem revelado mudança de discurso contrapondo-se à legitimação da subordinação e secundarização da mulher, produzindo outros discursos que se baseiam em relações solidárias de gênero, afastando a caracterização que define a mulher como subalterna. Hoje a mesma goza de certa reputação na sociedade por ser considerada confiável na gestão de recursos alocados pelas instituições de apoio ao desenvolvimento rural, como é o caso da AMRU.

A intensa participação de mulheres no sentido de se organizarem em torno de associações para reivindicarem o direito de posse da terra, tem se circunscrito às mulheres das zonas urbanas e ao campo acadêmico. Essas mulheres lutam pela igualdade de gênero e se fortaleceram com o apregoar contínuo pela emancipação da mulher por parte do governo e da OMM.

A Conferência de Beijing, em 1995 estimulou as mulheres a se “*juntarem para acordarem*” e reconheceu que investir na sua saúde e direitos é a chave para solucionar os desafios globais. “Importa salientar que esses eventos realizados pela ONU sobre a mulher, em outros momentos históricos têm contribuído para uma maior visibilidade de assuntos ligados ao desenvolvimento humano numa perspectiva holística”, diz Casimiro (1998, p. 167).

Focalizando a questão da crise militar que terminou em 1992 e que assolou quase o País inteiro, a mesma contribuiu para a migração de muitos homens, principalmente da região Sul. Muitos deles perderam a vida na guerra deixando muitas mulheres sós, mães solteiras e chefes de famílias e de agregados familiares, sendo obrigadas a garantir a subsistência de famílias numerosas. O maior número dessas famílias encontra-se na província de Maputo, como já foi referido anteriormente.

Nos últimos anos, em Moçambique, pesquisas realizadas dão conta da participação e do crescente envolvimento da mulher nas atividades econômicas e produtivas. Salienta-se que com a introdução dos Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) ela transformou o seu papel no interior da família.

Particularmente, no caso específico das mulheres da região de Changalane, beneficiárias de crédito pecuário para criação de gado, encontram nessa atividade a oportunidade de garantir o sustento de sua família, sendo muitas vezes a única fonte de renda da família em boa parte do ano, na qual o marido se encontra fora do País ou nas cidades, em busca de trabalho.

Nesse contexto, a participação da mulher na atividade agropecuária ocorre com influência preponderante da AMRU. Depois do término da guerra que durou 16 anos, a AMRU foi umas das organizações da sociedade civil que se propôs a atuar junto aos grupos de agricultores e suas famílias, beneficiando-se da ampliação dos espaços políticos, sociais e econômicos para dar alguma visibilidade às mulheres agricultoras em algumas regiões do País. Assim, “empreenderam esforços para ajudar no repovoamento pecuário (gado), como forma de potencializar os camponeses” (TELES, 2007, p. 59).

Nesse espaço e na perspectiva das relações de gênero a AMRU forneceu gado caprino e bovino às famílias com objetivo de criar, apoiar e iniciar o crescimento econômico

da mulher camponesa, através da diversificação de fontes de rendimentos, garantindo, deste modo, o desenvolvimento em longo prazo.

O processo de mudança de mentalidade é longo e difícil, mas não é utopia. Ações como as da AMRU são vistas como elemento de contribuição para melhorar a situação da mulher rural moçambicana e, conseqüentemente, a família rural. Nessa perspectiva, corresponde ao que diz Putnam (2000, p.104) acerca das associações locais que desempenham um papel crucial nas estratégias de desenvolvimento rural bem sucedidas, e que já demonstrou sucesso.

Retomando o que foi visto anteriormente, esta organização da sociedade civil introduziu o crédito pecuário oferecendo gado caprino em 1996 e gado bovino, no ano 2000, a um grupo específico de mulheres que passando a participar ativamente na vida econômica outrora de domínio masculino como forma de autosustento e de sua família.

Com efeito, a mulher rural de Changalane iniciou a criação de gado numa experiência também *sui generis* de vida, passou a gerir algo que é efetivamente seu depois de a comunidade ter perdido tudo na sequência da guerra civil.

Segundo a própria Instituição, já beneficiou em todo País um total de 1225 famílias⁶. Como consequência disso a AMRU é vista como uma luz que iluminou a comunidade local, no caso de Changalane, não só por ser a primeira organização da sociedade civil a penetrar na localidade, depois da guerra, porque esta população passou por momentos dramáticos de um total abandono ao longo dos anos que durou a guerra, mas também por ter sido ela, segundo os depoimentos das mulheres, que abriu a visão não só das mulheres que se beneficiaram do crédito, mas das comunidades inteiras. Constituíam-se processos de iniciação da mobilização social criando um movimento social em torno de uma Associação Agropecuária de Mulheres de Changalane com vistas a organizarem-se para facilitar na busca de conhecimentos e dos recursos escassos. Dessa forma, aderiram ao processo de desenvolvimento baseado no crédito pecuário e a constituição da associação foi fundamental para organizar as mulheres para o acesso ao mesmo.

Verifica-se também a atuação posterior de entidades governamentais e grupos de ONG's envolvidos pela importância de se buscar alternativas para promover mudanças que atingissem a vida das mulheres e da população da localidade em geral.

⁶Segundo AMRU (1992, p.1-4-6-9), o crédito pecuário beneficia, na Província de Maputo, 766 famílias nas localidades de Chichuco, Muleleman, Timanguene, Chichachanduco, Movene, Bobi e em Changalane 144. Na Província de Manica 153 famílias, nas localidades de Tsetsera, Munhinga e a Sede Provincial. Em Gaza mais concretamente no Chókwé, 155 famílias foram beneficiadas.

A comunidade beneficiou-se de cursos de formação profissional e cívica ministrados pela AMRU com vista a capacitação dos habitantes para melhor assimilarem, não só as técnicas de manejo de gado, mas também o combate aos “velhos hábitos” (como a poligamia, exclusão sexual, casamentos prematuros, entre outras práticas), aquisição de novos hábitos comportamentais (igualdade de gênero, gestão de pequenos negócios, direito a terra etc.) que a população assimilou e que alguns usam como plataforma orientadora nos dias atuais.

Acredita-se que esta modalidade de crédito pode servir de inspiração para experiências semelhantes ou criação de novas alternativas que deem conta das demandas sociais das mulheres rurais e como também de outros grupos sociais existentes que não foram atualmente beneficiados por esta modalidade de crédito e que estão esperando pela oportunidade.

A prática da criação continua para as beneficiárias, contudo, esta nova atividade das mulheres de Changanane não foi acompanhada da segurança e posse de terra. Considera-se esse um fator fundamental para se atingir um crescimento equitativo na agricultura. Embora tenham se beneficiado do crédito, as mulheres hoje trabalham em terras comunitárias, o que não significa que possuam título legal de posse da terra.

Um dado observado nesta pesquisa, que é relevante abordar, é que elas aumentam a produção recorrendo ao uso de tração animal pelo aumento de área do cultivo. Algumas preferem usar trator alugado, possibilitado pelos recursos financeiros adquiridos na venda de cabritos e cabras. Estes elementos constituem para elas “dinheiro guardado”, como elas mesmas dizem:

“o meu gado é o meu banco, quando preciso de alguma coisa, ou quando surge algum problema social vou ao curral e vendo uma cabeça de gado e resolvo os problemas, compro livros e uniforme para os meus filhos irem à escola” (Entrevista n.34 , 2008)

Embora não se possa falar em desenvolvimento rural na perspectiva dos propostos por Valá (1997, p. 1) que diz que desenvolvimento rural significa:

o “resultado de profundas transformações das estruturas sociais e econômicas das Instituições, processos e relações em que qualquer zona rural tem como metas o crescimento agrícola e econômico e o desenvolvimento social e econômico equilibrado”. Inclui aspectos econômicos, saúde, segurança e aspectos ambientais. Implica também o planejamento e o manejo das atividades de desenvolvimento dentro de uma zona ecológica ou geográfica de tal forma que as infraestruturas e a ocupação física do espaço, a utilização dos recursos naturais, a produção econômica e a

organização social estejam devidamente coordenadas e os objetivos múltiplos sejam satisfeitos de uma forma compatível e interativa.

Esta definição não se adéqua aos achados deste estudo, pois esses pressupostos estariam afirmando a ausência de desenvolvimento rural na região estudada, justificada no fato de que na Comunidade ainda não se pode falar em crescimento continuado, agrícola, econômico, muito menos o social. Nem mesmo o desenvolvimento das instituições sociais e a sua expansão, com vistas a criar maiores oportunidades para os seres humanos usufruírem de uma existência segura e compensadora, pode ser afirmado. Os resultados mostram que o que está acontecendo no Posto Administrativo de Changalane é justamente o desencadeamento de ações de desenvolvimento local sob influencia da concessão do crédito pecuário. Essa afirmação justifica-se pelo fato de que o que aconteceram algumas transformações irreversíveis que trouxeram benefícios a essa população e possibilidades de repercussão nas famílias e possivelmente na população em Changalane como um todo. Aliado a isso, necessita-se visualizar a questão das condições de trabalho, bem como a satisfação e o bem-estar social dos indivíduos e famílias dando-se continuidade ao PFP.

Nesse âmbito, um técnico agropecuário, funcionário do Estado, durante a entrevista queixou-se da falta de infraestruturas sociais e econômicas na região e que a população poderia estar melhor se tivesse acesso a um estabelecimento de comercialização de insumos e instrumentos de produção e sementes melhorados: *“a população precisa se deslocar para cidade ou nos países vizinhos para adquirir meios de produção. Esse processo contribui para aumentar as despesas na produção”* (Entrevista n. 49, 2008).

Entre outros aspectos que já foram debatidos neste estudo, a mobilização social, para constituição da Associação que iniciou suas atividades com um grupo de 15 mulheres, tornou forte a presença do movimento das mulheres, verificando-se também uma atuação importante de outras entidades além da AMRU, vinculadas ao terceiro setor, que se articulam diretamente com esse movimento e com organizações público-governamentais. Entre as várias entidades e grupos envolvidos há certa compreensão semelhante sobre a importância de se buscarem alternativas para promover mudanças sociais que atinjam a vida das mulheres e suas famílias e da população rural.

Com efeito, a introdução do crédito pecuário pela AMRU contribuiu para dar início a um ritmo de crescimento econômico na comunidade, com impacto na melhoria da qualidade de vida da população rural beneficiada. Por outro lado, esta Associação atuando junto ao grupo de agricultoras familiares abriu e ampliou espaços políticos para dar uma maior visibilidade às

mulheres agricultoras da localidade, elevando sua auto-estima, incentivando a sua participação na tomada de decisões em diferentes esferas da vida, ampliando os espaços de democratização do poder no seio das entidades, colaborando para a afirmação de sua cidadania política e para o seu fortalecimento como sujeitos sociais, subsidiando as ações políticas das organizações locais, numa perspectiva de gênero.

Falando concretamente das entidades públicas governamentais, o governo de Moçambique constatou que, no decorrer das três décadas de independência, as políticas implementadas para o desenvolvimento do País não produziram os resultados esperados por terem tido uma abordagem macro e centralizadas, sem levarem em conta as especificidades locais. Nesse contexto é pertinente recordar Valá (2005), que afirma ser fundamental explorar as virtudes das abordagens de desenvolvimento regional, distrital, territorial e local, adaptando essas perspectivas ao contexto socioeconômico e político concreto.

O trabalho da AMRU pode se justificar no que afirma Valá (2005, p.) que “está provado que não existem receitas universais ou miraculosas para o desenvolvimento, que ao serem implementadas num determinado contexto (natural humano) conduzam uma sociedade ou comunidade inevitavelmente ao desenvolvimento econômico e social global”. Isto é, o desenvolvimento tem que partir do local. E, foi exatamente este o enfoque da AMRU, que buscou uma comunidade bem distante do poder político e econômico para ajudá-la emergir dos escombros da guerra e dar frutos.

4.4 Perfil das mulheres produtoras rurais detentoras do crédito pecuário na comunidade de Changalane

Em função das características da prática da agricultura e outras atividades ilustradas na comunidade, apresentam-se as mulheres, como parte integrantes de uma família, que possuem responsabilidades, tanto nas atividades econômico-produtivas, espaço onde dividem o conjunto das tarefas com os demais membros da família, quanto nas domésticas-produtivas. Nesse espaço se revela certa “indivisibilidade” sexual do trabalho, ou seja, algumas atividades que só as mulheres adultas, idosas e jovens executam.

Portanto, diante dessa realidade, preconizou-se que no interior da agricultura familiar e das relações sociais estabelecidas estão implicadas as relações de gênero. Esse modo específico da vida social caracteriza-se por uma íntima relação com os recursos naturais e

também por uma forma de organização do trabalho familiar, onde os critérios “sexo” e “idade” são elementos-chave na distribuição das diversas tarefas.

Dentre os preceitos adotados, um relacionamento harmonioso e novas formas de trabalho concretizam-se e implicam gestão de novas relações sociais de gênero. Também outras formas de relacionamento humano se consolidam e superam as diferenças emergentes, sofrendo influências marcantes da nova realidade do trabalho e poder que o estudo se propõe mostrar.

Nesse contexto, apresenta-se a síntese dos resultados obtidos na sistematização das entrevistas, pautadas nos dados sociodemográficos e representados em quantificações sobre o perfil das mulheres rurais que criam gado caprino e bovino desde 1996 e foram beneficiadas pelo crédito pecuário da AMRU.

As entrevistas retratam um total de 31 das unidades de produção do Posto administrativo de Chagalane e Mahelane. Um total de 21 variáveis foram previamente definidas para facilitar o diagnóstico e operacionalizar o estudo junto às beneficiárias. As variáveis foram distribuídas em quatro categorias temáticas: 1) identificação das beneficiárias; 2) caracterização das beneficiárias; 3) características econômicas da unidade produtiva; 4) emissão do crédito pecuário. A pesquisa baseou-se em entrevistas com formulário-guia com 31 mulheres, 8 maridos, 4 técnicos agropecuários, 2 representantes da AMRU e 5 líderes da comunidade representantes da Administração Local, num total de 50 entrevistados.

As tabelas que seguem mostram os dados referentes às mulheres e informações de interesse para as análises sobre seu envolvimento com a atividade rural proporcionado pelo crédito pecuário. A TABELA 1 apresenta a distribuição de idades das mulheres entrevistadas.

Tabela 1 - Faixa etária das mulheres de Chagalane, beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.

FAIXA ETÁRIA	Nº	%
20 a 39 anos	8	25.8
40 a 49 anos	13	41.8
50 a 59 anos	5	16.2
60 a 70 anos	5	16.2
Total	31	100.0

Fonte: Elaborada pela autora, 2009

Dentre as variáveis selecionadas, iniciou-se pela faixa etária das beneficiárias agrupadas em quatro categorias representativas. Constatou-se o predomínio de mulheres na faixa etária dos 40 a 49 anos, correspondendo a 41,8%. Esta constatação revela que o pressuposto básico para esta representatividade deve-se à aproximação entre a introdução do crédito pecuário na Comunidade, em 1996, e a recém terminada guerra que destruiu todos os bens da população, matando muitos residentes e animais, entre outros fenômenos. Resultou na dispersão da população, principalmente de jovens cuja maior parte se refugiou na cidade de Maputo ou nos países vizinhos como África do Sul e Swazilândia. As mulheres consideradas mais velhas residiam na comunidade e faziam parte das que se deslocavam de um lugar para outro em busca constante de refúgio nas proximidades, retornando durante o dia e fugindo ao entardecer.

Nesse contexto, tratava-se daquelas mulheres que, pela tradição, se encontravam ligadas ao tipo de organização social vigente cujas “estruturas requerem das mulheres o exercício de determinados papéis: cuidar de crianças e velhos sobreviventes, no caso concreto desta comunidade”, como afirma Casimiro (1998, p. 163). Revela também que é desse grupo de mulheres que saíram as pioneiras nesse sistema, também pioneiro, dessa modalidade de crédito.

A posição da prevalência de mulheres nas faixas etárias descritas é fundamentada por Casimiro (1998, p. 163) ao citar a existência do “vácuo criado no domínio da responsabilidade social (...) a medida que a crise social cresce as pessoas encontram modos de enfrentar a sociedade (...) cujo ‘*principal*’ papel recai sobre as mulheres que têm que tomar conta das crianças, das famílias e da comunidade (...) despendendo energia, providenciando subsistência à família, muitas vezes em condições de ausência do varão”.

Secundando a ideia do trabalho migratório já citado neste estudo, o qual causa as ausências frequentes dos homens que migram para os centros urbanos e países vizinhos vendendo a mão-de-obra, vale destacar também que essa prática é secular na região e que foi agravada pela penetração e expansão colonial em Moçambique, com a introdução de trabalho forçado, chibalo e venda de mão-de-obra. Portanto, é durante esse processo que as mulheres assumem o papel de chefe de famílias.

O terceiro fator prende-se no fato de que mulheres mais jovens para assegurarem o seu sustento procuravam trabalho nas povoações vizinhas ou buscavam trabalho informal nos mercados da cidade.

Embora isso tenha mudado com a introdução da modalidade de crédito, verifica-se um número significativo de mulheres jovens de 20 a 39 anos que são novas no sistema, perfazendo 25,8%.

Os agrupamentos correspondentes às faixas de 50 a 59 e 60 a 70 atestam o mesmo fenômeno já citado que revela a predominância de mulheres em idades mais avançadas considerando que esses dois grupos totalizam 32,40%. Pode-se incluir entre essas um grupo de mulheres que retornaram à comunidade depois de terem passado muitos anos vivendo na cidade, como é o caso de algumas separadas e divorciadas.

A escolaridade das beneficiárias do crédito, encontra-se representada na TABELA 2.

Tabela 2 - Escolaridade das mulheres de Changalene beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008

ESCOLARIDADE	Nº	%
Não sabe ler nem escrever	8	25.8
Ensino primário incompleto	13	41.9
Ensino primário completo	3	9.7
Ensino secundário incompleto	4	12.9
Ensino secundário completo	3	9.7
TOTAL	31	100,0

Fonte: Elaborada pela autora, 2009

A TABELA 2 mostra o baixo nível de escolaridade entre as mulheres envolvidas nas atividades de criação de gado. Esse cenário é atribuído ao fato de que elas continuam em situação de desvantagem, o que segundo Casimiro (1998, p.161) está expresso no fato de que “a sua educação está limitada a aprendizagem de habilidades domésticas, com acesso muito limitado ao poder”.

Salienta-se que, na região em estudo, constata-se migração masculina; com isso as mulheres ficam longos períodos responsáveis pela gestão da unidade doméstica e com atribuição da educação dos filhos, tarefa tradicionalmente reservada aos homens. Nessa tradição as mulheres não detêm poder de decisão mesmo na ausência do marido, o sogro determina quem vai à escola, no caso, o rapaz. Essa prática está de acordo com a cultural local que define a educação, a partir de padrões socialmente aceitos.

O nível de escolaridade das mulheres criadoras do gado expresso na tabela anterior, elucida o predomínio das mulheres com nível de educação primária incompleta⁷ e que corresponde a 41,9%. Obedece aos mecanismos culturais de distribuição dos bens econômicos associados à estrutura social patrilinear “descendência que traça laços de parentescos e de filiação por meio da linha paterna. Nesse sistema os homens assumem a propriedade dos recursos do agregado familiar e autorizam à mulher o uso desses recursos (BERGH-COLLIER, 2006, p. 11).

Nessa lógica da distribuição de herança, os pais preferem dar oportunidade de educação para os rapazes, que serão os chefes das famílias e que posteriormente irá cuidar dos pais quando estiverem velhos. Mandar a menina à escola seria formá-la para outra família que vai morar com ela após o casamento. Isso se reflete na comunidade pela lógica da estrutura do parentesco, descrita por Casimiro citando Lerner (1986, p. 47) “a patrilocalidade é o lógica pela qual a mulher tem de deixar a sua família de nascimento e ir residir com o seu marido e com sua família”.

Conforme alega o Presidente da Localidade de Mahelane:

“antes das mulheres receberem o gado para criar e termos a certeza de rendimentos, os recursos econômicos eram escassos éramos obrigados a desistir de continuar com a educação dos seus filhos” (Entrevista nº 34, 2008).

Nesses casos as mulheres eram sacrificadas, porque os pais optavam por enviar os rapazes à escola. Outro fator que se verificou foi a não existência do ensino secundário na Comunidade, sendo necessário enviar os estudantes para continuarem os estudos nos centros internatos. Nesse caso, *“restava para as nossas filhas, receber uma rígida educação tradicional com vistas ao casamento que hoje reconhecemos ser prematuro”* (Entrevista nº 34, 2008).

Estes fenômenos aliam-se às constatações do Ministério da Agricultura durante o diagnóstico de gênero para o setor agrário, o qual observou que “a fraca rede de educação, alfabetização, comunicação, informação e formação, acentua mais o problema do analfabetismo e da baixa escolaridade dos produtores, particularmente as mulheres” (MADER, 2002, p. 50).

⁷Ensino primário em Moçambique equívale a sete anos de escolaridade. Isto é, cinco para ensino primário do primeiro grau, equivalente a 5ª classe, denominado EPI e mais dois anos para ensino primário de segundo grau com nível de 7ª classe, denominado EPII.

Segundo Macie (2008) “muito deve ser feito para mudar a situação vivida nas zonas rurais, onde a mulher continua a enfrentar enormes dificuldades. Ela ainda não tem informação sobre os seus direitos e nem os instrumentos que a defendam”.

No contexto atual o crédito age como fator introdutório de alterações da realidade socioeconômica desta comunidade e reflete-se na existência de mulheres com nível secundário completo. Isso se deve fundamentalmente ao trabalho exercido pela mediação da AMRU, que criou mecanismos fundamentais de discussão coletiva da realidade vivida pelas famílias de agricultores, visando a avaliar a participação de mulheres e homens na gestão das decisões, tanto no interior das famílias, quanto nas associações a que pertencem. Dentre os principais mecanismos e instrumentos utilizados pela Associação, destacam-se: seminários palestras sobre gênero e cursos profissionalizantes, educação cívica com intuito de despertar a consciência das mulheres e facilitar a aquisição de conhecimento e competências de desenvolvimento do gênero e os direitos que a mulher tem dentro da comunidade, incluindo o direito de estudar.

A AMRU participou por meio do seu programa de fomento às atividades econômicas na comunidade, forneceu elementos para a compreensão dos diferentes mecanismos que restringiam e desqualificavam a participação das mulheres camponesas no processo de gestão e tomada de decisões. Com isso contribuiu para a transformação desses obstáculos e a difusão dos programas de desenvolvimento de gênero de desenvolvimento rural. Também alertou para o papel da mulher nos programas aprovados pelo governo central nas últimas décadas que resultaram em benefícios restritos a alguns segmentos da população e com impactos nulos para as comunidades rurais.

Pode-se afirmar que as mulheres que concluíram o nível primário e secundário, retomaram as atividades estudantis depois que aderiram ao crédito pecuário. Dessa forma agradecem a aderência a essa nova atividade econômica, pois pela primeira vez puderam contar com rendimentos próprios e isso lhes proporcionou autoestima e segurança para voltarem à escola. Isso pode ser observado no terceiro e quarto grupos da TABELA 2 que é constituído por mulheres que adquiriram o nível de escolaridade secundário incompleto com 12,9%.

As que completaram o ensino primário totalizam 9,7% e ainda 9,7% possuem ensino secundário completo. Para ressaltar, cita-se um agricultor, no estudo de Valá (2006, p. 149) quando diz que “hoje, as mulheres já estão numa situação melhorada porque ‘*abrem os olhos*’ na escola”. As mesmas pessoas que defendiam a educação dos rapazes hoje aceitam enviar suas filhas à escola, e, como resultado das oportunidades criadas pelo crédito

pecuário, a comunidade já possui uma escola secundária que proporciona o ensino desse nível às meninas.

Vale recordar que recentemente existe uma preocupação demonstrada pela juventude rural no sentido de buscar uma maior qualificação escolar. Este fato é representado pela evolução na educação rural, pois o número de meninas que iniciaram o ensino secundário, no ano de 2008, superou as expectativas em termos de aderência da população feminina nesse nível de ensino, em Changalane. Nos últimos dois anos não havia população estudantil que justificasse a abertura de uma escola secundária, e o ensino era limitado ao nível primário. A TABELA 3 mostra o local de nascimento das beneficiárias do crédito.

Tabela 3 - Local de nascimento das mulheres de Changalane beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.

LOCAL DE NASCIMENTO	Nº	%
Gaza-Chibuto	4	12.9
Gaza – Macia	1	3.2
Gaza-Manjacaze	1	3.2
Gaza-Xai-Xai	3	9.7
Inhambane-Zavala	1	3.2
Inhambane	1	3.2
Maputo-Boane	1	3.2
Maputo-Catuane	1	3.2
Maputo-Changalane	10	32.3
Maputo-Mahelane	3	9.7
Maputo-Manhiça	1	3.2
Maputo-Maputo	1	3.2
Maputo-Matola	2	6.5
Maputo-Matutine	1	3.2
TOTAL	31	100.0

Fonte: Elaborada pela autora, 2009

A TABELA 3 mostra a diversidade relacionada ao grupo de mulheres envolvidas na nova atividade no que diz respeito a sua origem étnica e geográfica. Conforme as características socioculturais da região, a maioria das famílias de camponeses, vivendo em Changalane e, particularmente, as beneficiárias do crédito pecuário, são descendentes de imigrantes do reino da Swazilândia que ocuparam a localidade antes da penetração colonial e dos antigos trabalhadores das empresas capitalistas portuguesas que atuaram na região, nos primeiros anos do século passado. Também trabalhadores vindos de diferentes regiões do norte do distrito de Namaacha se instalaram na localidade de Changalane aliado aos efeitos

da guerra terminada em 1992 que movimentou muitas pessoas em busca de espaço para trabalho nessa comunidade.

Do total de 31 entrevistadas, 32,3% são naturais de Changalane. A predominância de mulheres residentes e naturais da Comunidade deve-se ao fato da permanência dessas mulheres nas proximidades as quais, mesmo com a incidência da guerra não abandonaram totalmente a Comunidade. Outras 12,9% são provenientes da província de Gaza, mais precisamente do distrito de Chibuto. Os deslocamentos de pessoas provenientes de Gaza, protagonizada pelas hostilidades armadas, como em todo País, contribuíram para que mulheres oriundas de diversas partes do norte de Maputo fossem a Changalane em busca de combustível lenhoso para comercialização na cidade capital, o que favoreceu a sua fixação na Comunidade.

Cabe salientar que algumas dessas mulheres permitiram que os maridos partissem para suas zonas de origem, no caso Gaza, no final da guerra a fim de se dedicarem a outras atividades de sobrevivência enquanto elas se propuseram a criação de gado em Changalane. Estes visitam esporadicamente as famílias enquanto não terminam o reembolso do crédito, o que garantirá a propriedade efetiva dos animais.

Outras 9,7% das mulheres são originárias da localidade de Mahelane, pertencente ao mesmo Posto Administrativo e do mesmo distrito de Namaacha.

Quanto à variável Estado Civil, classificou-se da seguinte forma: casamento tradicional, casamento civil, solteiras, separadas, divorciadas e viúvas, conforme apresentado na TABELA 4.

Tabela 4 -Estado civil das mulheres de Changalane beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.

ESTADO CIVIL	Nº	%
Casada (registro civil)	8	25.8
Solteira	5	16.2
Casamento Tradicional (costume)	10	32.3
Separada	1	3.2
Divorciada	1	3.2
Viúva	6	19.4
Total	31	100.0

Fonte: Elaborada pela autora, 2009

Na tradição local a união de fato é reforçada pelo lobolo, ou seja, o pagamento de dote aos pais da mulher que é considerado o ato mais importante pela comunidade, o homem se capacita a transformar a moça em sua esposa e poder levá-la para casa dos seus pais. Essa é a razão para o que se observa na TABELA 4 que mostra que do total das 31 entrevistadas 32,3% vivem em relações maritais tradicionais. Portanto, a maioria vive em uniões estáveis.

O casamento oficial não é prática comum na localidade e a grande maioria das mulheres casadas entrevistadas nesta pesquisa oficializou o matrimônio depois de se tornar beneficiária do crédito pecuário. Assim, já viviam maritalmente com os companheiros. Quanto a esse tipo de união, considerado “moderno”, dizem as mulheres e os seus maridos que o fato de estarem praticando atividades econômicas possibilitou que 25,8% delas mulheres fosse não oficialmente casadas.

A explicação para a existência de 19,4% de viúvas no total das mulheres entrevistadas prende-se a motivos já citados e, em particular, à guerra. Esta comunidade sofreu efeitos diretos desse flagelo, muitas pessoas foram assassinadas, entre as quais esposos das beneficiárias, outros por motivos de doenças diversas.

Cabe reafirmar que a percentagem de 16,2%, composto por solteiras, mais concretamente mães solteiras, atribui-se à situação de ausência dos homens, que favorece a perenidade de “agregados familiares chefiados por mães solteiras, com tendência a ‘reproduzir’ uma situação semelhante de pobreza, acesso limitado à educação, saúde e justiça. As filhas que engravidam sem terem casado, de acordo com as normas costumeiras, pelo civil ou casamento religioso e na procura de uma relação estável, acabam tendo filhos e não são ‘desejáveis’ pelos homens “sérios”, diz Casimiro (1998). O fator da migração masculina é uma situação generalizada no País.

A TABELA 5 representa o número de filhos das beneficiárias entrevistadas.

Tabela 5 - Número de filhos das mulheres de Changalane beneficiárias do crédito pecuário, entrevistadas em 2008.

NÚMERO DE FILHOS	Nº	%
3 a 4	10	32.3
5 a 6	16	51.7
7 a 8	4	12.8
9 ou mais	1	3.2
Total	31	100,0

Fonte: Elaborada pela autora, 2009

Não foi possível agrupar o número de filhos por apresentar muita disparidade em termos numéricos, como pode ser observado. Encontrou-se predominância de mulheres com cinco a seis filhos, correspondendo a 51,7%.

Este fenômeno é fundamentado pela posição da mulher na sociedade tradicional, ligada ao tipo de organização e determinados poderes, o que favorece ao homem salvaguardar que quanto mais esposas e filhos tiverem, contarão com mais mão-de-obra para ajudar na lavoura. Por essa razão é comum encontrar várias mulheres partilhando o mesmo marido, ou seja, a prática da poligamia tem uma função econômica. Têm-se assim o aumento da produção com recurso a várias esposas e, conseqüentemente, muitos filhos. Salienta-se que nesse grupo incluem-se mulheres que tinham tido mais de 7 filhos, e que, por diversas razões, faleceram.

Outros 32.3% de mulheres têm entre três e quatro filhos. Trata-se do grupo que contaram com o envolvimento da mediação da AMRU na introdução de conhecimentos sobre os métodos anticoncepcionais para evitar nascimentos desorientados.

Nesse sentido também as escolas e os debates públicos influenciaram as mulheres na tomada de decisão. Diz Casimiro, citando Loforte (1996, p. 240), “nas unidades domésticas onde as trajetórias sociais e profissionais ligadas à sua reprodução social conduziram a alterações nas relações de gênero, as mulheres detêm, igualmente, efetivos poderes políticos (...) que os homens, no geral, decidem de acordo com uma rede de relações onde intervêm as suas esposas, irmãs mais velhas e tias paternas”.

Essa interferência no poder de decisão contribuiu para a abertura, de uma maneira geral, da visão da sociedade para o controle da natalidade. O grupo composto por mulheres

com sete a oito filhos corresponde a 12.8%, justificando-se por argumentos já mencionados nesta análise.

A TABELA 6 representa a ocupação das mulheres entrevistadas e beneficiárias do crédito.

Tabela 6 - Ocupação das Mulheres de Chagalane Beneficiárias do pecuário, entrevistadas em 2008

OCUPAÇÃO	N °	%
Agricultora	1	3.2
Agricultora e criadora de gado	14	45.2
Agricultora, criadora de gado e negócios	11	35.5
Agricultora, criadora de gado e trabalha fora	5	16.1
TOTAL	31	100,0

Fonte: Elaborada pela autora, 2009

Essa variável mostra que 45,2% das mulheres desempenham atividades agrícolas e a criação de gado no seu dia-a-dia. Esta constatação pode ser considerada atípica para as mulheres moçambicanas. Isto porque sempre tiveram na agricultura sua principal atividade. Pode se observar, portanto, na população deste estudo que as mulheres que outrora eram geradoras de produtos agrícolas acrescentaram a atividade de criação de gado. Isso constitui uma situação *inédita* como já foi dito nesta pesquisa, porque outrora “a maior dificuldade enfrentada pela mulher verificava-se na aquisição do gado bovino” (MADER, 2002, p. 43).

As informações coletadas junto às famílias evidenciam que, no grupo social estudado, além de praticar a agricultura e criação de gado, existem algumas mulheres que também se dedicam a pequenos negócios no quintal das suas residências, correspondendo a 35.5%. Esse percentual inclui mulheres que já viviam na cidade de Maputo com alguma experiência em pequenos negócios de diversificação de renda doméstica; outras que já vendiam carvão e lenha, antes da introdução do crédito. Salienta-se que se encontram mulheres que viajam à África do Sul em busca de mercadorias para comercializarem em seus quintais.

A garantia da equidade social cria espaços para a redução de desigualdades entre grupos sociais e foi trazida para a comunidade pela AMRU e outras organizações da sociedade civil que vieram posteriormente. Observa-se esse fato no oferecimento de postos

de trabalho para mulheres que nunca trabalharam fora, nem sonhavam com essa possibilidade.

Algumas dessas mulheres viram as portas abrirem-se quando retomaram os estudos, aumentando, dessa forma, os seus conhecimentos. Outras encontraram nas ONGs atividades simples para a sua capacidade. Assim, 16,1% praticam agricultura, criam gado e trabalham em ONGs que prestam serviços na Comunidade. Algumas mulheres trabalham junto com seus maridos. Ainda quanto à ocupação, 3,2% se dedicam apenas à agricultura, ou seja, voltaram a essa prática tradicional depois de terem se beneficiado do crédito pecuário, tiveram animais para criar, mas devido a infortúnios.

Para a variável propriedade da terra buscou-se saber quantas das famílias de Changalane eram proprietárias das terras que trabalhavam. A pesquisa mostrou que a maioria das famílias entrevistadas, o correspondente a 96,8%, não são proprietárias da terra na qual trabalham. No geral as mulheres moçambicanas antes de se casarem trabalham nas terras dos pais, tios e irmãos. Depois de se casarem, trabalham nas terras dos maridos, sogros e outros familiares dos maridos.

O que acontece no caso específico da Comunidade estudada, nenhuma das mulheres apresenta posse legal de terra, algumas receberam a parcela na qual trabalham por meio da Associação das mulheres locais, outras trabalham nas terras que antes pertenceram aos pais falecidos. Encontraram-se 3,2% que dizem serem proprietárias, em vias de legalização junto às entidades competentes. Mesmo para as mulheres que nasceram e viveram nessa localidade e que herdaram dos pais as terras onde trabalham, não existe título de propriedade, no entanto, é reconhecido o direito consuetudinário (costumeiro).

A maioria das mulheres disse ter recebido a terra onde trabalha da Associação Agropecuária das Mulheres de Changalane. Como a associação não tem competência para legalizar a propriedade pressupõe-se que essa atribuição não é oficializada, conseqüentemente, as mulheres não possuem título de propriedade.

Esta situação de não legalização encontra explicação na própria Lei da Terra que preconiza que a mesma é propriedade do Estado, significando, portanto, que os particulares apenas podem ter o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). A mesma lei consagra a comunidade local como sujeito do DUAT, e esta possui um papel muito importante na gestão da terra. Isso justifica a alegação da maioria das mulheres que receberam a terra da Associação Agropecuária das Mulheres de Changalane (Pesquisa documental, Changalane, 2008).

Tratando-se da relação terra e trabalho, em relação à forma de propriedade da terra na qual as mulheres trabalham, constatou-se que a forma de uso predominante, 96,8% é de terras cedidas a título de uso e aproveitamento consagrado na Lei de Terra em Moçambique. A associação local requer a terra ao Estado para as suas associadas. Em 3,2% dos casos não se tem especificado se é aluguel ou não e não fica clara a forma como as mulheres fazem uso da terra (Pesquisa documental, Chagalane, 2008).

Outra questão formulada versou sobre a contratação de trabalhadores para atuar na propriedade familiar, no último ano além dos membros da família. Observou-se que em 84,6% dessas famílias foram contratados pastores para cuidar dos animais. As mulheres viúvas e as mães solteiras, com filhos menores, têm maior dificuldade no treinamento de animais e a sua condução para a pastagem ou banhos carrapaticidas (tanque para banho de bovinos, ovinos, caprinos), conseqüentemente vêm-se, por vezes, na obrigação de terem que pagar alguém para tomar conta dos seus animais, o que representa custos extras. Outras recorrem às alternativas de deixarem seus animais nos currais de outras famílias com pastores e pagarem os cuidados com uma cria ao proprietário (MADER, 2002, p. 43).

No caso das beneficiárias do crédito pecuário juntam os animais em grupos, para serem cuidados por um pastor coletivamente, de forma a pagar menos. As mulheres deste estudo preferem os filhos na escola, pois não cogitam a ideia do filho sem estudos; nesse caso o gado é para garantir esse estudo. As restantes 12,9% não contrataram ninguém, usando para esse efeito a mão-de-obra familiar, que corresponde ao costume comunitário de que os filhos devem cuidar do gado.

Essas famílias usam o seu tempo de trabalho disponível em função do trabalho no campo, de onde provêm a sua renda em espécie, que pode ser transformada em numerário com a existência de excedentes; portanto, privilegiam a produção agrícola. A criação de gado é protegida, primeiro pela proveniência de crédito, segundo pelo seu valor simbólico que representa na Comunidade. Assim, a maioria das famílias atribui essa função a alguém especializado para cuidar, uma vez que os filhos que outrora cuidavam de gado, agora vão à escola.

A origem da renda anual das mulheres entrevistadas beneficiárias do crédito pecuário é representada na TABELA 7.

Tabela 7 - Origem da Renda Anual das Mulheres de Changalene Beneficiárias do Crédito Pecuário, entrevistadas em 2008.

RENDA FAMILIAR	Nº	%
Renda agrícola	14	45.2
Salários ou rendas de atividades não agrícolas	10	32.3
Transferências e benefícios sociais	1	3.2
Pensão de reforma	4	12.9
Outras Rendas	2	6.4%
TOTAL	31	100,0

Fonte: Elaborada pela autora, 2009

Na categoria origem da renda da família, de acordo com a TABELA 7, cerca de 50% vive somente do resultado da agricultura. Este fenômeno prende-se ao fato de incluírem nessa renda os rendimentos oriundos da venda dos animais, mesmo resultando “uma base econômica, tecnológica e social dos pequenos camponeses demasiadamente débeis”, segundo Castelo-Branco (1995, p. 620).

Eles vivem de renda agrícola diversificada. Cerca de 32,3% possuem renda proveniente de salários ou de atividades não agrícolas, ou seja, rendimentos provenientes da ajuda de filhos predominantemente. Vale lembrar que para a população de Changalane o gado é “*banco*” e quando surgem problemas sociais vendem um animal, se for bovino, dois ou três, se for caprino. O rendimento vindo da venda de gado é usado como rendimento familiar, inclusive os casamentos que foram realizados contaram com os rendimentos da venda dos animais.

Como já foi referida, a população jovem que reside e trabalha nos centros urbanos e nos países vizinhos tem por tradição enviar parte dos seus rendimentos para investimento na agricultura e outras atividades para que os parentes que continuam na Comunidade possam dar continuidade, por exemplo, a construção de habitação, alimentação, roupa, utensílios domésticos entre outras necessidades domésticas, já que eles contam em regressar um dia.

Alguns maridos dessas mulheres já estiveram na condição de migrantes e regressaram ao tomarem conhecimento de que as esposas teriam se beneficiado de melhores oportunidades que eles.

Observa-se também que 12,9% beneficiam-se de “pensão de reforma”, ou seja, de aposentadoria. Trata-se de famílias cujos chefes outrora trabalharam ou serviram ao exército,

tendo se beneficiado da reforma remunerada. Outra parte da população, representada por 6.5%, auxiliam na renda com pequenos negócios no quintal.

Para este estudo considerou-se importante conhecer como as mulheres foram informadas sobre a concessão de crédito pecuário pela AMRU. Esse dado mostra que 58.1% souberam pela Associação das Mulheres Agropecuárias de Changalane; 29.0% tomaram conhecimento por meio da própria AMRU. Trata-se concretamente das primeiras mulheres contatadas pela AMRU na sua chegada à comunidade. As restantes 9.7% obtiveram informações pela vizinhança que já se beneficiava do crédito pecuário, e os restantes 3.2% tomaram conhecimento por meio da Organização da Mulher Moçambicana de Changalane.

Outra categoria importante buscou saber qual dos membros da família preencheu a documentação exigida para inscrição ou candidatura para a obtenção do crédito pecuário da AMRU. As informações mostram que 41,9% contaram com a experiência do presidente da localidade e da presidente da Associação Agropecuária das Mulheres de Changalane. Isso significa que a AMRU contou, durante o processo de fomento pecuário, com os serviços dessas autoridades representativas, assim como com a população beneficiada.

Por outro lado, a baixa escolaridade contribuiu para que as mulheres recorressem a terceiros para essa finalidade, aliado ao fator de existirem agregados familiares chefiados por mulheres, com dificuldades em satisfazer todas as exigências.

Um dos fatores que levaram as mulheres a recorrerem à Associação para a inscrição prende-se ao fato de que, por ser uma questão econômica, os homens/maridos preferiam manter a mulher numa situação de dependência, assumindo o reembolso do crédito e com isso gozavam do seu status social e mantinham a tomada de decisão de aderirem ou não ao crédito.

Porém, o fator baixa escolaridade leva também os homens a recorrerem à Associação para receber ajuda no preenchimento dos documentos e ao mesmo tempo se aconselharem com o Presidente da Localidade.

Um percentual de 38,7% indica que os documentos foram preenchidos pelas próprias mulheres. Nesse percentual encontra-se o grupo das mulheres que sabia ler e escrever com nível primário ou secundário incompleto ou não. Outro percentual de 12,9% teve o auxílio dos maridos, e uma pequena percentagem 6,5% contaram com os filhos para o processo. Esse último grupo de ajuda é resultado da educação promovida em grande medida no fim da guerra na região.

A pesquisa buscou também informações sobre o percentual de mulheres que já haviam solicitado crédito de alguma espécie em outra Instituição. Constatou-se que apenas

6,5% já haviam recorrido a outros créditos antes de aderirem ao pecuário, nesses casos com o propósito de iniciar negócios de venda de roupa usada. Em razão de não reunirem requisitos exigidos pelas instituições de microcrédito, isso se tornou inviável. Dentre as normas exigidas encontram-se possuir bens de uso doméstico tais como: fogão, geladeira, mobília, entre outros. Além dessas, outras mulheres do grupo nunca tinham pensado em praticar nenhuma atividade econômica que envolvesse crédito, ou seja, nunca tinham pensado em se “endividar” de alguma maneira (Informações locais, diário de campo, 2008).

Questionadas a respeito do período em que aderiram ao crédito pecuário, as respostas variaram de acordo com a categoria dos animais concedidos. No caso das cabras, foi em 1996 o primeiro ano da introdução desse crédito pecuário na localidade de Changalane. Nessa etapa, 15 mulheres foram beneficiadas pela primeira entrega, equivalendo a 48,4% do total das mulheres; para 35,5%, essa concessão foi em 1998, na segunda oportunidade e 11 foram beneficiadas. A concessão de cabras terminou no ano de 2001 com a entrega para as restantes 9,7%.

Quanto à concessão de crédito para gado bovino, do total da população pesquisada, seis mulheres beneficiadas fazem parte do primeiro grupo, correspondendo 19,4% no ano de 2000. No ano 2002 houve um aumento significativo desse percentual para 25,8%. No ano de 2006, ano do término, 2,6% tiveram oportunidade. (Informações locais concedidas pelo presidente da localidade, 2008).

Conforme a análise apresentada neste perfil das mulheres da Comunidade em estudo ficou evidenciado que determinados processos socioculturais interferem decisivamente na conformação do novo papel social desempenhado pelas beneficiárias do crédito pecuário concretamente no espaço produtivo. Evidenciam-se acima de tudo fatores de ordem subjetiva no envolvimento feminino. Entre eles citam-se: os padrões sociais dominantes que, mesmo imbuídos na multiculturalidade e multiétnicidade da Comunidade, estabelecem as regras de comportamento e de conduta e também os valores culturais, ambos crivados por desigualdades de gênero, destacando, por exemplo, o medo de tomar decisões sem o consentimento do marido.

Maiores detalhes sobre relações de gênero a partir da concessão do crédito pecuário serão analisados no capítulo seguinte.

5 DINÂMICAS SOCIAIS DE GÊNERO A PARTIR DA CONCESSÃO DO CRÉDITO PECUÁRIO

5.1 Ocupação e trabalho das mulheres, antes da introdução do crédito pecuário

Autores como Pierre Bourdieu (1998, p. 116) auxiliam a fundamentar a leitura desta realidade de trabalho a partir do entendimento de que se tratam de elementos para analisar as relações de subordinação/dominação. O autor salienta que “o trabalho doméstico da mulher não tem uma retribuição em dinheiro, o que contribui realmente para desvalorizá-lo”, inclusive aos seus próprios olhos.

Relembrando o histórico de invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres rurais, a denominação do seu trabalho como auxiliar evidencia como os laços familiares tornam-se mecanismos de reprodução hierárquica e de submissão entre os membros de família, subordinando as mulheres.

Adotaram-se como orientação, estes elementos teóricos para análise, por serem adequados para se refletir sobre ocupação e trabalho das mulheres da comunidade de Changalane beneficiadas pelo crédito pecuário concedido pela AMRU.

Problematizando, nesse sentido, utiliza-se a afirmação de Bourdieu de que a “primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte”, (BOURDIEU, 1998, p. 45).

No que diz respeito a análise da categoria definida como ocupação e trabalho torna-se necessário compreender a lógica de funcionamento das relações sociais, as formas de manutenção das estruturas objetivas e subjetivas do social na comunidade de modo a encontrar as formas de sociabilidade do grupo estudado, o seu relacionamento com a AMRU que associou um programa social e econômico sob forma de crédito pecuário fundamentado em “uma política técnica” conforme os preceitos da própria Associação (AMRU, 1992).

Para tanto realça-se a lógica de Max Weber (1979) de que toda e qualquer reflexão, referente aos remotos elementos da ação com sentido está, antes de mais nada, ligada às categorias de “finalidade” e de “meio”, distinguindo a ação lógica, tendo em vista um fim. Neste caso salienta-se a existência de uma coincidência entre a finalidade pensada

subjetivamente e a finalidade objetivamente constatada envolvendo ponderações possivelmente racionais e com meios adequados. Portanto, a ação da AMRU manifesta-se no Programa de Fomento Pecuário, considerado por ela um processo de aprendizagem na perspectiva de gênero, nas zonas rurais, presumivelmente como finalidade.

A AMRU argumenta que a prática desta modalidade de microcrédito é uma inovação nas zonas rurais. Nesse sentido faz-se necessário que todos os envolvidos avaliem o modelo apresentado e, com base em um processo de aprendizagem e capacitação, as mulheres rurais decidam se aderem ou não a esta prática. Nessa lógica, a Associação assume o papel de orientar o comportamento das candidatas ao crédito.

Mas a exclusão social plasmada na falta de recursos para o comprometimento prevaleceu como um dos elementos fundamentais nesse caso, para a opção que proporcionaria renda e trabalho, devido aos critérios estabelecidos para o beneficiamento do crédito.

Max Weber (1979) afirma que toda ação social está orientada pela ação dos outros baseados em um conjunto de expectativas inerentes ao grupo social a que o agente pertence, que pode ser compreendida como troca de uma situação por outra. No caso específico da Comunidade de Chungalane, o crédito pecuário funcionou como um catalisador para alavancar as relações socioeconômicas comunitárias, tendo as camponesas consciência ou não da heterogeneidade das finalidades.

Entretanto, para todas significava o fim da miséria e das dificuldades vividas que causavam sofrimento. Dependia, no entanto, dos meios para aquisição do crédito que, logicamente, limitava a atuação da maioria para esse fim e que são fundamentalmente as exigências para concretização do grande objetivo que foi criado com a chegada dessa oportunidade.

Na sequência a AMRU optou por conceder crédito da seguinte forma: a) no caso de caprinos eram entregues cinco cabras e um bode a cada família e no fim de dois anos a família beneficiária obrigava-se a restituir sete crias para que sejam passadas para outras que já se encontrava aguardando pela oportunidade; b) no caso de bovinos o programa concedia duas vacas "prenhes" e a beneficiária era obrigada a restituir dois terneiros a serem entregues às outras mulheres, passados três anos.



Figura 5 - Imagem do Curral do gado caprino de uma das pesquisadas do Posto Administrativo de Chagalane.

Fonte: Maria Cândido, 2008.

Na concepção do Programa de Fomento Pecuário da AMRU estava envolvido o pagamento de uma taxa de fomento no modelo mencionado no capítulo 4. Isso se dava não só para garantir o retorno do crédito como racionalmente se prevê em créditos, mas principalmente por ser esta uma nova atividade, envolvendo esse grupo específico de mulheres nessa comunidade.

Na ação da Associação existia uma política considerada clara de crédito e poupança que foi formulada para esclarecer as regras e os regulamentos para os membros beneficiários e cujo objetivo e os termos de empréstimo eram racionalmente regulamentados e conhecidos pelos intervenientes. O valor do empréstimo era especificado, assim como a forma de reembolso.

Esse processo não seria compreendido se não houvesse capacitação e monitoria das beneficiárias e da comunidade no campo de produção, não só por ser uma modalidade nova, mas também, para proporcionar a inclusão de mulheres no grupo, sem nenhum grau de escolaridade elementar. Por outro lado, salienta-se a importância de transformar

progressivamente as relações de gênero na Comunidade como já foi substancialmente referido neste estudo.



Figura 6 - Imagem de uma pesquisada com seu gado no curral

Fonte: Maria Cândido, 2008.

Segundo a Associação, o crédito pecuário já beneficiou um total de 766 famílias em Magude e em Changalane para efeitos de Fomento Pecuário e tração animal, para ajudar as mulheres no trabalho com a terra. No que diz respeito à capacitação, as beneficiárias receberam os ensinamentos a fim de conhecerem e terem domínio da importância dos alimentos em qualidade e quantidade suficientes, as técnicas de manejo dos animais, melhoramento da produção e saúde dos mesmos com objetivo único de reduzir a mortalidade (AMRU, 1992).

Segundo esta mesma Associação, a população local, mais precisamente a comunidade de Changalane foi beneficiada pela capacitação incluindo a que não recebeu crédito, que também teve oportunidade de adquirir conhecimentos sobre: gestão de pequenos negócios; empoderamento da mulher, igualdade de gênero, direitos e Lei da Terra, Educação Cívica, entre outros. Nesse sentido pode-se argumentar que o que acontece, “não depende tanto de atos individuais, como do respectivo sistema social, da sua estrutura de papéis sociais e do

paralelograma das suas estruturas de interesse e de sentimentos inerentes, como prova” (GOTTFRIED, 1969, p. 418).

Pode-se considerar, ainda, que os seminários, palestras, cursos entre outras formas de capacitação ministradas constituíram-se em importantes momentos de socialização, sensibilização e articulação de diferentes atores sociais, uma vez que no final desses encontros os participantes discutiam e sugeriam um conjunto de ações que permitissem a toda Comunidade, homens e mulheres, encaminharem suas discussões para um número maior de famílias de agricultores, de maneira que essas preocupações relacionadas à equidade das relações de gênero viessem a ser efetivamente incorporadas na vida das famílias, na dinâmica interna da Comunidade.



Figura 7 - Imagem de palhotas que serviam de moradias para a família de uma das pesquisadas ao lado da atual moradia.

Fonte: Maria Cândido, 2008

Retomando a associação do programa social com o econômico sob forma de crédito pecuário, subjaz a exclusão social no sistema estudado, que impede a maioria de aderir por falta de recursos financeiros. Pensa-se que é equivocada a concepção de que o Programa de Fomento Pecuário é apenas assistencial. A explicação foi encontrada durante os depoimentos das mulheres:

“esse projeto para mim é mais econômico do que social, porque houve pessoas que perderam os animais e foram obrigadas a reembolsar o crédito mesmo assim. Outros animais morreram, desapareceram talvez foram roubados, não sabemos, o que eu sei e que as pessoas tiveram que pagar o crédito sem terem se beneficiado de nada”(Entrevista, n. 50, 2008).

Ao analisarmos a categoria “ocupação e trabalho” antes da introdução do crédito pecuário, torna-se imprescindível encontrar os fatores que teriam influenciado essas mulheres praticantes da agricultura de subsistência a optarem pelo crédito pecuário concedido e darem início à prática de uma atividade que outrora era de domínio dos homens.

Poder-se-ia, no entanto, problematizar a relevância dos fatores culturais que fundamentam as respostas para as relações entre mulheres e homens especificamente assentadas na organização social cujas características, além das responsabilidades atribuídas à mulher de procriação (a reprodução da família), estão alicerçadas em um tipo de organização do trabalho familiar onde se considera a existência de uma divisão de responsabilidades por sexo e por idade, no interior da unidade de produção.

As características de unidade de produção que a família camponesa da localidade de Changanane apresenta incorporam a produção, consumo e trabalho de mulheres e homens, situados em diferentes faixas etárias; essas características foram apontadas por clássicos da teoria da economia camponesa, como Chayanov (1966; 1969; 1981) e Shanin (1979a; 1979b).

Nessa perspectiva segundo Giddens (2007), observa-se a preponderante divisão do trabalho entre os sexos colocando homens e mulheres em posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Observa-se que o processo de socialização estabeleceu que dentro da unidade familiar existissem atividades que só as mulheres adultas deveriam executar porque requerem algumas qualidades intrínsecas a essa obrigação. No entanto, essa condição atesta que “na divisão de trabalho a mulher é representada como força de trabalho, mas não sujeito das decisões sobre o produto do esforço despendido”, conforme salienta Osório (2006, p.10).

Legitima-se a presença de mecanismos de subordinação na divisão do trabalho; o trabalho e das mulheres, geralmente, aparece como ‘ajuda’ ao marido mesmo quando trabalha mais ou tanto quanto ele, ou quando executa exatamente as mesmas atividades que o homem. Essa situação é sustentada nas dificuldades de acesso e controle dos recursos

produtivos advindas da sua condição de mulher e, por outro lado, da falta de informação sobre como reivindicar os seus direitos.

O que legitima e garante praticamente tais mecanismos, segundo Bourdieu (2006), é o direito que se limita a consagrar simbolicamente, por um registro que eterniza e universaliza o estado da relação de forças entre os grupos e as classes.

Em uma situação análoga, Brumer (1988) e Freire (2004) observam que, na divisão de trabalho que se estabelece entre sexos, aos homens cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas a casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (animais domésticos) e o cuidado do quintal.

A estrutura social que postula a vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar que perdurou até a introdução da atividade de criação de gado na década de 1990, mas precisamente em 1996, foi um dos principais fatores responsáveis pela permanência das mulheres na Comunidade em estudo cuidando da família na longa ausência do marido, providenciando alimentação, educação e saúde às crianças e aos idosos trabalhando no campo.

Constata-se que essas mulheres assumiram papel invisível de chefe de família, mesmo em situações precárias que acompanharam a guerra, muitas delas na ausência dos maridos que emigraram em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Portanto, em função dessa migração constituíram-se unidades chefiadas “de fato” por mulheres, conforme Loforte citado por Valá (2006).

Importa ressaltar que as mulheres dessa comunidade nunca constituíram como problema as desigualdades de gênero, de tal modo que não houve movimento reivindicativo no sentido de reduzi-las ou anulá-las, o que pode significar mesmo falta de discernimento sobre a questão apesar da existência da OMM com tarefa de promover a emancipação da mulher.

Tal emancipação era vista como o simples fato de as mulheres poderem participar em manifestações culturais no dia alusivo à mulher moçambicana e nas celebrações das datas comemorativas onde elas eram chamadas a tomar parte nas manifestações políticas,

orientadas pelo partido no poder. Pouco se fez “para mudar a natureza marginal da participação da mulher rural em associações rurais ou mistas”, dizem Deere & León (2002).

O debate público sobre a temática sempre ocorreu e continua sendo compreendido nos grandes centros urbanos, dificultando, dessa forma o acesso ao conhecimento sobre a matéria pelas mulheres camponesas, que sempre tiveram uma versão da emancipação que não incluía a reivindicação de nenhum direito, porque esses direitos não eram conhecidos. O marido podia espancar a esposa e isso era considerado amor. O marido que não espancava sua esposa era visto como tendo falta de amor. A estabilidade dos costumes, até então não era sancionada judicialmente, pelo fato de não se considerar desrespeito ou infração o modo de comportamento do grupo.

Esta pesquisa constatou que grande parte das práticas culturais continuam sendo mantidas, mas de forma tímida. A introdução do novo discurso sobre igualdade de gênero criou certa disfunção nas relações vigentes, em parte pela predominância da multiculturalidade e multietnicidade entre os atuais casais residentes. Essa particularidade é reforçada pela predominância de homens oriundos de províncias ao norte de Maputo, Gaza e Inhambane. Esses homens são portadores de outras tradições e culturas que ainda necessitam incorporar nas relações sociais e na vivência familiar a estrutura de uma nova sociedade contrária a subordinação e à exclusão das mulheres.

Pode-se observar a prevalência da estrutura social determinada pelas características da sociedade patriarcal cujas narrativas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, influenciando na delimitação de papéis sexuais e sociais, tanto nas relações entre os gêneros assim com na relação de gestão de recursos e de trabalho. Isso se reflete também entre as mulheres que se dizem economicamente ativas e empoderadas ou as que dizem trabalhar de forma harmoniosa com os maridos, pois algumas tradições ainda são cultivadas pela maioria da Comunidade de onde a maior parte das mulheres é natural e os pais dessa maioria fazem questão de preservar as tradições. Assim, pode-se dizer que “uma vez mais o universo simbólico estabelece uma hierarquia” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 137).

Salienta-se que, para a adesão das mulheres ao programa de criação de gado, fatores culturais pesaram na tomada de decisão para optarem pela modalidade do crédito pecuário, explicitando a articulação entre a reprodução da dominação e o controle dos recursos, como o acesso à terra que predominava na região. A terra na qual as mulheres e suas famílias trabalham foi-lhes atribuída pela Associação local por meio da autoridade administrativa e local sob influência da AMRU, que já conhecia a condição da mulher rural naquela região do País. Isso se deu para promover, principalmente, o reconhecimento das mulheres como

cidadãs completas e iguais, bem como os direitos da mulher a terra nas Comunidades camponesas (DEERE; LEÓN, 2002).

Convêm salientar que não existe a posse legal de terra mesmo para as mulheres cujos pais viveram toda vida na Comunidade, mesmo algumas que dizem estar em vias de legalização dos espaços em nível das autoridades administrativas do território. É importante recordar que a terra em Moçambique pertence ao Estado, podendo ser requerida para uso e aproveitamento para aquelas pessoas que antes da independência se encontravam ocupando algumas parcelas que possuíam de forma consuetudinária, reconhecida pela comunidade.

Contudo, a população estudada, em sua maioria, não dispõe desse mecanismo de posse jurídica e conta ainda com a observância da validade do direito de posse consuetudinária. Entende-se por direito consuetudinário “um conjunto de hábitos, que se constituíram como costumes, de caráter normativo, dentro de um agregado social como tal ou dentro de um dos seus grupos e que se tornam parte integrante das garantias de ordem especificamente jurídicas” (GOTTFRIED, 1969, p. 197).

Quanto à ocupação e trabalho, as mulheres da Comunidade sempre primaram pela pluriatividade como atividades de rendimento, ou seja, dedicavam-se à agricultura de subsistência, associando o extrativismo e o trabalho migratório dos maridos e outros membros da família em países vizinhos ou na cidade de Maputo.

Entende-se por pluriatividade um fenômeno social e econômico que está impregnado na estrutura agrária das propriedades, em especial, nas pequenas propriedades e no qual as famílias que estão no meio rural, optam ou são induzidas, na maioria dos casos, por várias circunstâncias a optar por atividades que não se restrinjam apenas às atividades agrícolas. São famílias que moram no campo, mas mantêm pouca ligação com atividades rurais tradicionais.

Ressalva-se que, historicamente, a região de Changanane foi a maior produtora de gado no sul do País no período pré-colonial e na vigência do sistema colonial esta atividade se desenvolveu. Grandes empresas capitalistas instalaram-se nessa região entre elas as que dedicavam a agropecuária, chegando mesmo a fornecer carne e derivados à capital. Importa ressaltar que a entrada do capitalismo enfraqueceu a produção dos camponeses locais e desestruturou a organização social das comunidades, como já referido.

As empresas recrutavam mão-de-obra em diversos lugares do País em regime de trabalho forçado e, no final da colonização, muitos trabalhadores se estabeleceram constituindo famílias com mulheres locais dando origem à população nativa atual de

Changalane. Destaca-se que a mão-de-obra feminina também foi usada nessas empresas como trabalho secundário de pouco valor.

Constatou-se que fatores socioeconômicos foram determinantes na opção pelo crédito pecuário, pois a guerra civil havia provocado um desmoronamento da base econômica do sistema de cooperativas constituídas nos primeiros anos de independência.

A modificação das relações rurais no plano socioeconômico que se verificou em primeiro lugar pelo questionamento da autoridade das antigas cooperativas, que repercutia numa economia considerada, por razões econômicas, em estado de colapso em todo País, deu-se devido à incidência do conflito armado e outros fatores macroeconômicos subjacentes. Esta questão foi posteriormente ampliada pela intensificação da violência e da crise política generalizada que caracterizou a sociedade moçambicana na década de 1980-90 e que trouxe, como consequência, a dificuldade da prática da agricultura. A população passou a buscar a sobrevivência na natureza. Ocorreu, em consequência, o desmatamento da floresta em busca de lenha e produção de carvão para comercialização na cidade. Changalane passou a ser conhecida por ser o principal fornecedor deste combustível.

Em concordância com esta situação cabe destacar que o consumo deste combustível aumentou assustadoramente devido à ruptura de estoques de gás de cozinha e das constantes quebras de energia elétrica na cidade, causadas pelas sabotagens das vias de transmissão de eletricidade para alimentar a cidade. Tanto a população urbana como a suburbana recorria à lenha ou carvão vindos de Changalane e outras zonas rurais para produzir alimentos. A população local e a oriunda da cidade encontraram no desmatamento e na caça furtiva uma alternativa de sobrevivência.

Observa-se neste depoimento do Secretário do Bairro entrevistado que, *“legais” e “ilegais”, “locais” e “não locais” disputavam a mata para extrair lenha; a produção de carvão era a única atividade rentável a que as pessoas se dedicavam.* (Entrevista, n. 33, 2008). Isso quer dizer que indivíduos com autorização atribuída por instituições competentes e também os não autorizados dedicavam-se, de forma desenfreada, ao desmatamento da floresta em busca de recursos naturais para sobreviver.

Diante desta realidade as mulheres sempre tiveram trabalho excessivo em relação aos homens, elas trabalhavam na produção de carvão, saiam para vendê-lo e ainda se dedicavam ao trabalho doméstico e ao cuidado das crianças e do restante da família, como afirma Osório (2006). Diz esse autor que é curioso constatar que no discurso dos homens há uma consciência do trabalho excessivo das mulheres, mas este fato não se traduz em necessidade de partilha ou consciência da injustiça, precisamente porque os homens foram socializados

para aceitarem e reproduzirem a situação de desigualdade como natural à diferenciação sexual.

As mulheres trabalham no campo, produzem e os homens vendem o produto, usando o dinheiro para seus fins pessoais, muitas vezes gastam com outras mulheres, sem dar satisfação à esposa. No entanto, no momento de escassez, elas é que têm que trabalhar para alimentar as famílias.

Apesar da desmistificação do caráter “sagrado” da “superioridade masculina”, resultando na redução dos sinais de conflito nas relações sociais de gênero, influenciado pela passagem por uma dinâmica de transformação que atuou na sociedade tradicional tornando-se inevitáveis as mudanças, observa-se a manutenção da estrutura do modelo social vigente.

Essa prática foi e é vivenciada por algumas mulheres na Comunidade em estudo, antes e depois do início da nova atividade produtiva. Alguns maridos venderam o gado e fizeram uso do dinheiro sem o seu consentimento.

5.2 A introdução do crédito pecuário e o trabalho das mulheres

Debruçando-nos sobre uma das análises mais fundamentais desta pesquisa, ou seja, as relações sociais entre mulheres e homens, parte-se para analisá-las na localidade em questão, depois da introdução do crédito pecuário. Para isso passa-se a olhar o processo de transformações ocorridas na Comunidade de Changalane, desmistificando a eficácia dos princípios culturais consagrados e legitimados pela comunidade e tendo em conta os conflitos internos no espaço social, resultantes dos constrangimentos provocados pela guerra que deixou a população sem alternativas de sobreviver e com laços grupais enfraquecidos.



Figura 8 - Imagem de uma palhota que serviu de moradia de uma das pesquisadas antes de iniciar a nova atividade produtiva.

Fonte: Maria Cândido, 2008.

As iniciativas de reconciliação levadas a cabo na década de 1990 culminaram com fim da guerra civil e posteriormente a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 pondo fim a esta guerra que durava 16 anos, observa-se a transição para o regime multipartidário, com a entrada em vigor da nova Constituição de 1990. Essa constituição contempla a liberdade de expressão e de imprensa e o apelo à democracia e ao mercado livre, resultando em mudanças políticas e culminando com a descentralização do poder político-econômico e a participação da sociedade. Nesse sentido, novos mecanismos institucionais e o desenvolvimento de políticas sociais em vários níveis foram canalizados do aparelho estatal à sociedade civil.

As responsabilidades que antes eram centralizadas pelo Estado foram passadas para a Sociedade Civil, dando ênfase às ações que buscavam a solidariedade e a justiça social. Cabia então aos membros da sociedade civil participar nos programas sociais e conquistar um espaço no novo processo. Esses acontecimentos socioeconômicos, políticas e culturais protagonizaram o surgimento da AMRU.

Esse processo ajudou a implementação de várias ações com vistas à reestruturação da infraestrutura econômica e social local e na construção de novas estruturas institucionais com destaque para a entrada na comunidade de algumas Organizações Não-Governamentais

(ONG's), nacionais e estrangeiras. A AMRU estava na linha de frente oferecendo, em primeiro lugar, em 1992 o crédito para a produção comercial de mel pelas mulheres locais e passando à criação de gado caprino 1996 e bovino, no ano 2000.

O esforço empreendido, sobretudo pela AMRU no sentido de legitimar a nova abordagem de relações sociais de gênero, recentemente adotada, propôs-se a constituir uma nova realidade que revelasse a autonomia das mulheres no meio rural. Os fatores econômicos preponderantemente influenciaram as mulheres a aderirem a esta modalidade de crédito, mesmo contra vontade de alguns maridos. Desafiaram o processo de (des)organização da estrutura de trabalho da Comunidade de Changalane.

Nem todas as mulheres aderiram ao crédito, achando que o mesmo não era para elas, e outras, que não era oportuna a adesão a uma nova atividade naquele momento porque não seriam capazes de dar conta da criação de gado e do reembolso do crédito.

Do ponto de vista das mulheres, não se tratava apenas de substituir atividades antigas por outras novas, mantendo o padrão de complementaridade com relativa autonomia face aos homens. Algumas das que optaram por essa nova atividade dependiam do marido para proverem o capital inicial e a possibilidade de viabilizar a continuidade do empreendimento.

Importa enfatizar que o estabelecimento no Posto Administrativo de Changalane de uma Casa Agrária, resgatou a prática de agricultura, auxiliando os camponeses com sementes, assistência agrária, captação de água potável via abertura de poços subterrâneos e rega dos cultivos, entre outras atividades que beneficiaram homens e mulheres.

Um dado importante é referir-se as ONG's que operavam na localidade e empregavam 16.2% das mulheres criadoras de gado e seus maridos. Verificam-se poucas alternativas de emprego localmente, e as ONG's que existem contam com a mão-de-obra feminina e as criadoras de gado fazem parte dessas trabalhadoras. Pode-se encontrar mulheres trabalhando em vários setores de atividades na localidade, algumas ocupando postos de diretoras de escolar públicas, chefe do Posto Administrativo, professoras nas escolas locais, enfermeiras, entre outras atividades, como foi citado anteriormente.

Antes da introdução do crédito pecuário pode-se afirmar que as mulheres se encontravam numa situação de paralisação quase completa, causada por falta de sementes, instrumentos de produção, entre outros meios. Isso é demonstrado nas entrevistas das mulheres quando afirmam que:

“quando a AMRU chegou nós estávamos sentadas na sombra daquela árvore ali, sem nada para fazer. Não tínhamos sementes para iniciar, tudo tinha sido destruído e nós sobrevivemos porque

refugiamo-nos nas montanhas a tempo. As pessoas que ficaram foram mortas e as casas incendiadas. Utilizamos as chapas de zinco queimadas para construir casas. Não fazíamos quase nada, preparávamos bebidas alcoólicas localmente, embriagávamo-nos, lutávamos entre nós e os maridos batiam nas mulheres depois de bêbados, devido à prática de adultérios. “Começamos tudo do zero” (Entrevista, n. 12, 2008).

Bourdieu (1966) nos auxilia a compreender essa situação ao afirmar que as “mulheres que passaram por um período de humilhação ao longo das suas vidas refletem a reprodução da dominação masculina” no seio da Comunidade e, neste caso, entre as próprias mulheres agricultoras, legitimando a sua submissão no caso de adultério e agressão física praticada, por alegação de que era justo o marido usar o castigo físico como demonstração de amor.

Essa violência não se restringe à perpetuação das prerrogativas morais masculinas, mas atinge a dimensão física do relacionamento matrimonial. Mesmo quando acontece o espancamento, não ocorrem denúncias, por se tratar de assunto de domínio familiar que diz respeito apenas à mulher e ao marido.

Refletindo sobre a deterioração da condição feminina na agricultura familiar, nos casos expressos nas falas das entrevistadas, evidencia-se sua posição de inferioridade, desqualificando sua própria imagem e revelando baixa auto-estima que prevalecia e mesmo dominava as relações. Chamou-nos atenção a forma como esse comportamento se reproduzia entre as mulheres agricultoras.

As evidências empíricas dão conta de que as mudanças ocorridas no processo de reprodução social na Comunidade não foram provocadas por luta social, ao contrário do que acontece em outros lugares. Acredita-se que a introdução do crédito pecuário foi um fator preponderante e despertou a comunidade para novas formas de produção e novas formas de relacionamento entre mulheres e homens. Portanto, a antiga estrutura de relações sociais sofreu um abalo, favorecido pelo rompimento do tecido social provocado pelos anos de conflito armado a que foram submetidas às comunidades locais.

Para alcançar novas formas de ação produtiva e social a AMRU usou a educação cívica como elemento fundamental para mudança de comportamento. Buscar a inclusão da mulher que era até então um segmento invisível no espaço da cidadania, requeria, em primeira instância, políticas mais abrangentes, no caso, emanadas da emancipação da mulher proposta na Constituição da República, que enfatizava a justiça social e promovia a igualdade entre mulheres e homens, priorizando luta contra a discriminação dessas mulheres.

Esses direitos constitucionais eram desconhecidos pela maioria e foi motivo de abordagem educativa.

O objetivo da AMRU em apoiar as mulheres de Chagalane teve como ponto de partida a quebra de diferentes mecanismos que restringiam e desqualificavam a participação das mulheres agricultoras no processo de gestão e decisão dentro da unidade familiar.

Nesse sentido os obstáculos impostos à sua plena participação foram e estão sendo paulatinamente removidos pela tomada de consciência da existência de direitos iguais entre homens e mulheres, facilitados pela participação, tanto de homens como mulheres, na formação e educação cívica. A maioria dessas pessoas tomava conhecimento pela primeira vez da existência desses direitos consagrados na lei-mãe, mostrando o resultado da aplicação ao pé da letra do conhecimento adquirido pela comunidade.

Bartolomeu et al. (2002, p. 48) sugere que “as transformações que, em nível geral, o mundo moderno está sofrendo decorrem do desenvolvimento social do País, incorporado na democracia”. Isso se verifica na realidade em estudo. Por meio da participação nesses seminários e cursos de capacitação, buscou-se contribuir para a construção de condições que revertessem o quadro de subordinação e discriminação sexual, revigorando, também, princípios de democracia.

Esses espaços contribuíram para que os agricultores (mulheres e homens jovens de ambos os sexos) com experiência de vida e trabalho pudessem trocar vivências, compartilhar angústias e desejos, e sonhar em construir novas relações sociais baseadas na igualdade e na solidariedade, além de lutar contra a exclusão e a discriminação. Paralelamente a esse processo a AMRU introduziu a apicultura em moldes profissionais providenciando consultoria, assistência e outros insumos necessários para produção.

O significado social da nova atividade e as relações sociais de gênero bem como as tomadas de posição social e as disposições culturais serão discutidos a seguir

5.2.1 A experiência de criadora de gado - significado social

Para compreender o significado do novo papel social que as criadoras de gado adquiriram no interior da família e na comunidade utilizaram-se alguns elementos teóricos de Max Weber (1979; 1992) que considera o indivíduo e suas ações como ponto-chave da investigação evidenciando que, para ele, era o ponto de partida para a compreensão e a

percepção do sentido que a pessoa atribui à sua conduta. Portanto, a ação social é um comportamento humano, ou seja, uma atitude interior ou exterior, voltada para ação ou abstenção.

Esse comportamento só é ação social quando o ator atribui à sua conduta um significado ou sentido próprio, e esse sentido se relaciona com o comportamento de outras pessoas, compreender o sentido que cada pessoa dá a sua conduta e perceber assim a sua estrutura inteligível. Diz Weber que se deve compreender, interpretar e explicar respectivamente, o significado, a organização e o sentido e evidenciar irregularidade das condutas.

Nesse perspectiva, tanto a ação afetiva quanto a tradicional produzem relações pessoais, são coletivas, comunitárias, dão noção de comunhão e conceito de comunidade. A necessidade de compreender o significado social desse novo papel das mulheres criadoras de gado nas relações sociais e econômicas no contexto da organização familiar e na comunidade de dominação masculina conduz à reflexão nesse sentido. Assim, quanto mais à reprodução das relações de dominação estiver dependente de mecanismos objetivos exige-se o aprofundamento do conhecimento sobre essa nova realidade, o qual vai permitir observar, por exemplo, que a maior parte das mulheres, hoje envolvidas na criação de gado, não era portadora de nenhuma experiência nessa atividade.

Com alguma frequência encontram-se mulheres cujos pais e avós foram outrora criadores de gado e, em alguns casos, elas foram até pastoras de gado dos pais, a julgar pela descrição da região que foi anteriormente grande produtora de gado.

Dados obtidos localmente revelam que era tradição mulheres criarem no mínimo cabritos para consumo familiar, ou para festas de casamento ou para recepção de hóspedes, entre outros eventos familiares. Porém, isso não era considerado trabalho, fazia parte das suas “obrigações matrimoniais”. São numerosos os elementos contidos nas entrevistas afirmando que a introdução desta nova atividade contribuiu para assunção de um novo papel social pelas mulheres na família. Algumas referem ser “empresárias” a partir do momento em que se consideram trabalhadoras e gestoras de um negócio.

No caso concreto das mulheres ainda solteiras observa-se que se consideram empoderadas e pensam em investir em outros negócios. São unânimes em afirmar que a AMRU abriu-lhes os olhos, iluminando, de forma gratificante, o seu modo de ver o mundo. Isso se deve ao fato de nunca terem pensado em ser proprietárias de bens tão valiosos.

Segundo Deere & León (2002, p. 226), no entanto, o que a sociedade pensa acerca das mulheres, ainda se sustenta em argumentos clássicos que “continuam a ver a mulher

agricultora ‘como invisível’ e a pressupor que, ao beneficiar homens chefes de família, as mulheres destas famílias também serão beneficiadas”.

No entanto, as mulheres esboçam resistência e fazem parte de órgãos de tomada de decisões como: Chefe de Quarteirão, diretoras de escola, Centro de Saúde e chefe de Posto Administrativo (de Changanane, no caso), entre outros postos de poder na comunidade. Essa elevação da mulher a cargos de poder desperta nelas a auto-estima e motiva a continuarem, sentindo-se conscientemente exigidas a se comportarem de forma a garantir a credibilidade dos maridos, da família e dos vizinhos para merecerem respeito e tratamento equitativo na perspectiva das relações de gênero.

Mediante essa constatação mencionamos Weber, citado por Gottfried (1969), quando diz que os indivíduos têm a habilidade de agir livremente e de moldar o futuro tendo as ideias e os valores o mesmo impacto que os econômicos. Assim, nessa realidade moçambicana torna-se ainda mais nitidamente reconhecível a “importância da família, dentro da qual o indivíduo se torna uma personalidade social, e que desta forma pode ser designada por grupo social originário”, salienta Gottfried (1969, p. 197).

É nessa perspectiva, que com base nessas constatações, a resposta da hipótese deste estudo, autoridades governamentais, que traçam políticas de trabalho para o meio rural, com vistas a transformar as mulheres rurais em trabalhadoras rurais com direito a previdência social de forma a garantir a segurança social na velhice, a partir das seguintes hipóteses:

Isso justifica a observação dos autores Deere & León (2002) quando dizem que, cabe ao Estado, mais uma vez, comprometer-se a considerar as diferenças de gênero em todas as estratégias, planos e programas de desenvolvimento e a treinar os funcionários públicos na análise de gênero. Assim, os acordos enfatizam a necessidade de reconhecer a igualdade de direitos de mulheres e homens no lar, no local de trabalho, na produção e na vida social e política, e a garantir a elas as mesmas possibilidades dos homens, especialmente com relação ao acesso a crédito, adjudicação de terra e outros recursos produtivos e tecnológicos.

Os desafios a enfrentar para superar as diferentes dimensões da exclusão das mulheres no campo passam, necessariamente, por enfrentar e desafiar um padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais como sujeitos políticos e econômicos em Moçambique.

5.2.2 Relações familiares e comunitárias

As relações familiares e comunitárias são elementos importantes como fundamentos compreensivos para os achados desta pesquisa. Promete evidência de que são construídas novas relações familiares, coesas e solidárias e as mulheres conhecem o respeito na comunidade e como reflexo desse respeito, os maridos passam a dedicar mais tempo às esposas e pode-se argumentar também que os maridos que pagaram o crédito, podem estar se assegurando do investimento feito, cuidando do gado de modo a certificar-se do seu desenvolvimento e mesmo pagar pastor em alguns casos. Enfim, mesmo que o interesse seja também de cunho individual e “protetor” da autoridade masculina, o fato de os maridos se envolverem na atividade, pensa-se indicar que aderem a práticas mais participativas e igualitárias.

Podem-se identificar mudanças no comportamento de alguns homens pela revelação de situação em que os maridos se ocupam da construção e conserto de currais para albergar os animais, no período noturno, evitando que sejam expostos ou se percam na mata ou mesmo sejam roubados. Isso é, em última análise, considerado uma forma de parceria entre marido e mulher no trabalho, justificada pelo fato de ser a atividade dominante do casal.

Merece atenção particular salientar situações de homens que se encontravam refugiados nas cidades ou nos países vizinhos, alguns dos quais já haviam constituído outras famílias e que regressaram à comunidade ao tomarem conhecimento de que as esposas já se encontravam criando gado e que, possivelmente, as dificuldades financeiras teriam chegado ao fim.

Pode-se dizer que as relações na família tomaram outras direções desde então, algumas se tornaram mais sólidas porque marido e mulher ficaram parceiros de trabalho, outras sofreram rompimento. Salienta-se que as mulheres invariavelmente dizem ter conquistado seu espaço na família e na Comunidade; conforme refere uma delas: “*a comunidade admira as mulheres que decidiram por esta atividade*”.

“Tenho prestígio na família e na comunidade. Ganhei respeito, mais do que esperava na comunidade. Não tenho motivos de queixas nas relações familiares. Agora sou dona do gado e com orgulho, ando de cabeça erguida” (Entrevista, n, 15, 2008).

Por razões da multiculturalidade e multietnicidade da Comunidade de Changanane, ou seja, das diferentes origens dos homens residentes, a maior parte das mulheres criadoras de gado não convive com os familiares dos maridos por residirem em outras províncias ou localidades distantes.

Constatou-se que um dos fatores que teria facilitado a receptividade das novas formas de vida social introduzidas juntamente com o crédito, foi, sem dúvidas, a predominância da multiculturalidade e multietnicidade, porque a maior parte dos homens vem de fora, e conseqüentemente, obedecem às regras do jogo locais. Portanto, o sistema de dominação masculina aceito tradicionalmente não ocorre tacitamente e frustra-se, já que os homens encontram-se longe de suas famílias e de seus grupos de referência. Esse fato condiciona os homens a se adequarem às condições impostas localmente. De certa forma, num mecanismo contraditório, como diz Bourdieu (2006), “veem-se obrigados a recorrer ao trabalho de forma direta, cotidiana e pessoal para produzirem e reproduzirem as condições sempre incertas de dominação”.

Considera-se que os fatos de os maridos, os outros membros da família, assim como a comunidade em geral terem acompanhado o processo de atribuição de crédito e conjuntamente terem passado pelo processo anterior à capacitação e preparação, induziu as mulheres obrigação de assumirem e corresponderem às expectativas familiares e da comunidade para esse novo papel.

As viúvas tiveram a oportunidade de elevar o seu status social, na medida em que adquiriram independência e capacidade de tomarem decisões recorrendo às orientações do presidente da Localidade e da presidente da Associação das Mulheres locais. Da mesma forma, as mulheres solteiras, vivendo sozinhas, ou com os pais, aproveitaram a oportunidade.

Ao analisar-se a perspectiva do prestígio social na Comunidade, revela-se que as mulheres referem esse prestígio a partir do momento em que podem dirigir-se em público, sem constrangimentos, e serem ouvidas também pelos homens que outrora não as valorizavam. O grupo beneficiário tem representatividade na Comunidade na medida em que as mulheres tornaram-se dinâmicas no domínio da informação e tecnologia na atividade que desempenham tanto individual e/ou coletivamente.

O que está em jogo nessa questão é o “respeito” pelo marido. Referimos anteriormente a delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e, particularmente, as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher na família e no casamento. Convém lembrar que essas representações são construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais postulados culturalmente que legitimavam a

ingerência paterna na definição do processo de tomada de decisões. Nesse caso coloca-se em questão a autoridade do poder masculino, particularmente no que diz respeito ao seu viés econômico.

Importa salientar que o desmoronamento da velha estrutura social local por motivos já referidos nesta pesquisa, facilitou a introdução de novas formas de vida familiar e comunitária e contribuiu para que as criadoras de gado se sentissem individualmente uma outra pessoa no relacionamento familiar e no diálogo que se estabeleceu a partir dessa nova realidade social.

Ao longo da história a comunidade realizava casamentos reconhecidos tradicionalmente e caracterizados por “lobolo”, ou seja, pagamento de dote à família da mulher que mantinha um relacionamento marital e era considerada casada. Nesse caso podia viver com a família do marido a vida inteira. Destaca-se dessa forma que a oficialização das relações entre eles é resultado do desenvolvimento dessas novas relações protagonizadas pela nova atividade. Reflete a “revolução” ocorrida nas condições financeiras que elevam o capital econômico e social dessas famílias.

As mulheres referem que ao alcançarem a estabilidade no sustento da família sonham em conquistar mais bens materiais que vão, por sua vez, elevar o seu status social e, conseqüentemente, fazer com que adquiram cada vez mais prestígio na Comunidade.

Apesar do conhecimento que a população tem da existência do casamento civil reconhecido pela lei e o Estado, isso não era visto como motivo para reivindicações dessa condição. Porém, a nova realidade permitiu que alguns homens e mulheres, vivendo junto, assumissem perante a Lei a sua relação e se casassem. Para as mulheres, “essas famílias unidas desses matrimônios elevaram seu *status quo* na Comunidade. “segundo elas”. Os fragmentos das entrevistas abaixo refletem essa realidade:

“Toda mulher devia ter esta oportunidade”. “A partir do momento que eu me tornei criadora já não bato porta na vizinhança para pedir alguma coisa”. “Tenho meu próprio dinheiro”. “Sou uma mulher que não era antes”. “Quando peço emprestado a alguém, não hesita em me dar porque sabe que vou pagar”. “Hoje quando me levanto numa reunião para falar, colocar minhas idéias, as pessoas me escutam e respondem com respeito, o que não acontecia antes ” (Fragmentos de entrevistas diversas, 2008).

Essas falas refletem o prestígio que as criadoras adquiriram no interior da Comunidade. Considera-se que “cuidar de gado” é um trabalho que veio inesperadamente

despertar a mulher de Changalane. “Esse fato pode ser observado quando dizem que parece estarem vivendo um sonho que irão acordar a qualquer momento”. Essa mudança adquire maior valor influenciada, ainda, pela situação dramática que viveram ao longo dos anos de fome e de guerra.

“Hoje sinto-me valorizada por que as pessoas sabem que crio gado. Agora conto comigo porque posso resolver qualquer problema social que possa surgir” (Entrevista n. 18, 2008).

Esses significados podem ser entendidos na perspectiva de Bourdieu (2006, p. 195-196), segundo a qual o “uso de estratégias baseadas na honra e a confiança que usufruem nas relações que podem mobilizar, permite-lhes não só ir ao mercado tendo a única moeda seu rosto, seu nome, sua honra”. Assim, pode-se justificar o orgulho com que as mulheres entrevistadas referem-se a essa respeitabilidade pública.

Segundo revela a pesquisa, o grupo das beneficiárias cumpre um papel importante na Comunidade e representam uma das maiores conquistas na região nos últimos 12 anos, a partir da atuação decisiva da AMRU em vários momentos em que a comunidade se viu lembrada pelo Estado, como por exemplo, enviando técnico agropecuário para prestar serviços ao Posto Administrativo de Changalane e outras ONG’s.

Apesar de o crédito ter sido uma gota de água no imenso oceano de dificuldades em que o restante da população se encontra mergulhada, ele foi, ainda assim, uma esperança de transformação da realidade. Poucas mulheres foram beneficiadas (144) entre as moradoras do Posto Administrativo em questão; existe um número grande de mulheres no interior do Changalane vivendo em más condições.

O referido prestígio da maioria das entrevistadas vai se concretizar efetivamente pela educação dos filhos, que é o desejo de muitas mulheres. Elas referem usarem os rendimentos da atividade na educação dos filhos de forma a não permitir que eles perpetuem o padrão de pobreza experimentado pelos pais. Essa decisão repercute nos projetos de vida dos membros do agregado familiar, redefinindo padrões e noções do que pode vir a ser uma família daí por diante.

Constata-se, entre as entrevistadas, um grupo de mulheres que, a partir do benefício do crédito pecuário, retomaram os estudos e se encontram no grupo de maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens. Esse fato pode ser explicado pelo que diz Valá (2006) quando afirma que “as mulheres estão procurando ganhar cada vez mais

visibilidade e intervir de forma crescente nos processos produtivos e nos círculos de tomada de decisões (VALÁ, 2006, p. 180).

Nessas circunstâncias, o grupo que se encontra em busca de conhecimento e elevação do nível de escolaridade se considera autônomo e responsável pelo trabalho que executa, pelos filhos que criam e planejam educá-los como forma de permitir a mobilidade na escala social e evitar a perpetuação da situação de pobreza que experimentaram em suas vidas.

Nessa ótica, em sua maioria, projetam o futuro para seus filhos fora do campo capacitando-os de forma a definir outros modos de ganhar a vida. Sonham com outras perspectivas profissionais, particularmente vinculadas à cidade.

As representações construídas para explicar esse fenômeno de fuga do campo são articuladas no fato de a agricultura não produzir o suficiente para um estilo de vida que projetam para seus filhos.

Em última instância, pode-se dizer que as mulheres beneficiárias dessa nova modalidade de crédito beneficiaram-se também de transformações em suas vidas.



Figura 9 - Imagem das duas casas de uma das pesquisadas, representando as transformações ocorridas no seu modo de vida.

Fonte: Maria Cândido, 2008.

Acredita-se que, fundamentalmente, pela educação cívica recebida no período inicial as mulheres tiveram acesso a conhecimento sobre os direitos iguais aos dos homens, o que está refletido na sua consciência atual. Algumas assumem isso com veemência e exigem que esses direitos sejam respeitados em igualdade de condições com os homens. Outras são indiferentes a tudo isso, preferem que “a vida as leve”, no entanto, elas também são influenciadas pelas transformações que acontecem na Comunidade.

Entre as entrevistadas encontra-se um caso de uma mulher que vive na Comunidade, tendo residência fixa em outra província, onde vive o marido e os filhos. Essa mulher chegou a Changanane no período em que todos iam à busca de lenha e carvão e levava consigo alguns produtos de troca. Obteve um espaço onde construiu uma casinha para passar alguns dias, sempre que fosse comerciar; entretanto, quando soube do crédito, fixou residência esperando mais de cinco anos até a concessão do benefício.

Nessa época, o marido se encontrava trabalhando na cidade de Maputo em uma empresa siderúrgica que, por ocasião das privatizações das empresas estatais, reduziu o número de trabalhadores. Assim, decidiu-se por voltar a terra natal e fixar residência em Zavala, na província de Inhambane, a norte de Maputo, com uma parte dos filhos, trabalhando e aguardando pela esposa. Nesse caso, a família avaliou que atividade da mulher era mais vantajosa a ponto de sacrificarem a companhia um do outro, organizando visitas regulares.

No período desta pesquisa, essa mulher preparava-se para viajar para junto da família porque uma das filhas, que vive com o pai, iria contrair matrimônio. Dessa forma, observa-se a gestão coletiva dos negócios compartilhando marido e filhos.

Essa prática observada contraria as características locais, detalhadas ao longo deste estudo, em que os homens migram deixando para trás as mulheres. É o marido que irá trazer bens materiais para o sustento da família ao regressar. Esse é o clássico papel masculino de provedor da família. Nesse caso particular, a mulher é que está na condição de migrante com obrigações iguais as do homem e tem que prover os bens materiais para a família que os recebe nas visitas regulares.

5.2.3 Uso e reembolso do crédito – estratégias postas em prática

O crédito na zona rural não era tradição em Moçambique, muito menos em benefício das mulheres. Na discussão da gestão do crédito tem-se que considerar fatores relacionados com as alterações da realidade socioeconômica, refletidos no reembolso das parcelas estipuladas, no ato do endividamento. As beneficiárias, em sua maioria, encontram-se gerenciando o seu crédito de forma positiva, tendo já reembolsado as parcelas e restituído as crias conforme recomenda o programa da Associação (AMRU).

Objetivando, neste estudo, analisar o processo de tomada de decisão, gestão e controle do crédito pecuário pelas mulheres, refletido na aquisição e na transformação do modo de produção nessa comunidade agrícola, salienta-se, de modo especial, o reforço da pluriatividade¹, que se apresenta não como um novo modelo, mas como forma de fomentar a geração de renda das agricultoras. É um fenômeno social e econômico já impregnado na estrutura agrária das propriedades camponesas moçambicanas, principalmente nas pequenas propriedades.

Trata-se de um fenômeno pelo qual as famílias de Changalane optam, induzidas pelas várias circunstâncias que se manifestaram ao longo da sua existência, por atividades que não se restrinjam apenas a atividades agrícolas. Portanto, a opção pelo crédito pecuário está inserida nessa perspectiva como uma experiência *sui generis*, sem precedentes históricos no País e nessa comunidade em particular.

O que se pretende reforçar especificamente é que a atividade agrícola atualmente não pode ser mais entendida como único meio de sobrevivência nessa comunidade. Isso foi constatado quando a guerra flagelou essa região e a comunidade deparou-se com dificuldades de produzir no campo, por se tratar de uma atividade considerada pouco sólida, dependente de fatores naturais como clima, solo e equilíbrio dos ecossistemas.

Ressalta-se a inclusão do fator tempo, “tempo de trabalho” para produzir na agricultura; constata-se que essa atividade exige um período relativamente longo, em sua

¹Não é pretensão da presente pesquisa desenvolver a abordagem da pluriatividade, mas, como já referido inicialmente, a introdução no período colonial da exportação da força de trabalho, trabalho forçado e cultivo de culturas obrigatórias nas zonas rurais, contribuiu para questionar a atividade agrícola que só ela não podia responder cabalmente às necessidades dos camponeses condicionada também pelos constantes desastres naturais que ocorrem com frequência no País, devido a sua localização geográfica.

maioria, maior do que o necessário e, no período de incertezas climáticas sem garantias de uma produção com o plantio. Também a guerra contribuiu para perturbar o modo de vida da população e na dificuldade em apostar na produção de alimentos.

Portanto, a mobilidade para outras atividades como a criação de gado coincide com o momento de paz decretado em todo território e veio estabilizar os anseios da população que não podia esperar. Essa é a realidade que AMRU encontrou e por isso investiu na receptividade das mulheres de Changalane.

Importa salientar que, o que está em jogo, é a forma pela qual as mulheres se empenharam para o reembolso das parcelas estipuladas no ato do endividamento, destacando também que esta nova atividade condicionou o aprimoramento de um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais envolvidos pudessem ser reais protagonistas do processo de transformação da comunidade.

Importa mencionar que o foco dessas mulheres não se restringiu apenas às criadoras de gado e suas famílias. Em sua maioria, as beneficiárias geriram seu crédito de forma positiva, porque, de acordo com os resultados encontrados, quase a totalidade das mulheres já reembolsou as parcelas e restituiu as crias conforme recomenda o programa da AMRU, com exceção de um número reduzido que se pode considerar insignificante e que ainda espera reembolsar, encontrando-se em dificuldades de fazê-lo por razões diversas, inclusive pessoais.

Importa destacar que, a participação das mulheres casadas, têm, na sua maioria, a oportunidade de contar com ajuda dos maridos no processo de tomada de decisões, pois ao que consta, elas, em comum acordo, participam desse processo. Nesse sentido, cabe a afirmação de Casimiro (1989, p. 161) segundo a qual “o casamento é uma necessidade e um meio de apoio e proteção”. Essa necessidade pode estar na base das oficializações dos matrimônios buscadas após a concessão do crédito.

Na maioria das vezes os maridos se dedicam aos cuidados dos animais, levando-os ao pasto, resolvendo conflitos quando estes invadem lavouras alheias, ou quando, por negligência do pastor, os animais se perdem, pulam cercas, entre outras perturbações próprias da atividade.

Pode-se dizer que toda a família, marido e filhos, encontram-se envolvidos desde o início do projeto. Essa constatação responde a uma das questões levantadas nesta pesquisa para a AMRU, sobre as razões do Programa não beneficiar famílias e sim mulheres. A resposta a essa questão justifica-se pelo fato de que as mulheres carregam consigo a família e ao beneficiar a mulher, a família também é beneficiária.

Como se pode depreender no trecho de depoimento a seguir:

“Meu marido é que paga as parcelas, quando se aproxima o dia de pagamento, eu dobro joelho e digo papai, já que temos um dinheirinho devíamos pagar a parcela deste mês e ele me dá o dinheiro e vou pagar a AMRU” (Entrevista n. 19, 2008).

Ao centrar-se o foco nesse depoimento depara-se com a persistência de alguns padrões culturais internalizados pelas mulheres no processo de socialização e que contribuem para a continuidade ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens, os quais insistem em se firmar mesmo quando elas dizem que se sentem capazes de resolver seus problemas que surgem ou ensaiam a independência financeira.

Diversos depoimentos indicam que apesar da “independência” que as mulheres afirmam com relação aos maridos ainda se observa certa continuidade de situações sociais que atestam que elas têm a dificuldade de romper com os papéis vividos por suas mães e que elas simplesmente reproduzem sustentadas nas “construções culturais” (SCOTT, 1995 p. 75).

Embora se considerando trabalhadoras com a nova atividade, admitindo estarem desempenhando um novo papel social na família e na Comunidade, “a subordinação das mulheres é anterior à introdução do capitalismo, ou seja, antes de as mulheres participarem em atividades produtivas fora de casa”, como diz Scott (1995, p. 75).

A referência a “dobrar o joelho” simboliza uma forma “consciente” de concessão de autoridade atribuída à pessoa a qual se pretende dirigir a palavra, nesse caso, o próprio marido, como reconhecimento tácito de sua autoridade legítima.

Essa ação demonstra que a introdução das mudanças em curso requer sempre concessões e negociações para tornar as relações entre marido e mulher mais amenas. É preciso estar atento para entender a complexidade dessas construções socioculturais desse grupo, nas mais diversas esferas, em particular no que se refere às relações de gênero, especificamente o comportamento de mulheres e homens, as reações de ambos a essa condição, ora assimilando um novo tipo de relacionamento tendo em conta a aquisição de novos conhecimentos e formas de convivência anterior.

Bourdieu (1998) explica esse tipo de fenômeno, salientando a existência da “lei da dominação masculina”, mesmo com a suspensão da violência física, a violência simbólica, ou sua forma suprema subsiste porque a mais sutil é a mais invisível. Não obstante, as relações internas na família e na comunidade se caracterizarem pela complementaridade

entre os sexos e as famílias assim como a comunidade, encontrarem-se organizadas hierarquicamente, os homens assumem a liderança da família.

Retomando a restituição do crédito, as mulheres solteiras, na sua maioria jovens, conseguiram, até o momento, reembolsar o valor e restituir as crias. Dentre elas, algumas se encontram atualmente trabalhando em algumas ONG's que se estabeleceram na região como assistentes ou voluntárias, auferindo algum salário. Algumas se beneficiam do fato de terem aproveitado a oportunidade de voltarem a estudar. Essas mulheres solteiras de alguma forma contrariam a ideia de que “a mulher não casada ainda é vista por muitas culturas como uma mulher não completa”, conforme Casimiro (1998, p. 161). Talvez esse aspecto merecesse maior investigação para que se possa discutir com mais elementos essas vivências “novas” na comunidade em questão.

As mulheres que não pagaram o reembolso dizem-se dispostas a fazê-lo tão logo a AMRU retorne ao campo para coletar as parcelas em falta. Encontra-se certo número (pequeno) de mulheres nessas condições, inclusive algumas que ainda não restituíram as crias.

“Falta reembolsar algumas parcelas de crédito, mas estou disposta a pagar tudo, porque depois de pagar, tudo o que fica é meu, posso vender alguns animais e construir minha casa e comprar o que eu quero” (Entrevista n. 4, 2008).

Existe na Comunidade uma estrutura comunitária organizada para ajudar as famílias que por qualquer descuido do pastor percam o seu gado, principalmente para socorrer as famílias compostas por mulheres principalmente idosas e crianças. “Porém, em alguns casos de perda por roubo ou outros fatores, as mulheres referem que ‘não sabem’ como ‘recuperá-los’”. Nesses casos, o presidente da localidade e seu elenco governativo, em parcerias com a estrutura administrativa e Polícia da República, empenham-se na defesa e busca dos animais, quando isso acontece.

Constata-se também que as famílias residentes nesse espaço rural não sobreviviam de rendimentos exclusivamente das atividades agrícolas ou da criação de gado. Praticavam outras atividades que surgiram a partir da aplicação do Programa de Fomento Pecuário. Ou seja, a dinâmica desse programa foi fundamental na determinação de novos rumos da demografia no campo. No novo cenário proporcionado entre outras coisas destaca-se a AMRU, em parte pelo incremento de atividades remuneradas não agrícolas na Comunidade

que mostram um significativo crescimento. Por outro lado, destaca-se a introdução de novas formas de relações sociais de gênero.

Assim, constata-se o surgimento de empreendimentos que empregam a força de trabalho das beneficiárias. Algumas mulheres conseguiram trabalho fora de casa em ONG's juntamente com os maridos, com grande vantagem para as mulheres solteiras, impulsionadas pela possibilidade que estas tiveram de aumentar conhecimento e escolaridade. Estas afirmam que *“faço gestão sozinha, não envolvo ninguém no negócio e já paguei tudo e tudo o que tenho agora é meu”* (Entrevistas n. 7, 8 e 9, 2008). Outra afirma que:

“Hoje tenho condições de contratar serviços, pessoas para trabalhar para mim quando chega à época de lavoura e colheita, assim como pastor de gado” (Entrevista n.11, 2008).

Entretanto, nem tudo correu da melhor maneira para todas as beneficiárias. Existem também casos de mulheres que perderam tudo antes mesmo de produzir alguns resultados. Mesmo assim reembolsaram o crédito, dizem elas:

“Morreram todos os animais, mas não foi por falta de assistência. Talvez se alimentaram de plantas venenosas”... “Foi difícil fazer o reembolso, foi um transtorno fazer a gestão”. “Tive azar, fiquei no zero”. “Espero que o programa continue porque tenho filhos, o gado podia ajuda.” (fragmentos de entrevistas diversas, 2008).

Há casos isolados de casais que se envolveram em conflitos a ponto de abandonarem os animais. Há relatos que atestam que o marido não queria saber de mulher criando gado, afirmando que isso iria contribuir para ele se sentir inferiorizado e que caso o crédito não passasse para o nome dele não aceitaria de jeito nenhum que a mulher se beneficiasse. Essa é uma clara demonstração de exclusão da mulher do “universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos”, diz Bourdieu (1998, p. 116).

Por outro lado existiam mulheres que não queriam perder os maridos em troca de criação de gado, mesmo que isso representasse continuarem a passar necessidades financeiras. Esse dilema foi vivido e atestado em um relato de pesquisa. Como resultado, ocorreu que o gado cedido foi largado a sua sorte, perdeu-se ou foi roubado. A família teve sua situação deteriorada porque o crédito estava feito e a dívida deveria ser reembolsada.

Dessa forma continuou na miséria, e hoje encontram-se arrependidos da “irracionalidade” da sua ação. Segundo autoridades locais outros conflitos não foram reportados, mas houve atritos entre casais provocados pelo fato de ser a mulher beneficiada e

não o homem. Não aceitando essa situação, o marido obrigou a mulher a abandonar a ideia de ser detentora de bens materiais.

Registraram-se casos de espancamentos ao longo do processo, provocados pelo fato de alguns maridos venderem os animais e se apoderarem do dinheiro. Quando as mulheres reclamavam ou exigiam responsabilidades o assunto terminava em violência física.

Alguns acontecimentos não foram oficialmente reportados às autoridades locais que tomaram conhecimento por meio de “conversas de comadres”.

5.2.4 Condições de vida material – mudanças substantivas

Reportando-se à produção agrícola salienta-se que a mesma era destinada essencialmente ao consumo da família e os circuitos de troca mercantil com os externos eram baseadas no corte e produção de lenha e carvão como as atividades remanescentes na região. Devido ao corte de relações externas que mantinham com a cidade e com a intensificação das hostilidades militares, as trocas comerciais que eram também fundamentais estavam praticamente paralisadas pelo perigo que as vias de acesso apresentavam. Esse era o comércio anterior ao crédito e resultado de anos de conflito armado.

No geral, as mulheres de Moçambique são consideradas as que mais trabalham na produção agrícola, produzindo alimentos e produtos exportáveis. É comum dizer-se que são elas que alimentam o País, produzindo inclusive com recurso de conhecimentos tradicionais auxiliadas com técnicas básicas de agricultura e com resultados ínfimos (MADER, 2002). No entanto, isso não exclui o caráter invisível do trabalho da mulher e a invisibilidade de sua contribuição no processo de desenvolvimento do país, de acordo com Lopes (1995).

Nesse sentido, a invisibilidade é alicerçada pelos símbolos culturais disponíveis com relação aos sexos, que constituem a base da valorização das práticas de homens e mulheres. Nesse contexto, o trabalho das mulheres é invisibilizado na dimensão de "serviço à família". Por outro lado, a ausência de valor mercantil para essas práticas (naturalizadas e invisibilizadas) desvaloriza socialmente as mulheres e as submete quanto às relações entre os sexos (LOPES, 1996, p.80).

Um dos fatores que influencia o não enquadramento das mulheres no processo de desenvolvimento, apesar de serem chamadas de “alimentadoras da nação”, é o caráter camponês da sua organização por não se admitir que a direção, organização e a execução do

trabalho na unidade familiar sejam de responsabilidade das mulheres. Portanto, segundo Lopes (1996) a problemática da invisibilidade da contribuição das mulheres nos territórios rurais ao desenvolvimento e reconhecimento da multiplicidade de papéis que elas desempenham no cotidiano social, econômico e cultural, continua sem ser resolvida, assim como o dilema central da iniquidade entre homens e mulheres. Até aqui, os avanços alcançados auguram que o processo, embora lento, oriente-se por estratégias adequadas próprias e singulares, partindo das premissas pleiteadas pela nova ruralidade de acordo com Penício & Ribeiro (2005).

Após a introdução da criação de gado as famílias passaram a aumentar a extensão de terra para cultivos com recurso da tração animal ou do aluguel de trator, que resulta dos rendimentos advindos da venda dos animais.

Desse modo, analisar as condições de vida material torna-se relevante para entender as mudanças no estatuto da mulher nas últimas décadas e que decorre dos benefícios do crédito pecuário às famílias da Comunidade. Além de aumentarem a produção agrícola com uso da tração animal ou mesmo maquinário, como trator, elas adquiriram um novo papel e uma nova posição atribuída pela comunidade: as moradias hoje são de alvenaria, possuem eletricidade e água canalizada.

Dentre as mulheres que fazem parte desta pesquisa, pelo menos duas já adquiriram veículos motorizados, que são usados pelos maridos para facilitar os deslocamentos. Uma dessas mulheres é casada com o Presidente da AAPMC. Ela afirma:

“Agora me considero trabalhadora... quando recebi o primeiro salário comprei congelador, mobília e outros bens que não esperava ter... não sonhava ter uma vida assim, meus filhos estudando no secundário... Estou a construir casa para os meus filhos” (Entrevista n. 2, 2008).

Cabe aqui salientar que possuir casa de alvenaria com energia elétrica e água canalizada ultrapassa as expectativas de quase todas as famílias. Provavelmente alguns moradores dessa comunidade tinham familiares vivendo nas cidades, em casas dessa natureza, mas nunca lhes “passou pela cabeça” ter uma em Changalane.

A aquisição destes bens materiais simboliza o bem-estar, da mesma forma que mandar os filhos a escola. Quem não consegue educar os filhos corre o risco de perpetuar a pobreza, portanto, a preocupação nesse sentido é muito grande.



Figura 10 - Imagem da casa de uma das criadoras de gado ainda em construção, mostrando-se os bens materiais adquiridos.

Fonte: Maria Cândido, 2008.

Conforme as falas das mulheres e dos homens (maridos) entrevistados, os que participam ativamente no processo produtivo, repetidamente referenciaram que antes do início da criação de gado por meio do crédito pecuário, as pessoas não dispunham de nenhuma alternativa de produzir o seu próprio sustento.

Elas consideram o gado um fundo guardado no “banco”, porque a qualquer momento que surgir um problema na família podem recorrer a ele para a busca de soluções.

As famílias relatam que no início do ano letivo vende-se uma cabeça para matricular as crianças, comprar uniforme escolar e livros, além de tudo que for necessário para o ano escolar. Em particular no que se refere ao sustento as mulheres relatam:

“a criação de gado transformou minha vida...“Já não dependo de marido...“sou economicamente ativa, agora não dependo só da agricultura; eu estava “desamparada”, separada do marido”(Entrevista n. 5,6 e 7, 2008).

Outra salienta:

“o meu marido quando queria comprar carro faltou algum dinheiro para acrescentar, vendemos uma cabeça de gado e resolvemos

aumentar na compra do carro. Quando faleceu o meu irmão na África do Sul encontramos solução na venda de um dos animais para transladar o corpo dele de lá para ser enterrado em casa. Se não tivesse essa oportunidade nada disso teria acontecido, ele teria sido enterrado por estranhos, lá sem a família por perto” (Entrevista n. 30, 2008).

Embora a heterogeneidade impeça a generalização dos resultados para toda a população em estudo, é verificável a superação alcançada pela maioria das beneficiárias do crédito, a ponto de algumas terem construído mais de duas casas e terem a capacidade de realizar outros negócios. Algumas delas viajam para países vizinhos para comprar produtos que escasseiam na Comunidade para comercialização e ganham dinheiro por isso. Como diz uma delas: *“passei a ganhar mais dinheiro... nunca tinha recebido muito dinheiro de uma só vez, quando vendi uma cabeça (Entrevista n. 7, 2008).*

Duas mulheres informaram planos de comprar carro com capacidade para transportar produtos de Chagalane para outra localidade, a fim de facilitar o escoamento de produtos agrícolas e outro tipo de mercadoria para a comercialização. Argumentam que esperar gente que venha de Maputo para comprar na localidade as obriga a vender mais barato. *“Com carro próprio podemos vender ao preço real na cidade”*, dizem elas. Já adquiriram motocicletas que são usadas para transporte de pequenas mercadorias e pessoas.



Figura 11 - Imagem da motocicleta que nos transportou durante a pesquisa pertencente ao
Fonte: Maria Cândido, 2008.

Uma das mulheres de 68 anos de idade construiu uma casa de alvenaria, mobiliou, instalou energia elétrica e água canalizada, diz ter-se estabilizado financeira e socialmente. Isso mudou suas condições de vida anteriores pela dependência promovida por um divórcio inesperado que a fez depender dos filhos para se alimentar. Diz ela: “*os meus filhos mandavam rancho mensalmente para mim porque têm suas famílias*” (Entrevista n. 8, 2008).

Atualmente afirma ter o necessário para viver e investir. Construiu um aviário onde produz frango de abate e produz ovos que comercializa para a comunidade interna e para externos. Recorre também à contratação de trabalhadores para cuidar do aviário e para a venda dos frangos e outras atividades econômicas que desenvolvem sob sua responsabilidade. Esta mulher se diz empresária e abriga em sua casa uma tia deficiente visual.

A assistente do projeto da AMRU, que sempre lidou com as mulheres dessa comunidade, relatou que uma das mulheres confidenciou ter comprado o congelador e fogão a gás, entre outros bens para a casa, à revelia do marido. “*Tive receio que se o marido*

soubesse que ela estava com dinheiro, iria gastar na bebida... Daí que preferiu fazer tudo as escondidas” (Entrevista n. 42, 2008).

Na perspectiva ainda das condições materiais, algumas situações inusitadas ocorreram. Há casos de mulheres que mesmo correspondendo às expectativas enfrentaram conflitos familiares como é o caso seguinte:

“meu marido quer destruir tudo, ele abandonou a casa, foi viver com outra mulher, não presta assistência nenhuma à família e quando descobriu que eu era beneficiária do crédito e que estava criando gado ele começou a ameaçar destruir tudo. Ele odeia a minha condição atual, porque ele está na pior... então não se sente feliz em saber que eu já não sou mais dependente dele e que estou numa situação boa... “Mas ele não vai fazer nada porque a comunidade não vai deixar” (Entrevista n. 15, 2008).

Na mesma situação está uma viúva que se via em conflitos com os próprios filhos que não concordaram com a atitude da mãe em usar o dinheiro oriundo da pensão que ela recebeu depois da morte do marido para pagar o crédito.

“Eles não gostaram disso e ficaram muito aborrecidos. Mas o negócio está a florescer, eu tenho a certeza de que eles vão mudar de ideia quanto eu tiver construído casa e aumentado o número dos animais” (Entrevista n. 18, 2008)

Entre essas situações encontram-se mulheres que vivem na cidade e vêm a Chagalane esporadicamente para controlar os animais e suas propriedades; algumas se queixam de roubos dos seus bens.

Uma delas disse que,

“fui roubada várias vezes e acabava de vender uma cabeça de gado”, contou que “o rapaz que trabalhava para mim arrombou a janela e lá retirou todo o valor correspondente a uma cabeça”, “foi um momento difícil para mim, muitos anos de trabalho foram de uma única vez, fiquei desolada” (Entrevista n. 20, 2008).



Figura 12 - Imagem de duas irmãs de origem alemã que outrora foram pastoras de gado de seus pais e hoje são criadoras de seu próprio gado, na Comunidade de Changalane.

Fonte: Maria Cândido, 2008.

Dentre as malsucedidas encontrava-se uma viúva de 51 anos que perdeu todos os animais apesar de ter conseguido reembolsar o crédito. No entanto, tinha expectativas de que um dia outra organização ou a própria AMRU pudessem voltar a implementar essa modalidade porque os filhos já experimentaram a condição da mãe beneficiada e criadora de gado “frustrada”.

5.2.5 Repercussões da adesão ao crédito nas relações matrimoniais

Ao iniciar-se esta análise, convêm salientar que:

“Na lei moçambicana o papel de homem e mulher na família obedece a certa estrutura e organização na qual homem e mulher possuem direitos e deveres comuns e especiais dados as diferentes funções que ambos ocupam na família como conjugues e como pais, ambos estão vinculados reciprocamente pelos deveres de fidelidade, coabitação e assistência, o que quer dizer que tanto um como outro estão

obrigados a ser fiéis e não abandonarem nem obrigar o outro a retirar-se do lar conjugal, e durante a vigência do casamento, devem prestar assistência um ao outro, providenciando alimentos, contribuindo para as despesas domésticas, zelando pelo patrimônio comum e devendo assistência em caso de doença. O homem é chefe de família como marido e como pai, a ele cabe representar a família e decidir em todos os atos da vida conjugal comum, na administração dos bens do casal ou da família e sobre os bens próprios da mulher. Ele não está obrigado a prestar contas da sua administração, mesmo que tenha sido responsável por intencionalmente ter prejudicado o patrimônio do casal ainda conjugal” (WLSA MOZAMBIQUE, 1998, p. 45).

Nessa perspectiva, “família” define-se por ser o produto de relações entre pessoas ligadas por vínculos tais como casamento, parentesco, afinidade e adoção. Por “casamento” entende-se o contrato celebrado entre duas pessoas de sexos diferentes que pretendem constituir legitimamente a família mediante comunhão plena de vida (WLSA MOZAMBIQUE, 1998, p. 46).

Nesse sentido, as repercussões da adesão ao crédito nas relações matrimoniais são justificadas pela afirmação de Lopes (1995 p. 82), quando diz que as práticas sociais de homens e mulheres articulam em si razões de sexo e classe. As práticas de trabalho das mulheres são argumentadas na perspectiva da sua coerência com atributos "femininos" inerentes a uma "natureza feminina" e dessa forma, hierarquizada socialmente.

A adoção de modelos coletivos de agregados familiares baseados na maximização do bem-estar individual proporciona elementos para analisar como o status social capacita para a independência da mulher na tomada de decisões “impulsionada, sobretudo pelo acesso ao trabalho e rendimento externo”, salienta Ellis (1998, p. 24).

Considerando o acima citado avaliam-se os seguintes condicionantes: as novas atividades contribuem para promover a emancipação socioeconômica e para diminuição das desigualdades de gênero na localidade? Reforçam-se as conformações familiares e as relações entre seus membros, considerando os efeitos do empoderamento econômico da mulher?

Pode-se dizer que as relações sociais internas à família e na comunidade nessa comunidade considerando suas dimensões multiculturais e multiétnicas se caracterizavam, até então, pela complementaridade entre os sexos, embora tanto a família como a comunidade fossem organizações hierárquicas no plano ideológico. Conforme mencionado anteriormente, a atividade sociolaboral das mulheres enquadradas nas tarefas agrícolas, cujo papel fundamental tem sido o de manutenção e reprodução da unidade familiar ocorria,

muitas vezes, em situações críticas, dada sua dimensão econômica e caracterizavam o período anterior às mulheres se beneficiarem dessa nova atividade.

Assim, experimentaram momentos difíceis devido ao conjunto de fatores já mencionados neste estudo. As relações externas, concretamente a convivência com a cidade, sempre foram feitas tanto pelos homens como pelas mulheres. No entanto, essas mulheres hoje assumem incondicionalmente a dinâmica de construção da identidade do grupo, estabelecendo relações econômicas fundamentais, enraizadas na auto-representação do grupo face ao mundo externo.

Como consequência do crédito, as mulheres criadoras de gado assumem um novo papel nas relações familiares e em certos casos, em confronto com a dominação masculina, segundo a lógica das relações entre os sexos vistas por Bourdieu (1962), segundo a qual o primado e a supremacia pertencem aos homens, particularmente na gestão dos negócios familiares.

Essa repercussão permite antever que a autonomia das mulheres é vista como surgimento de um “fenômeno anormal”, mas, sobretudo revela que o sistema de trocas matrimoniais, em seu conjunto, está sofrendo uma transformação profunda e que é preciso identificar as suas causas essenciais. Bourdieu (1962) constata redução da dependência nas trocas matrimoniais em relação aos aspectos econômicos, ou seja, mudança de forma, no caso de Changalane, na situação de hierarquia social definida pelo estatuto social e o estilo de vida das famílias locais.

Quando se ocupavam da produção e consumo de bebidas alcoólicas, não passava pelo pensamento das mulheres possibilidade de um dia se tornarem proprietárias de alguma coisa. A deterioração das relações matrimoniais não era vista com censura pelas mulheres por ter se tornado normal acontecerem espancamentos em público.

A redução da dependência na perspectiva econômica vista por Bourdieu (1962) é observável na comunidade estudada. Pode-se afirmar que ocorreu a apropriação de uma nova identidade por parte desse grupo de mulheres, começando pela disponibilidade em apreender e colocar em prática novas formas de relacionamento, pautadas pela conduta ativa na gestão do matrimônio e na preocupação em ensinar os filhos para que não venham “de maneira nenhuma” passar pelas dificuldades pelas quais passaram outrora, como é o caso da fome por falta de alternativas.

O adultério era uma prática cotidiana segundo a situação encontrada pela AMRU. A questão da poligamia era um dos elementos focalizados nas palestras como crucial na

propagação de doenças de transmissão sexual e como forma de redução da contaminação do HIV/SIDA.

O fenômeno poligamia não era visto pelos moradores de Changanane como uma prática negativa, até porque as mulheres é que sugeriam aos maridos buscar outras mulheres quando estas estivessem na fase de amamentação dos filhos, para evitar gravidezes consecutivas. O marido buscava outra mulher por recomendação da própria esposa enquanto ela estava em resguardo.

Se a segunda mulher ficasse grávida, ele ia procurando mais uma e mais uma até que culminava com um número elevado de esposas, às vezes cinco ou mais, e um número de filhos também elevado. Assim, é comum encontrar um homem com várias mulheres e conseqüentemente poderoso, pois, com aumento do agregado familiar aumenta também a mão-de-obra para a exploração agrícola.

Diante disso, com tantas mulheres e tantos filhos servindo de mão-de-obra alargam-se as áreas de cultivo e aumenta o poder econômico e prestígio masculino.

Pode-se analisar que os homens guardam de forma latente, o seu orgulho masculino por temerem as críticas da Comunidade, uma vez que todos adquiriram coletivamente, pelas palestras e seminários, novas formas de convivência. A exclusão sexual, ou seja, a superioridade masculina foi questionada e todos sabem disso e evitam exteriorizar atos “machistas”.

Uma das autoridades locais diz que algumas brigas não chegam até ela, mas entre as conversas com as mulheres ela toma conhecimento de algumas desavenças conjugais derivadas do não entendimento no processo de gestão dos animais, por exemplo. Assim, uma situação relatada mostra que o marido resolve vender uma cabeça, não consulta a esposa e a vende. Aplica o dinheiro sem dar satisfação. Às vezes é a mulher que resolve vender e enfrentar a fúria do marido. No entanto, observa-se que as mulheres sempre aplicam o recurso na compra de bens para família.

Um dos maridos diz que “os animais são dos filhos”, essa é a forma que arranjou de segurar a mulher. Diz ele:

“mesmo assim não significa que eu quero só pra mim, fui eu quem pagou as prestações do crédito. Dia de pagar a prestação pediu-me dinheiro para pagar e eu dei... tanto que fui fazer lobolo na família dela e tive que comprar o boi necessário ao invés de tirar do curral de casa... Espero casar oficialmente dentro em breve” (Entrevista n.35, 2008).

“Recorremos ao gado para resolver problemas sociais. Quando surge algum, posso pedir emprestado algum valor a alguém sou de confiança porque sabem que vou reembolsar... pessoas não negam porque sabem que eu tenho recursos e poderei pagar” (Entrevista n. 30, 2008).

Algumas das mulheres optaram por tratar a questão do casamento a sério, levando os maridos ao altar e ao registro civil para oficializarem a relação. Presumivelmente por terem ouvido com frequência, durante o preenchimento dos requisitos para a concessão do crédito, perguntas tais como: é casada oficialmente? Do total de 31 mulheres pesquisadas, aproximadamente, 8 mulheres casaram-se oficialmente desde que se tornaram criadoras de gado.

Considera-se que as novas atividades contribuíram para promover a emancipação socioeconômica e para a diminuição das desigualdades de gênero na localidade. As conformações familiares e as relações entre seus membros mais equitativas, considerando os efeitos do empoderamento econômico da mulher, são outras evidências. Isso se lê entre outras coisas a partir do momento em que as mulheres observam e reconhecem que antes perdiam tempo nas “bebedeiras e vexames”. Agora dizem,

“jamais serei mesma a mulher de antes da introdução dos projetos na comunidade... estou a resolver os problemas paulatinamente”
“ agora, as nossas relações são de respeito... tornei-me uma referência na comunidade, tanto a família assim como a comunidade elogiam o trabalho que faço. AMRU despertou-me para a vida. abriu os meus olhos”. “A minha família elogia a minha decisão de me tornar criadora de gado”. “A família do meu marido dizia que eu ia lhe abandonar a partir do momento que eu me tornei trabalhadora”. “A atividade veio fortalecer a nossa relação, pois, agora trabalhamos juntos, quando um animal se perde saímos juntos para procurar, vamos com a família às compras, todos participamos de tudo, estamos felizes respeitando um ao outro”. (Fragmentos de entrevistas, 2008).

Uma das mulheres entrevistadas revelou-nos que

“meu marido não me considerava como nada, não me contava os seus segredos, não queria saber de mim para nada”. “Mas depois que eu me tornei criadora de gado, aí, ele já me conta os seus segredos partilhamos os projetos futuros” (Entrevista n.22, 2008).

5.2.6 Repercussões na auto-estima das mulheres

De acordo com a visão de Boltanski & Thévenot, citado por Dodier (1991, p. 77) “é possível ver nas ações humanas uma série de sequências, onde as pessoas engajadas em momentos sucessivos mobilizam competências diversas a fim de realizar, de acordo com as circunstâncias, uma adequação à situação”. Essa afirmação permite pensar as formas de agir em diversas esferas da vida, e vai permitir analisar a autoestima dessas mulheres na perspectiva social e econômica a partir dos benefícios do crédito pecuário.

Pode-se buscar explicação sob que aspectos e por que razões a participação da AMRU pode ter interferido, tanto na vida das mulheres como de toda a comunidade, sendo claramente elogiada por todas as entrevistadas, incluindo os homens que participaram das entrevistas. Ao introduzir o crédito pecuário na Comunidade em benefício das mulheres locais, a Associação constitui-as em primeiro lugar em uma organização coletiva. A AAPMC é quem as representa no espaço sociopolítico.

Como já foi referido neste estudo, o grupo original de mulheres que assumiu a identidade coletiva constituindo a Associação era composto por quinze membros que foram se organizando, algumas das quais já se encontravam ligadas por laços de parentesco, vizinhança e amizade. Essa Associação serviu de base para que as mulheres obtivessem espaço para construção de suas moradias dos campos para produção alimentar, dos campos de pastagem para o gado e o espaço social para realização de reuniões do grupo.

No enfoque socioeconômico o espaço estava aberto pela interação entre as mulheres e outros grupos sociais, como é o caso das autoridades governamentais e das ONG's que passaram a fazer parcerias com a Associação, buscando legalizar a agremiação para facilitar a abertura de conta bancária, assim como para dar início a outras atividades que se concretizaram por conta dessas parcerias. Exemplo disso está na construção e exploração em moldes empresariais de um aviário que produz frangos de abate e ovos e que funciona na localidade sob gestão da Associação das mulheres locais.

Esse empreendimento contribuiu para solidificar o emprego das mulheres e serviu para o aumento da autoestima dessas mulheres que se encontravam em uma situação de desfavorecidas e desvalorizadas tanto na família, respaldadas pelos costumes locais, como na Comunidade pela falta do estatuto de “trabalhadoras” (LOPES, 1995, p. 82).

Durante as entrevistas percebeu-se que, apesar de as mulheres “não baterem no peito” e bravamente gritarem que são donas de alguma coisa ou mesmo detentoras de algum poder, elas são firmes no que fazem e dizem. Não são barulhentas, mas reconhecem que são respeitadas e usufruem algum prestígio que mesmo a maioria dos homens não possui.

Isso é demonstrado pelo fato de que, desde introdução do projeto da apicultura seguido do da criação de gado, diferentes membros do grupo foram desenvolvendo sua própria concepção e valor do trabalho que abraçaram, ou seja, foram se apropriando de novos significados e conceitos de vida e das relações sociais entre os gêneros. Referido pelo presidente da localidade, que é apologista e defensor dos direitos da mulher e contra a exclusão sexual, foi possível perceber também que o projeto de criação de gado foi considerado por algumas mulheres membros do grupo como “a oportunidade que lhes faltava para mudar de vida”.

Nas relações de poder demonstram interesse específico; isso é verificável na interação com as Autoridades Administrativas e locais e com outros grupos sociais externos e internos. Isso faz dessas mulheres verdadeiras lutadoras pelo fortalecimento das redes de relações institucionais com vistas a obterem sucesso nos projetos futuros. Lutam pela aquisição de tecnologias necessárias para melhorar a produção como, por exemplo, da mulher que, por tentativa de aumentar sua produção, mesmo sem recurso a uma tecnologia adequada, recorre à tendência da venda dos animais machos que nascem do seu rebanho e busca fêmeas, por compra ou troca, com vistas a um rápido crescimento da manada.

Algumas olham para a nova atividade como forma de lhes permitir a aquisição de uma nova identidade e assumem a sério o trabalho e o estatuto de trabalhadoras, considerando-se empresárias rurais de sucesso e se preocupam em investir e conquistar cada vez mais com vistas a maximizarem suas economias. Uma dentre elas construiu três casas de alvenaria, instalou energia elétrica e água canalizada. Outras veem sua participação como de ajuda ao marido para suplementar os rendimentos do agregado familiar, uma vez que trabalham todos juntos no cuidado dos animais e trabalhando a terra.

Outro grupo ainda vê a criação de gado complementarmente como uma atividade de ocupação do tempo que permite alternativa aos tediosos trabalhos domésticos.

Assim, encontrou-se em menor proporção aquelas que mostravam desânimo e afirmavam:

“porque dá muito trabalho, só fiquei com uma vaca e está sempre doente. Até já provocou em mim tensão arterial alta de tanta

preocupação, não sei o que eu faço. Estou cansada, tenho azar
“(Entrevista n. 29, 2008).

O abandono dos animais foi também uma forma de reação aos maridos que desaprovaram a ideia de se tornarem proprietárias de gado. Nesse sentido, foram influenciadas por circunstâncias familiares e hoje estão arrependidas e amarguradas, pois tiveram que reembolsar o valor do crédito sem terem usufruído dos benefícios do mesmo.

5.2.7 Prestígio social, família e mudanças

Para Max Weber (1979) prestígio é uma avaliação que normalmente descreve reputação, embora tenha outros significados relacionados que podem, em certo grau, serem contraditórios. O significado de “prestígio” depende do contexto histórico e da pessoa que faz uso. Ao longo do tempo desenvolveu um significado positivo que descreve importância social, alta consideração e sólida reputação. Frequentemente, *prestígio* também carrega uma conotação de associação com a elite econômica. Este último é o uso mais comum da palavra nos dias de hoje e familiar a todas as classes sociais.

O prestígio é atribuído a um indivíduo ou grupo em virtude do seu estatuto que advém da personalidade, mas também da posição que ocupa em uma sociedade ou grupo. Consiste numa superioridade que induz a uma espécie de homenagem voluntária, superior. Diante desse significado acredita-se que o projeto de criação de gado abriu espaço social para a representatividade das mulheres na Comunidade de Changanane, caracterizada por alicerçar novas relações e identidades dessas mulheres, o que provocou discontinuidades de poder existente, marcado pela dominação masculina.

Esse “novo modelo”, formulado pelo interesse e valores gerados no processo de implementação da nova atividade, contrariou a ordem existente das relações de dominação/subordinação baseada nos valores históricos culturais. Isso se deu “pela promoção do acesso a recursos, a crítica (material, social e ideológica)”, conforme sugere Long (2001, p. 79). Concepções dessa espécie influenciaram profundamente a atividade, ainda que sua observância seja garantida pela resistência e oposição que começaram a substituir a submissão e o conformismo pelo enfrentamento da nova realidade. Esse enfrentamento baseou-se no conhecimento da existência dos direitos de igualdade de gênero introduzidos junto com o projeto de criação de gado e fortalecidos pelo sucesso na nova

atividade que condiciona a construção de um novo discurso capaz de influenciar os debates e fornecer argumentos na interação pública e nos diálogos familiares na luta pela conquista dos espaços. Nesse sentido, as mulheres foram apoiadas, muitas vezes, por homens que reconhecem a existência de “outros homens” que ainda alimentam o passado de marginalização e exclusão sexual das mulheres.

A adaptação às diferentes condições de vida, suscetíveis de evolução espontânea, gradualmente estão ganhando espaço na construção de novas identidades. Identidade adotadas pelas mulheres em diferentes estágios e contextos de ambos os projetos, tanto da apicultura como de criação de gado, são vistas pela Comunidade para além de identidades auto-geradas, mas coloridas por uma série de expectativas sociais, imagens de hierarquia e cargas geradas pela ação social. Em particular isso afeta os agregados familiares, elevando as posições, sociais das mulheres e o conhecimento sobre a comunidade com seus vínculos ao mundo exterior, às experiências da vida da cidade, relações com o mercado e migrações.

A responsabilização própria, direta, do trabalho atual, influenciou de tal forma que aprenderam a usar e manipular o discurso apropriado para diferentes contextos em busca de recursos e com alguma influência. Embora permaneçam como grupo solidário no seu conjunto e partilhando experiências e benefícios, algumas dessas mulheres individualmente diferem em suas definições pessoais como criadoras de gado e/ou mulheres de negócios. Assim, têm fortalecido alianças nas agências governamentais e com organizações da sociedade civil.

Dessa forma conquistam diferentes degraus e formam redes de relações por meio de lutas, passando a dominar a interação e a organização em torno de certas práticas e valores. Participam na tomada de decisões públicas e reforçam suas aspirações de se tornarem empoderadas. Exemplo disso se observa entre algumas mulheres que conseguiram reproduzir o gado, aumentando a manada em até 16 cabeças em pouco tempo, como é o caso da Presidente da Associação.

Essa criadora usa a estratégia de sempre trocar ou vender os machos que nascem na sua manada pelas fêmeas como forma de aumentar o número de nascimentos. Essa estratégia permitiu a ela desenvolver outras atividades subjacentes, sempre com desejo de maximizar seus rendimentos. Outro caso é de uma familiar dessa mesma mulher que construiu um aviário de produção de frangos e ovos, fornecendo à comunidade e ao mercado exterior.

As transformações socioeconômicas na região ocorrem de forma mais efetiva na vida da população beneficiada pela criação de gado e que se encontram desempenhando atividades produtivas. O restante da população se encontra em condições ainda precárias e

com reflexos dos conflitos anteriores a 1992. Acredita-se, no entanto, que se houverem investimentos na criação de gado pode-se ampliar a participação da população e produzir mais gado e de melhor qualidade.

Nesse sentido formularam-se algumas interpretações como: a decisão de gestão do crédito pecuário concedido às mulheres de Changalane, praticantes da agricultura família, em um contexto de dominação masculina, foi uma forma bem sucedida de reivindicarem que as políticas públicas do governo se pautem em novas relações de gênero, trabalho no campo e na agricultura familiar, consolidando sua participação nas atividades produtivas como “trabalhadoras rurais” na perspectiva de sua emancipação socioeconômica.

Pode-se afirmar que as mulheres criadoras de gado de Changalane constroem um novo papel social sustentado na igualdade de gênero e no seu poder emancipatório na luta conta as desigualdades até então reproduzidas na hierarquia entre os sexos (LOPES, 1995).

Assim, a mudança na dinâmica familiar permitiu problematizar a construção e a permanência dos valores culturais da dominação masculina.

Desafios, oposição, conformismo e submissão, assim como resistência e o despertar da consciência empreendedora e de uma nova mulher surgiram nas comunidades de Changalane. Os enfrentamentos acontecem no plano social ou familiar de “cabeça erguida” e as protagonistas participam nos processos de tomada de decisão familiares e comunitários.

As postulações advindas de organizações de mulheres, dos foros mundiais, regionais, nacionais e locais, têm dinamizado o processo de transformação do sistema de valores e crenças no País. Porém, nas comunidades rurais isso se verifica de forma tímida devido a falta de divulgação dos resultados desses acontecimentos. Em Changalane, na Comunidade estudada estas influências são visíveis, e compreendidas com maior grau de observância e adesão pelas participantes deste estudo.

Isso se verifica na assimilação de competências que as mulheres assumiram no seu cotidiano e nas novas ambições como batalhadoras preparadas para enfrentar de forma individual e/ou coletivamente a defesa do espaço conquistado paulatinamente. tanto, junto às Autoridades Administrativas e locais influenciadas pelas diversas redes de relações institucionais, assim como pelo fortalecimento de redes de relações comunitárias e também entre as próprias beneficiárias. Identificam-se pelas novas percepções desenhadas pela vasta gama de experiências sociais também pelos novos interesses familiares que se estruturam com base na diferenciação no acesso a recursos.

Observa-se que uma das discriminações mais persistente e sentida pelas mulheres se refere ao desempenho dos múltiplos papéis e que abarca aspectos muito diferenciados. Entre

esses múltiplos papéis, não compartilhados com os maridos estão o papel reprodutivo familiar e as tarefas domésticas. Soma-se a isso o papel econômico referido no trabalho familiar não remunerado e no trabalho assalariado. As atividades comunitárias se agregam a esse rol e caracterizam-se por representação da família, especialmente em organizações territoriais, segundo Zapata (2001), citado em Penício & Ribeiro, 2005 p. 119).

6 CONCLUSÕES

Por meio deste estudo empírico foi possível compreender dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do posto administrativo de Changalane em Maputo – Moçambique, sobretudo o protagonismo dessas mulheres no processo de desenvolvimento, tanto dentro da Comunidade em particular e do País no geral. Isso pode ser associado ao fato delas se encontrarem neste momento competindo lado a lado com os homens, e por estarem construindo sua própria identidade como criadoras de gado. As desigualdades sociais sexualmente estruturadas ao longo da trajetória de Moçambique desde o sistema colonial até aos dias atuais são fatores limitantes para as mulheres no enfrentamento do padrão secular de subordinação, mantendo ainda fortemente as mulheres rurais em situação de desvantagem, negando-lhes a legitimidade como sujeitos políticos e econômicos no meio em que vivem.

Os desafios a enfrentar para superar as diferentes dimensões da exclusão das mulheres no campo passam, necessariamente, por enfrentar e desafiar um padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais como sujeitos políticos e econômicos em Moçambique.

Autores como Osório (2006, p. 12) vão além dessa reflexão, ao afirmar que a realidade atual remete às rupturas do sistema matrilinear que está a condicionar o surgimento de novas formas de família e a contestação de fenômenos como a poligamia. É precisamente essa verdade que a capacitação da Comunidade de Changalane revelou. As consequências da poligamia e outras formas tradicionais de levar a vida que foi acatada por segmentos da população, são contestadas. A autora continua afirmando que para esta situação ocorrer, as respostas tem que ser encontradas no cruzamento de um conjunto de fatores que vão desde as políticas adotadas pelo governo e partido no poder após a independência de Moçambique, até as consequências da guerra civil e a introdução de um sistema econômico neoliberal.

Compreendeu-se, no entanto, que a situação analisada é caracterizada, sobretudo, pelas posições sociais que os atores sociais ocupam não só na família, na Comunidade e nas instituições sociais, a partir de determinado momento histórico, em que se vêm pressionados, a assumir esse protagonismo. A identidade coletiva construída nesse momento, foi essencial à essas mulheres aliada a sua atividade econômica de criação de gado.

De acordo com objetivo principal deste estudo concluiu-se que a nova atividade de criação de gado por essas mulheres foi consolidada por meio da aplicação do crédito

pecuário promovida pela AMRU. Isso permitiu vislumbrar uma perspectiva de análise para a compreensão do dia-a-dia da vida dessas mulheres entendendo suas vivências partilhadas nos processos de interação entre elas e diferentes agentes sociais dentro da Comunidade e suas famílias.

Isso demonstra o esforço empreendido por elas, a AMRU e a AAMC na construção social de uma nova identidade, organizadas em um espaço caracterizado pela construção de novas relações sociais de gênero, as quais embasam nova formulação de interesses e geração de valores. Isso acontece de forma coletiva e individualmente, que pode ser compreendido como um princípio de uma redefinição de papéis sociais nessa comunidade.

Contudo, os fatores econômicos e socioculturais mencionados ao longo do estudo são de certa forma prevalentes e consolidados pela educação e a socialização que considera as mulheres seres destituídas da capacidade de resolver problemas que se apresentam na família, na Comunidade e na sociedade. Esses fatores influenciaram as mulheres a optarem pelo crédito pecuário concedido pela AMRU, pois a introdução dessa modalidade de crédito coincidiu com um momento de escassez generalizada de recursos que incluía a perda de quase a totalidade de bens materiais de sobrevivência e em particular o gado.

No entanto, apesar de participarem em atividades produtivas fortalecidas pela manifestação do novo papel social que elas assumem na esfera familiar e comunitária, continuam sendo referenciadas sob o signo do universo doméstico e resignadas a atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência.

Não obstante terem logrado algumas conquistas em termos de bens materiais e que se faz sentir a sua ação na arena econômica e a aquisição do prestígio que permite que a sua opinião seja ouvida publicamente destacando o fato de algumas que passaram a ocupar cargos públicos.

Nesse sentido, forçando alguns maridos a assumirem, inclusive o papel de combater a discriminação sexual na comunidade. Nesse caso verifica-se alguns maridos acomodados nessa situação, mas sutilmente, em um estado latente, para evitar críticas da Comunidade uma vez que toda comunidade participou nos programas de conscientização levados a cabo pela AMRU para evitar conflitos nesse sentido.

Considera-se que, as capacidades de gestão de recursos, atribuídas às mulheres pelas instituições de apoio a comunidades rurais, tornou-as confiáveis e conseqüentemente, serviram de instrumentalização para mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres no meio rural.

Constatou-se que, apesar desse clima e, por razões culturais, a resolução de questões importantes na divisão sexual de papéis masculinos e femininos, cabe quase exclusivamente aos homens, ainda que de forma tímida, mesmo que sejam filhos, ou irmãos mais novos.

Além dessas atribuições culturais são eles que estão mais bem informados e considerados capazes de realizarem negócios nas cidades, no caso específico da venda de gado pertencente à família quando necessário.

Esse fato é legitimado pela educação, que em tempos beneficiava aos rapazes em detrimento das meninas. Portanto, são os homens que representam os interesses da família e da Comunidade, enfim, possuem os poderes para definir os caminhos a serem trilhados pelo grupo. São eles que intercedem pelos ancestrais (pelos antepassados) para casos de problemas sociais que exijam cerimônias tradicionais entre outras questões importantes.

Acredita-se que o aprofundamento do conhecimento sobre esta nova realidade, pode permitir ao poder político implementar ações e programas de desenvolvimento rural mais adequados e direcionados à mulher rural. Por consequência, esse programa mostrou-se eficiente para promover realmente algumas transformações rumo ao desenvolvimento. O ponto inicial a AMRU já perfilhou e alavancou com a introdução do crédito pecuário nas zonas rurais, escolhendo, como principais beneficiárias, as mulheres.

Salienta-se que, o desconhecimento dessa realidade está comprovado pelos inúmeros programas de desenvolvimento postos em prática nas últimas décadas no País que redundaram em benefícios restritos a alguns segmentos da população e com impacto nem sempre positivos para comunidades locais.

Essas constatações corroboram a necessidade de realização de estudos mais aprofundados sobre os impactos que a emergência de novas atividades, como a criação de gado acarretam na realidade socioeconômica rural mais e especificamente sobre as agricultoras de base familiar.

Reconhecendo os limites, pensa-se que os resultados apresentados neste estudo, mostrando as alterações da realidade socioeconômica, podem interferir na construção e orientação de futuras investigações sobre mulheres nas unidades de produção de Changalane. *Quiçá* possam ser desenvolvidos também em outros locais onde o PFP foi aplicado.

Quanto à dimensão de gênero no meio rural estudado, salienta-se o significado social do novo papel que as criadoras de gado constituíram no interior da família e na Comunidade. Ou seja, as mulheres ganharam espaço na Comunidade, alcançaram e tomaram posse de instituições de tomada de decisão como chefe de Posto Administrativo de Changalane,

diretoras de Escola, diretora de Centro de Saúde, chefe de Quarteirão, entre outros postos de poder na Comunidade.

Essa mudança de posição da mulher ocupando cargos de poder despertou nelas a autoestima e a vontade de continuar sentindo-se conscientemente exigidas a se comportar de forma a garantir a credibilidade junto aos maridos, à família e aos vizinhos, lutando para garantirem direitos iguais e plena cidadania. Primam hoje pela luta contínua e pela afirmação, buscando elevar o nível de escolaridade e outras formas de busca de saber, assim como domínio de tecnologias de cultivo e de criação de gado.

Buscam a alfabetização com vistas a dominar esferas até então de domínio e legitimidade masculinos. Estão hoje presentes na luta contra a pobreza, principalmente contra a perpetuação da mesma. É nessa lógica que se preocupam em educar os seus filhos com vistas a evitar que sofram as vicissitudes passadas, principalmente em épocas de guerra e calamidades naturais.

Nessa perspectiva, Gottfried (1969), apud Max Weber, enfatiza que os indivíduos têm a habilidade de agir livremente e de moldar o futuro, tendo as idéias e os valores o mesmo impacto que os econômicos. Com tudo isso torna-se ainda mais nítidamente reconhecida a importância da família, dentro da qual o indivíduo se torna uma personalidade social, e desta forma pode ser designada por grupo social originário. Referendamos autores como Valá que também observam que “as mulheres estão procurando ganhar cada vez mais visibilidade e intervir de forma crescente nos processos produtivos e nos círculos de tomada de decisões” (VALÁ. 2006, p. 180).

Essa leitura da realidade apresentada advém do entendimento de que a subordinação/dominação do trabalho da mulher na esfera doméstica, a invisibilidade das suas contribuições econômicas no meio rural, estão vivendo dias de oposição. Não obstante ser uma minoria beneficiária e que esteja nessa situação, existe parcela da população que reconhece que a exclusão sexual “tem seus dias contados” particularmente na Comunidade em estudo.

Quanto às conformações familiares e as relações entre seus membros considerando os efeitos do empoderamento econômico demonstradas pela ocorrência de mudanças na ocupação e trabalho das mulheres da Comunidade de Changalane, corroboraram em parte com as hipóteses do estudo, pois o envolvimento da mulher com a nova atividade produtiva refletiu-se na Comunidade. As mulheres que vivem a experiência de criação de gado conciliam a realização dos trabalhos na produção agrícola com as atividades reprodutivas na família e, eventualmente, as tarefas organizativas na Comunidade. Isso é visto pelas

mulheres agricultoras como um grande desafio, que só será solucionado a partir do momento em que houver uma distribuição equitativa do conjunto dessas atividades e uma relação mais igualitária entre os sexos.

Nessa perspectiva, o estudo não encontrou a legitimação das mulheres agricultoras e criadoras de gado com trabalho em termos reconhecidos pelo estado que lhes permita direitos de trabalhadoras.

Por essa razão, sentiu-se a necessidade de que com base nessas constatações a pesquisa deva continuar, no sentido de observar as percepções sociais sob o ponto de vista das autoridades governamentais, que traçam políticas de trabalho para o meio rural. Isso sob o ponto de vista de transformar as mulheres agricultoras e criadoras de gado em trabalhadoras rurais com direito a previdência social de forma a garantir a segurança social na velhice. O que se tem verificado é que as agricultoras trabalham mesmo com idade avançada como é o caso dos 16.2% de mulheres com idades entre 60 e 70 anos.

Essa constatação é vista em situações semelhantes, também por autores Deere & León (2002) quando dizem que, cabe ao Estado, mais uma vez, comprometer-se a considerar as diferenças de gênero em todas as estratégias, planos e programas de desenvolvimento e a treinar os funcionários públicos na análise de gênero.

Assim, enfatizam a necessidade de reconhecer a igualdade de direitos de mulheres e homens no lar, no local de trabalho, na produção e na vida social e política, e a garantir a elas as mesmas possibilidades dos homens, especialmente com relação ao acesso a crédito, adjudicação de terra e outros recursos produtivos e tecnológicos.

O grupo beneficiário construiu uma representatividade na Comunidade na medida em que se tornaram ativas na busca do domínio da informação e de tecnologias para a atividade que desempenham, tanto no plano individual como coletivamente.

Acredita-se que, sobretudo esta modalidade de crédito pode servir de inspiração para experiências semelhantes ou criação de novas alternativas que dêem conta das demandas sociais das mulheres rurais e também de outros grupos sociais existentes que não foram ainda beneficiados por esta modalidade de crédito e que esperam por uma oportunidade.

Pode-se considerar que a constituição do Ministério da Mulher e Ação Social pelo governo de Moçambique, no ano de 2005, no auge do PFP da AMRU, foi decisória ao impor ações promotoras da igualdade de gênero.

Nos últimos tempos vive-se um processo em que as mulheres são beneficiárias de projetos de ONG's no campo, mas o envolvimento das políticas públicas no campo ainda está no domínio político. O desafio a postular é considerar assimetrias nas relações sociais de

gênero como um dos aspectos estruturadores de desigualdades no campo. Nesse sentido é necessário reconhecer as mulheres não só como indivíduos beneficiados no interior dos núcleos familiares, mas como sujeitos de políticas e econômicas que podem participar no mercado, vislumbrando o desenvolvimento rural e do país como um todo.

Em relação às especificidades da realidade local destaca-se que apesar da suposta igualdade de gênero referida, o novo papel social assumido pelas criadoras de gado transmitido pelo PFP, é ainda frágil. Evidencia-se a visibilidade das mulheres criadoras de gado que se tornaram trabalhadoras e capazes de gerir o próprio negócio e, ao mesmo tempo, cuidar da família.

Outro elemento importante a considerar é a escassez de política de crédito agrícola em Moçambique. Esse fator reforça a invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres rurais, aliada à fraca produtividade pautada na produção de subsistência. As instituições bancárias não arriscam prover crédito para investir na agricultura, o que torna essa possibilidade ainda mais escassa para a mulher rural. Observa Bergh-Collier (2006) que isso se prende também aos baixos níveis de alfabetização feminina em áreas rurais, à falta de acesso a ativos independentes que possam servir de garantia, à escassez de tempo devido aos papéis múltiplos das mulheres na família e à falta de acesso à informação e experiência de negócios.

Os fatos que impedem a visibilidade das contribuições econômicas das mulheres aqui relatados são reforçados pela falta de ação pública por parte do poder público direcionado a mulheres rurais no sentido de livrá-las da invisibilidade e da submissão perante os membros da família, em particular do marido, a quem a maior parte das instituições bancárias exigem aval para a esposa realizar qualquer transação bancária como é o caso de concessão de crédito.

Nesse sentido a AMRU fez a parte mais importante de introdução dessas mulheres na produção de bens materiais e conseqüentemente rumo a sua participação na economia da comunidade.

Dessa forma o estudo mostra que AMRU bem que poderia dar continuidade do PFP, prestando serviços à comunidade, visto que o trabalho por ela desenvolvido merece destaque e tem todas as condições para produzir resultados ainda maiores, dado que há ainda muitas mulheres querendo reembolsar as parcelas devidas e restituir crias que poderiam ser entregues a outras famílias que estão na expectativa. Isso possibilitaria a Associação a dar prosseguimento suas atividades baseado em fundos próprios. Esse raciocínio é fundamentado pelo fato de muitas mulheres continuarem na expectativa querendo uma oportunidade.

Não obstante as beneficiárias terem se empoderado, ou seja, se apropriado do PFP, a Associação não teve a mesma oportunidade. Terminou o financiamento, terminaram os recursos e o trabalho com as mulheres também, destacando, no entanto, que a experiência aqui relatada e seus efeitos mostrados nesta pesquisa culminaram com a extinção do Programa o que provocou desalento nas comunidades beneficiadas que, aguardam esperançosas, o retorno da AMRU ao terreno.

Cabe destacar que o presente estudo, além de sugerir caminhos para ações locais vislumbra novas questões de pesquisa. Como a investigação dos desdobramentos do reconhecimento do empoderamento da mulher. A distribuição do poder, a nova identidade social construída pelas criadoras de gado como isso pode repercutir-se no grau de aceitabilidade da visibilidade de seu trabalho no meio rural pesquisado. A partir da constatação de que os papéis de homem e mulher estão sendo redefinidos dentro das unidades familiares de produção camponesa.

Recomenda-se a continuação da pesquisa, com vistas a observar também o desdobrar do avanço tecnológico na produção de animais e derivados, para melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, reforçando a segurança alimentar dos grupos sociais promovendo a tecnologia e o mercado para comercialização de excedentes de forma a abrir espaço para discussão da introdução de Chagalane nos sistemas alimentares locais e regionais, por meio da produção de carnes e derivados incorporando as pesquisas e ações em torno de melhoramento das raças dos animais, respeitando questões de ordem social, ambiental e de saúde humana relacionadas à produção de animais. Isso por se saber que vai interferir certamente nas estruturas socioculturais e emocionais da vida humana.

Nesse sentido recomenda-se que essa prática ao ser promovida poderia contribuir para eliminar a incidência de expansão do modelo alimentar atual, dominado por importação dos países vizinhos de produtos como carne e derivados, tendo em conta que Chagalane já foi maior produtora de gado de corte e derivados, no período colonial.

Importa destacar que as conclusões aqui apresentadas não significam, de maneira nenhuma, uma forma de finalizar o trabalho, não devem ser consideradas o término ou conclusão da pesquisa, mas refletem o surgimento de outras indagações que merecem contínuas reflexões. Isso se explica pelo foco da temática em estudo ser pertinente e atual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto relato a experiência vivida ao longo de dois anos do Curso de Mestrado no Programa da Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Enfatizo o processo de contínua aprendizagem que a multidisciplinaridade proporcionou ao longo desse período. O caráter principiante de pesquisadora estava refletido no fato de ainda não reunir a ousadia, facilidade, equilíbrio, possibilidade e capacidade de delinear objetivos e delimitar um objeto de estudo entre outros obstáculos.

Ao longo de todo esse período tornou-se possível a busca da amplitude proporcionada pela sequência, passo a passo, até culminar com os resultados que aqui apresento.

A lógica orientadora que sustentou essa empreitada, mesmo sob pena de perder a carruagem devido à escassez de tempo, obedeceu a lucidez transmitida por Humberto Eco (1991) sobre a necessidade de se ter humildade científica. Lembra-se a complexidade evidente do tema escolhido para pesquisar e recorre-se sempre às reflexões de Bachelard (1996, p. 20) de que as crises de crescimento do pensamento implicam uma reorganização total do sistema do saber. A cabeça bem feita precisa então ser refeita, e o pensamento científico é o resultado da retificação de erros.

A conclusão deste estudo foi um momento mágico porque me dei conta de ter aprendido muito. Não apenas sobre desenvolvimento rural, área que, tal como o tema de pesquisa, era novo para mim, podendo-se considerar de total desconhecimento até chegar ao PGDR. Tudo que se sabia sobre esta área foi aprendido no Curso de Mestrado e durante a pesquisa. Levar avante o projeto tornou-se não só um desafio de proporções inestimáveis, mas também significou empreender uma aventura de abandonar a família em Moçambique, arrumar as malas para vir ao Brasil e mais precisamente para a “desconhecida” Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, com todos os riscos que representava abandonar trabalho e família. Mas valeu a pena, no fim das contas.

O mergulho na abordagem multidisciplinar foi difícil, mas foi possível graças à graduação em Sociologia pela UEM em Moçambique, apesar de ter sentido algumas vezes como precipitada no abismo, entre as várias abordagens desenvolvidas no curso.

O trabalho de campo realizado em Moçambique passou por um processo de registro minucioso de dados que exigiu a organização coerente e concisa e a interpretação de tudo que foi vivenciado e escutado de forma a não descuidar ou deixar de fora dados importantes,

que pudessem faltar ou comprometer a riqueza e a complexidade dos resultados. Enfim, essa foi a minha trajetória de estudos.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, H. NILSSON, A. **Moçambique em Transição**: Um estudo da História de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo: PADRIGU/ISRI-CEEI, 1993.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Estudos Rurais. São Paulo - Rio de Janeiro-Campina: Editora HUCITEC ANPOCS, EDITORA DA UNICAMP, 1992.

_____. **“Uma nova extensão para a agricultura familiar”**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Texto para discussão 29, 1997. Brasília: 1997a.

_____. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI-SC/Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997b.

_____. **Agricultura Familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. **Cadernos de Ciência e tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ABREU, A. **Moçambique eleições democráticas e desenvolvimento político do governo**. Maputo: Imprensa Universitária, 1995.

ADAM, Yussuf. **“Evolução das estratégias para o Desenvolvimento no Moçambique pós-colonial”**. In: Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o setor civil. D. Sogge: 1997.

ALVES-MAZZOTTI, A.J. e GEWANDSZNAJDER. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. S. Paulo: Editora Pioneira, 1998.

ANDERSSON. In: KASSOTCHE, D. **Globalização: Receios dos Países em vias de Desenvolvimento, Reflexões sobre o caso de Moçambique**. Maputo: Instituto Superior de Relações, 1999.

ANDRADE, X., Casimiro, I., Liberman, G. e Osório, C In: CASIMIRO, I. M. **Mulheres: Marginalizadas e Invisíveis**. In: Estigmatizar e Desqualificar; casos, análises, encontros. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

AMRU-Programa da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural. Maputo: AMRU, 1992.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**; contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANKS, Daye & MULLER, In: KASSOTCHE. D. **Globalização: Receios dos Países em vias de Desenvolvimento, Reflexões sobre o caso de Moçambique**. Maputo: Instituto Superior de Relações, 1999.

BARTOLOMÉ, et al. **Mujeres Rurales en España**; Análisis crítico de la producción documental (1990-2002). Madrid: Ministerio da Agricultura, Pesca y Alimentación, 2002.

BATUSICH, M. Desenvolvimento Rural Sustentável. Ótima definição. Disponível em: <http://www.Orkut.com./comm.Msg.aspx?cmm=6004968&tid=2427518060474072769>. Acessado 12/6/2007.

BERGH-COLLIER, **Políticas Nacionais e Insumos para a Promoção da Igualdade de Gênero**. Maputo: INE, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. Doubledar & Company: Inc., 1996.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification**. Les économies de la grandeur, Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. “Célibat et condition paysanne”. *Etudes Rurales*, n. 5-6, p. 32-135, avril/sept. Paris: 1966.

_____. *Lá distinction: critique sociale du jugement*. Paris: **Les Éditions de Minuit**. Paris: Col, 1979.

_____. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A Produção da Crença**: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed. Porto Alegre, RS: ZOUK, 2006.

_____. **A Produção da Crença**: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed. Porto Alegre, RS: ZOUK. 2006

BOURG, Dominique. **Natureza e a Técnica**; ensaio sobre a idéia de progresso. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

BRUMER, Anita. “**O sexo da ocupação**: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 8, v, 3, p.20-38, out. 1988.

BUTTO, A. **A Perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil**: políticas públicas, (2007).

CASAL , Adolfo. A crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais de Moçambique. In: *Revista de Internacional de Estudos Africanos*, nº 8 e 9, p 157-191. 1988

CASIMIRO, I. M. **Mulheres: Marginalizadas e Invisíveis**. In: *Estigmatizar e Desqualificar: casos, análises, encontros*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

CENACARTA,. ‘Mapa de Moçambique’.Maputo: CENACARTA, 2006.

CHAYANOV, A. V. **Textos para debate nº 41**; Viagem de meu irmão Alexei ao País da utopia camponesa. Rússia: Desktop Publicações Ltda., 1920.

_____. **The Theory of Peasant Economy**. Homeood: The American Economic Association, 1966.

_____. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires:Ed. Nueva Visión, 1969.

_____.“**Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**”. In: SILVA, José Graziano da, e STOLCKE, Verena. *A questão Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense. P. 133-175, 1981.

CASTEL-BRANCO, Carlos. **Opções Econômicas de Moçambique, 1975-95**: Problemas, lições e idéias alternativas. In: Mazula, Moçambique: Eleições Democracia e Desenvolvimento. Maputo: Imprensa Universitária, 1995.

CASTEL-BRANCO, Carlos. In: Hanlon, J. Paz sem benefício com o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique. **Coleção nosso chão Moçambique**, n. 101. Maputo: 1997.

DEERE, C. D. E LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, PGDR, 2002.

DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo**. Departamento da Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 143 março/2002.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em ciências sociais humanas..** 5ª Ed. Lisboa: Presença, Lda., 1991.

EGRO, Bertil. Moçambique: **Os primeiros dez anos de construção da democracia**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. 1992.

ELLIS, F. **Household Strategies and Rural Livelihood Diversification**. The Journal of development Studies. Oct. ABI/INFORM Global: 1998.

ELLIS, F. **Peasant Economics: Farmer Households and Agrarian Development**, 2nd, edition, Cambridge: Cambridge University Press, 1993,

FANON, F. **Pele negra Máscaras Brancas, Paisagem** Ed., Porto: 1975.

FIRST et al. (1983), CEA (1998) e WUYRS & O Laughlin (1981). **Block gold: the Mozambique miner, proletarian and peasant**. Brighton. Harvester Press: 1998

FIRST, R., MANGHEZI, A., et al. **Black Gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant**, Brighton: Harvester Press 1983.

FREIRE, Nadia Maria Schuch. **Mulher, trabalho e capital no campo: um estudo da pequena produção em cruzeiro do Sul- RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA) –Uma Metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: IICA, 2000.

GIDDENS, A.; BECK & LASH. **Modernização Reflexiva; Política, Tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1995.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Celta Editora, 1998.

_____. **Sociologia**; tradução Sandra Regina Netz. 4^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL. Abílio Mendes. **Inspeção Ordinária a Circunscrição de Namaacha e seu Posto Administrativo de Changalane**, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. Lourenço Marques: ISAANI, 1960.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIGLIONE, R; MATALON, B. **O inquérito**: Teoria e prática. Oeiras: Celta,1997.

GOTTFRIED, E. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

GUIMARAES, Açba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**, pp. 87-122. 1980

HANLON, Joseph. Paz sem benefício com o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique. **Coleção nosso chão Moçambique**, n. 101. Maputo: 1997.

HIGGS, P. & SMITH, J. **Rethinking Truth**. 2 nd edition. Cape Town: JUTA and Company Ltd., 2006.

HELMAN, C. G. **Cultura, Saúde e Doença**. 2. ed. Porto Alegre.:Artes Médicas, 1994.

KASSOTCHE, D. **Globalização**: Receios dos Países em vias de Desenvolvimento, Reflexões sobre o caso de Moçambique. Maputo: nstituto Superior de Relações, 1999.

KROEBER, A. L. **A Natureza da Cultura**. Lisboa: Edições 70. 1993

IBÁÑEZ, J. Francisco Alvira: **El análisis de la realidad social**. Métodos y técnicas de investigación. 2a edición, Madrid: Editorial Alianza, 1994.

INE - Instituto Nacional de Estatística. Maputo: IDH, 2005.

INE - Instituto Nacional de Estatística. Maputo: IDH, 2007.

JARA, Carlos Julio. **Novos Conceitos e Estratégias de Desenvolvimento Rural**. GEPLAN/NEPE - GDS - UEMA - INSTITUTO DO HOMEM. São Luis: IICA- Ma. Nov/1999.

_____. **As dimensões intangíveis do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

JORNAL NOTÍCIAS. Policiamento Comunitário. 13.03.2008, p. 23. Maputo: Jornal Notícias, 2008.

LAGO, Regina T. **Babaçu livre e roças orgânicas**: a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. Belém: UFP, 2001.

LAKATOS, E., MARCONI. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, E. M. et al. **Metodologia Científica**, 2ª edição, Editora Atlas, São Paulo. 1991

LEITE, J. P.; ROSÁRIO, J. **Da passagem do século ao Estado novo**. Instituto Superior de Economia. Lisboa: CEDEP, 1963.

LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia; O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. vol. 1. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

LERNER, G. In: CASIMIRO, I. M. **Mulheres: Marginalizadas e Invisíveis**. In: Estigmatizar e Desqualificar; casos, análises, encontros. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

LOFORTE, A. In: Valá, S. **Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000)**: Conflito de Interesses entre o Estado e os Agricultores. Maputo: UEM, 2006.

LOPES, M. J. M; ESTERMAN, D.E; WALDOW, V.R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LONG, N. Development Sociology; actor perspective. Londres: 2001.

MACAMO, E. **Um país cheio de soluções**. Maputo: Ed. Lua, 2006.

MACIE, **Mais formação e oportunidades**; na luta contra a pobreza 8.3, p. 3.: Maputo: Jornal Notícia, 2008 .

MARX. K. **O Capital**. Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista. Tradução Reginaldo San't Anna, Livro terceiro. Vol. VI 4ª Ed.. São Paulo: Difel, 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Relatório do Departamento de Desenvolvimento do Ministério de Agricultura**. Maputo: MADER, 1990.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL; **Unidade de Gênero: Diagnostico de gênero, ao setor agrário**. Maputo: MADER, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL; **ProAgri II- documento Estratégico**. Maputo: MADER, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Reforma Agrária Desenvolvimento Rural em Moçambique-situação atual e perspectivas; documento apresentado na conferencia da FAO sobre a Reforma agrária e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Brasil, 7-10 de Março de 2006. Maputo: MADER. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1992,

MOÇAMBIQUE Relatório de **Desenvolvimento Humano**. Maputo: PNUD, 2005.

MOORE Jr. In: ANPOCAS. **A questao urbana, processo de trabalho**, a questão agrária, elites políticas, cultura e política. São Paulo: Cortez editora, 1986.

NEVES, Delma P. O Produtor Agrícola: Ambigüidades, Mitos e Impasses teóricos. **Revista Estudos de Sociologia Online**. Vol. 2. Estudos Sociologia.

_____. **O Produtor Agrícola**: Ambigüidades, Mitos e Impasses teóricos. Revista Estudos de Sociologia Online. Vol. 2. Estudos Sociologia 2 (1996).

_____. Et al. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, PGDR. 2008.

NUVUNGA. **Reforma Agrária Desenvolvimento Rural em Moçambique-situação atual e perspectivas**; documento Ministério da Agricultura apresentado na conferencia da FAO sobre a Reforma agrária e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Brasil: 7-10 de Março de 2006

OLABUENAGA, C. 1989, p. 131). In: CANALES, M. C. Metodologías de la investigación social [texto impreso]. 1ª ed. – Editorial LOM. Concha y Toro 23, Santiago de Chile, 2006

O'LAUGHLIN, B. **Relatório, Centro de Estudos Africanos**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1981.

O'LAUGHLIN, B. A base social da guerra em Moçambique: Análise de “a causa das armas em Moçambique”, Antropologia de uma guerra civil, de C. Geffray, Paris: CREDU – Karthala, 1990

OSÓRIO, C. In: Women and Low in Southern. WLSA. nr. 15. Maputo: **África Outras Vozes**, 2006,

PACHECO, M. E. Lisboa. Sistemas de Produção: Uma Perspectiva de Género. In: **revista proposta**, p. 30-38, nº 71, fev. 1997.

PARPA - Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta. **Moçambique Sem Pobreza**. Maputo: MPF, DNPO, 2002.

PARPA - Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta. 2006-2009. Versão Final Aprovado pelo Conselho de Ministros aos 02 de Maio de 2006. Maputo: MPF, DNPO, 2006.

PENÍCIO, R.E. E RIBEIRO, M. P. **Visao de territorio na America Latina e no Caribe**. 2005.

PIRES, João Granjo. **Relatório de Inspeção Ordinária à Administração do Conselho da Namaacha**, 1969 1 1974, Lourenço Marques: IOACN, 1974.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston MA: Beacon Press, 2001.

PNUD Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil - Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996.

PNUD-**Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano**. Maputo: PNUD, 1998.

PNUD-**Relatório de Desenvolvimento Humano**. Maputo: PNUD, 1997-1998.

PNUD-**Relatório Nacional De Desenvolvimento Humano**. Maputo: PNUD, 1998

PNUD-**Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano**. Maputo : PNUD, 2004

PNUD- **Relatório Nacional De Desenvolvimento Humano**. Maputo: PNUD, 2005.

PNUD-**Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano**. Brasil: PNUD, 2006

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

MPF- **RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DE PLANO E FINANÇAS**. Maputo: MPF, 1996.

República de Moçambique Constituição da República. Maputo: AR, 1990.

República de Moçambique Constituição da República. Maputo: AR, 2004.

Resolução 196 do Conselho Nacional de Pesquisa. Porto Alegre: MS, 1996.

ROESCH, Otto. A Reforma Econômica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Guerra e a **Formação de Classe**. Maputo: Arquivo, nº 11, p. 5-35, 1992.

SEN, AMARTYA. Poverty and farming – an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Clarendon Press, 1982.

_____. In: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Estudos Rurais. São Paulo - Rio de Janeiro-Campina: Editora HUCITEC ANPOCS, EDITORA DA UNICAMP, 1992.

_____. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Prémio Nobel da Economia. Londres: Companhia das Letras, 1999.

_____. In: NEVES, et al. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, PGDR. 2008.

SERRA, Carlos. **Novos Combates pela Mentalidade Sociológica**; Sociologia Política das Relações de Poder em Moçambique, seguido de Desafios de uma Medicina Bernardina. Maputo: Livraria universitária, UEM, 1997.

SILVA, Teresa Maria Cruz. **Moçambique**: Um perfil. Maputo. (sd p.1). acessado dia 7. 7.2007.

SHANIN, Teodor – *Campeños y Sociedades Campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979^a.

_____. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações”. In: *Revista de Estudos*, número 26. CEBRAP, 1979b.

_____. *La clase incómoda – sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*, Madrid: Alianza Universidad, 1983.

SCOTT, Joan. **Gênero**: Uma categoria útil de análise Histórica. **Educação e realidade**. jul./dez. 20 (2):71-99. 1995.

SCOTT, James. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição d. **Raízes**. V. 21, n. 01, Jan.-Jun/ 2002.

SCHWARTZMAN, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. Brasil: Augurium editora, 2001.

SKLAIR, L. **Sociologia do Sistema Global**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TELES, H. **Renda e pobreza rural e caso do centro e norte de Moçambique**. Maputo: Centro de estudos de população (CEP) Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) UEM, 2007.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WAQUIL, P, KUHN. **Percebendo o Desenvolvimento Rural através da abordagem das capacitações** : O Micro Crédito em Constantina. Santa Cruz do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. In: Gert, H.H. e Mills, C. W. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.

_____. Sociologia. São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

_____. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez e Editora UNICAMP, 1992.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. wikipedia.org/wiki/Wikipédia, a enciclopédia livre, acessado, fevereiro, 2009.

WOLF, Eric. Peasants. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1966.

_____. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Guerras Camponesas no século XX**. São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EdUnB, 1997.

WUYTS. M. **A Statiscal Note on Post-Independence Economic Development in Mozambique**. Relatório, Centro de Estudos Africanos. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1980.

VALÁ, Salim Cripton. **História da Posse da Terra na Região Agrária de Chokwé (1975-1995)**. (Dissertação de licenciatura). Maputo: Departamento de História/Faculdade de Letras/Universidade Eduardo Mondlane (UEM), 1996.

_____. **Desenvolvimento Rural e a Perspectiva do Gênero: Reflexões Pertinentes**. Maputo: INDER, 1997^a.

_____. A pertinência de uma estratégia de desenvolvimento rural para. Direção Nacional de Desenvolvimento Rural/Ministério de Plano e desenvolvimento de Moçambique. Maputo: .DNDR/MPD, 2005.

_____. **Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflito de Interesses entre o Estado e os Agricultores**. Maputo: UEM, 2006.

_____. Comunicações dos seminários da presidência da Republica. Maputo: GABINETE DE ESTUDOS DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (GEPR), 2005a-2005a.

VAN DER PLOEG. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**.1992. In: Ecologia, campesinato, y Historia. Mexico: Las ediciones de las Piqueta, 1992.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios alimentares;** luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFGRS, 2008.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar:** In: Nunes, Edson de Oliveira (org) Aventura Sociológica: Objetividade paixão, improviso e método na pesquisa social,. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZAPATA. In: DEERE, C. D. E LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, PGDR, 2002.

**APÊNDICE A - INSTRUMENTO GUIA PARA A ENTREVISTA COM A
MULHER BENEFICIADA COM O CRÉDITO PECUÁRIO**

DATA: ----/----/-----

1- DADOS IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade: _____

Escolaridade:

Província: _____

Município

/

localidade:

Estado Civil _____ Número de filhos: _____

Local

da

entrevista:

Ocupação:

Papel na família (mãe / provedora):

DOCUMENTOS (Marcar os documentos que a mulher possui):

Bilhete de identidade

NUIT

Certidão de nascimento ou cédula pessoal

Certidão de casamento

Outro _____

Não possui documento

2- CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DA UNIDADE PRODUTIVA

2.1- Sua família é proprietária da terra em que trabalha? Sim Não

2.2- Caso não seja proprietária, qual a forma de uso? Arrendamento/Aluguel

Assalariada Posse Outra

2.3 No último ano contratou algum trabalhador(a) além dos membros da família?

() Sim () Não

2.4 Indique a origem e renda anual de tua família.

ORIGENS	ANTES	DEPOIS	MT
1- Renda agrícola			
2- Salários ou rendas de atividades não agrícolas			
3- Transferências e benefícios sociais			
4- BENEFICIAMENTO OU MANUFATURA DE PRODUTOS NA PROPRIEDADE			
5- Pensão de Reforma			
6- Outras rendas: citar:			

3- EMISSÃO DO CRÉDITO PECUÁRIO

3.1- Como ficou sabendo do crédito pecuário da AMRU?

() A própria AMRU ofereceu o crédito na comunidade

() Ouviu alguém falar do crédito

() Foi informada pelo marido

() Foi informada por outros familiares

() Informações da vizinhança que já se beneficiava

() Pela OMM da zona

() Por amigos

() () Outros. Citar:

.....

3.2- Quem de sua família preencheu os documentos da inscrição ou de candidatura para a obtenção do crédito pecuário da AMRU?

() Marido () Própria mulher () Casal () Filho () Filha () Todos () Outro.

Quem?

3.3 - Já solicitou algum empréstimo no teu nome em outra instituição? () Sim ()

Não

3.4- Quando é que aderiu ao crédito pecuário? 1996 () 1997 () 1998 () 1999 ()
2000 () 2001 () 2002 () 2003 () 2004 () 2005 () 2006 () 2007 ()

3.5- Tem algo a dizer em relação ao crédito da AMRU?-----

4- INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA

4.1- Antes de se beneficiar do crédito, o que fazia na vida? -----

4.2 – O que é que te influenciou a optar pelo crédito pecuário?-----

----- 4-3- Possui experiência anterior de criadora de gado?-----

4-4- Isto significa que se trata de uma nova atividade. Fale-nos um pouco do significado social que essa nova atividade representa nas relações familiares e comunitárias? -----

4-5- Como faz o controle desse crédito? E do reembolso? -----

4.6- Quais as suas expectativas nessa atividade? E estão sendo correspondidas?-----

4.7- Considera que houve alguma alteração nas tuas relações familiares depois que passou a beneficiar-se do crédito? Quais? Como a tua família encara essa nova atividade? Qual a opinião de teu marido sobre o crédito pecuário? -----

-----4.8- O que significa ser criadora de gado na sua comunidade? -----

-----4.9-A partir do momento em que passou a se beneficiar do Crédito pecuário, você passou a ser uma mulher economicamente ativa o que significa que passou a desempenhar um novo papel na família e na comunidade. Como avalia esse novo papel social que desempenha atualmente? -----

-----4.10- Os seus familiares se conformam com a mulher economicamente ativa que você se tornou? O que significa para eles essa nova mulher? -----

4.11- Tem algum rendimento proveniente do gado que cria? (Ex. vendes os animais, produzes leite para a comercialização/consumo ou vendes a carne)? -----

4.12- Se tens: envolves seus familiares (marido, sogro, filho...) na gestão dos teus rendimentos? -----

4.13- Antes do crédito, como é que fazia a organização da economia doméstica na tua família? Houve alguma alteração entre o antes e depois? -----

-----4.14- Continua a praticar agricultura? -----

4.15- O que é que mudou concretamente nas tuas atividades após o crédito? Qual sua profissão atualmente? -----

4.16- Auferes algum salário mensal por ser agricultora e criadora de gado? Como consideras que deve ser a remuneração para essas atividades?-----

----- 4.17- Houve alguma alteração no seu papel social e econômico dentro da família e na comunidade? -----

-----4.18- Como é toma as decisões relacionadas a gestão do crédito? -----

4-19- Já ouviu falar de certeza sobre o empoderamento da mulher, igualdade de gênero e emancipação etc. o que tem a dizer a respeito disso tudo?-----

----- 4.21- Como se dão as relações entre você e os mediadores da AMRU?-----

----- 4.22- Como avalias essas relações/assistência prestada pelos técnicos/mediadores da AMRU?

4.23 - Pagas algum valor adicional pela assistência técnica?-----

4.24- Fale um pouco da sua vida de antes e depois do crédito pecuário?-----

----- 4-25- O Programa de Fomento Pecuário da AMRU já chegou ao fim. Tem alguma idéia de como vai dar continuidade ao seu empoderamento e emancipação?-----

**APÊNDICE B - INSTRUMENTO GUIA PARA A ENTREVISTA COM O
ESPOSO DA MULHER BENEFICIADA COM O CRÉDITO PECUÁRIO**

NOME DA ENTREVISTADA-----

Nome do marido da entrevistada:

Idade: -----

DATA: ----/----/-----

1- Qual é a sua ocupação? -----

--

-----2- O que é que influenciou a sua esposa a optar pela adesão ao crédito pecuário concedido pela AMRU? -----

-----3- Tem alguma experiência anterior na atividade de criação de gado?-----

4- O significou para você a introdução desta atividade de criação de gado na sua família beneficiando a sua esposa?-----

----- 5- Houve alguma mudança no relacionamento entre você e sua esposa e vossa vida com a introdução do crédito? Fale-nos dos efeitos desse crédito no seu entender? -----

-----6- Qual é a sua participação nas atividades agropecuárias da sua esposa? Como participas? -----

-----7- A partir do momento em que a sua esposa se tornou beneficiária do crédito e se tornou economicamente ativa. Que influência isso trás nas vossas relações

na família e na comunidade? -----

8- Que vantagens e desvantagens trouxe o crédito pecuário na sua família? -----

----- 9- Consideras que ela está preocupada com a emancipação socioeconômica? -----

10- Qual é o relacionamento dela com a AMRU? Tem pago pontualmente as parcelas do crédito? Tem cuidado do gado conforme as recomendações técnicas? Tem se verificado a mortalidade dos animais? -----

11- Fale-nos das dificuldades, se os tiver, de lidar com a sua esposa depois que ela se tornou economicamente ativa. -----

-----12- Que benefícios a AMRU trouxe na sua família comunidade com a introdução do crédito pecuário dirigida somente às mulheres. -----

13- O que tem a dizer sobre a igualdade de gênero aliado a tomada de decisões por parte das mulheres nesta comunidade? -----

APÊNDICE C - INSTRUMENTO PARA A ENTREVISTA COM AMRU

NOME DO ENTREVISTADO.....

CARGO QUE OCUPA NA AMRU.....

A quanto tempo trabalha na AMTU?

DATA: ----/----/-----

1- Como surgiu AMRU? -----

--2- De onde surgiu a idéia de conceder crédito à mulher rural de Changalane? -----

---3- Quando é que iniciou o programa de fomento pecuário com essas mulheres? -----

4- De onde provêm os fundos desse projeto? -----

--

5- Vocês tem preferências quando ao estado civil das mulheres a serem beneficiadas se:-----

-

6- Como é que as mulheres tomaram conhecimento da existência do crédito pecuário

() Procura a AMRU?

() AMRU procura?

() Utiliza meios de comunicação?

() Utiliza as autoridades locais?

7- Como ocorre a aderência das mulheres para buscar o crédito pecuário

() Espontaneamente?

() Influenciadas pelos maridos?

() Influenciadas pelas autoridades?

8- Pode nos dizer quais os fatores que influenciam as mulheres a optarem pelo crédito pecuário? -----

---9- Porque é que a AMRU diz que o crédito pecuário beneficiou 151 “famílias” ao invés de 151 “mulheres”? -----

--10- Quantos animais foram atribuídas a cada mulher desde do início do programa? E nos anos subsequentes? 1996 () 1997 () 1999 () 2000 () 2001 () 2002 () 2003 () 2004 () 2005 () 2006 () 2007 ()

11- Que tipo de alimentação os animais consomem? -----

12- Faz acompanhamento e dá suporte técnico às beneficiárias? Como avalia o processo de reprodução dos animais? -----

--
13- Fale me da intervenção dos mediadores/técnicos nas atividades das beneficiárias. -----

14- A AMRU tem registro sobre a mortalidade dos animais? -----

---15- Qual o período limite do acompanhamento técnico? -----

16- Como se dão as relações entre os mediadores e as beneficiárias do crédito?

--
17 - Como as mulheres encaram as técnicas de manejo dos animais? -----

18- Elas utilizam os animais para agricultura? -----

19- Desenvolvem a produção de leite?-----

20- Os animais são abatidos para a comercialização da carne ou inteiros? -----

21- Em termos históricos, sócio econômicos e culturais a AMRU considera que houve algumas transformações na vida das mulheres e famílias beneficiárias do credito pecuário? -

22- AMRU já acompanhou alguns conflitos entre as beneficiárias e seus maridos? -----

23- Pode nos falar do historial da AMRU-----

**APÊNDICE D - INSTRUMENTO GUIA PARA A ENTREVISTA COM A
AUTORIDADE LOCAL**

NOME DO ENTREVISTADO.....

CARGO.....

A quanto tempo está no cargo -----

DATA: ----/----/-----

1- Fale-nos da localidade antes e depois da introdução do crédito pecuário (situação demográfica, geográfica, sócio econômica, cultural e ambiental, -----

--2- Quantas mulheres, aqui na sua localidade, se beneficiam com o crédito pecuário? -----

----3- Que vantagens ou desvantagens trazidos pelo crédito pecuário na localidade? -----

-----4- Existe impacto dessa modalidade de crédito feminino na relação marido e mulher na comunidade? E quanto ao desenvolvimento do gênero?-----

-----5- Na sua observação, verificou algumas mudanças no relacionamento dessas mulheres com o resto da comunidade? -----

-----6- Quanto a situação sócioeconômica e cultural da localidade, algumas transformações ocorreram com a introdução do crédito? -----

-----7- Qual é o papel das autoridades locais face aos acontecimentos? -----

8- O projeto de repovoamento pecuário da AMRU terminou. O que é que as autoridades pretendem fazer para dar continuidade ao programa no sentido de beneficiar mais pessoas ou para que o repovoamento continue? -----

--